Nota Explicativa

Esta tese foi digitalizada a partir dos exemplares disponíveis na Biblioteca Florestan Fernandes e/ou no Centro de Apoio à Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Nenhum dos exemplares possui as páginas 146 e 208.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

Ítalo de Aquino

Idéias Econômicas na América Latina 1945 –1970

Tese de Doutorado apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutor em História Econômica
sob a orientação da Profª. Drª. Raquel Glezer

São Paulo
2002

Agradecimentos

A Raquel Glezer pela orientação, ao CNPQ pela ajuda financeira, sem porém, esquecer que: "A esmagadora maioria dos inventores, pesquisadores, cientistas e doutores jamais poderia desempenhar suas funções se centenas de milhares de trabalhadores, milhões na verdade, não tivessem produzido os laboratórios, os edifícios, as máquinas, os aparatos, os instrumentos e os materiais com os quais operam, se o sobreproduto social, produzido pela massa total de produtores, não lhes tivesse assegurado o necessário tempo de trabalho livre da pressão de reproduzir sua existência imediata, sem o qual não poderiam dedicar-se ao trabalho científico; se gerações passadas e presentes de outros inventores, pesquisadores, cientistas e doutores não tivessem realizado o necessário trabalho antecedente e concomitante, sem o qual, na maioria dos casos, a atividade científica seria impossível" (Ernest Mandel).

Resumo

Este trabalho estuda as idéias econômicas divulgadas na América Latina pela revista mexicana, *El Trimestre Económico*, no período de 1945 a 1970. Nessa época ocorreram mudanças significativas na sociedade latino-americana. Na área econômica, houve um grande debate sobre os caminhos a serem seguidos. Acreditamos que resgatar as propostas veiculadas pela revista e sua importância para a formulação de políticas governamentais é fundamental para a compreensão do período

Abstract

This work studies economic ideas published in Latin America by the Mexican review *El Trimestre Económico*, from 1945 to 1970. Within this period many important changes happened to the Latin America society. In the economic area there was a very huge discussion concerning the way that should be followed. We believe that the proposals publicated by that review and its importance to the elaboration of governanmental politics are fundamental to the comprehension of that period.

Sumário

Introdução 03

Cap. 1 – Personagens e Referências 13

Cap. 2 – Sofística do Desenvolvimento

2.1 Voga Maquinofatureira 46

2.2 Agro Anomia 98

Cap. 3 - Aporias do Mercado

3.1 Política Fazendária 120

3.2 Cânon Integracionista 162

Considerações Críticas 186

Fonte e Bibliografia 205

Introdução

Nosso trabalho faz parte de um processo individual e coletivo de formação cultural e promoção do entendimento contemporâneo. Optamos por estudar a América Latina porque dela fazemos parte. Procurávamos e não encontrávamos estudos sistematizados sobre nosso objeto de pesquisa, o pensamento econômico no século XX. Em particular, nos interessava conhecer a dinâmica a partir da Segunda Guerra Mundial. Iniciamos, este estudo, com uma Introdução sobre o contexto do período, 1945 a 1970 e a fonte utilizada para a realização da pesquisa, a revista mexicana *El Trimestre Económico*. O *corpus* do trabalho se constitui de três capítulos: o primeiro trata das influências teóricas e individuais que povoaram o cenário do debate econômico; o segundo, subdividido em dois, discute os intentos de industrialização e de reforma da estrutura fundiária; no terceiro, debatemos os impasses que o mercado sobrepõe à sociedade. Por fim uma contribuição reflexiva a respeito de algumas contradições hodiernas. Fazemos nossas as palavras de Hegel: se houvesse identidade no mundo concreto entre a necessidade exterior e a necessidade interior, uma apresentação de propósitos prescindiria da contingência pessoal e das motivações individuais. Essa quase paráfrase, do quinto parágrafo do prefácio à *Fenomenologia do Espírito*, diagnostica uma condição de nossa época que ainda não soube colocar como meta o chamado filosófico, de amor ao saber, para a forma da ciência, o saber efetivo. Esperamos ter caminhado nesse sentido.

***

A América Latina sofreu uma grande transformação após 1945. A dimensão econômica cumpriu papel central nesse processo e o pensamento econômico serviu de fonte de formulação e elaboração das políticas econômicas adotadas pelos governos.

Nossa pesquisa se circunscreve entre 1945 e 1970, anos em que a região passou por mudanças estruturais em sua fisionomia econômica, a urbanização em ritmo acelerado, a implantação de parques fabris de bens de consumo durável, e a implantação da indústria de base.

No período referido houve profusão de estudos sobre a região que em sua maioria adotaram como categorias explicativas a dualidade entre o moderno e o arcaico. No entanto, nos últimos anos, a América Latina deixou de ser pesquisada.

Os mais recentes levantamentos historiográficos apontam para uma escassez de investigações sobre a região e ausência de estudos econômicos englobando as economias nacionais como parte de um todo "continental". "*Estranho que nunca tenha florescido na América Latina estudos sobre história econômica e que a profissão de historiador econômico conte hoje em dia com poucos membros*"[1]. Da mesma maneira, também no Brasil há poucos estudos.

Consultamos, para chegar a essa constatação, três obras de referência nacionais: o levantamento realizado pela ANPUH, *Produção Histórica no Brasil 1985-1994*, que compulsou todos os trabalhos de mestrado e doutorado defendidos pelos programas de pós-graduação existentes no país; os Anais da Associação Nacional de Pós-graduação

[1] Victor Urquidi. "Nuevas consideraciones sobre la investigación económica en América Latina". ETE 128:689.

em Economia (ANPEC), e, o levantamento de Fico e Polito, *A História no Brasil (1980-1989)*[2].

Independentemente da diferença de volume de trabalhos hoje, em comparação com os anos 50 e 60, a questão da verificação da existência de uma unidade continental não é importante para que se possa adotar a América Latina como objeto de estudos[3].

A interrogação que fica no ar é saber se é possível considerar como parte de um mesmo conjunto países como Argentina e Haiti. O atalho mais cômodo e recorrente seria reafirmar o passado colonial como trama comum. Nossa pesquisa não enfocará esse passado mais distante para a partir dele estabelecer uma unidade forjada do "continente". Ao contrário vamos tomar o desenvolvimento recente da América Latina para desnudar a unidade existente.

A verificação dessa unidade não pode ser em nenhum momento uma construção arbitrária de um intelectual pátrio e sua consubstanciação é afirmada pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Nos anos que precedem o início de nossa pesquisa, 1945, somente três países reuniram bases infra-estruturais em direção a uma economia industrial: Argentina, Brasil e México. "*Apesar das evoluções históricas mexicana, brasileira e argentina terem sido muito diferentes, isto não impediu a formação de uma estrutura econômica parecida. Nestes países a industrialização foi resultado tanto das restruturações operadas pelo*

---

[2] Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, ANPUH, Produção Histórica no Brasil 1985 –1994, Fico & Polito A História no Brasil, 1980-1989, 2 volumes.

[3] De acordo com o Anuário Estatístico da América Latina (1), 1973, publicado pela Cepal/ONU são 24 seus membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala,

sistema capitalista internacional a partir da grande crise de 1929, como das mudanças operadas na estrutura sócio-econômica e política de cada um destes países"[4].

Ao final dos anos 80 esses três países eram os responsáveis por cerca de dois terços do PIB da região. Convivem no continente desde a produção artesanal até grandes monopólios, da indústria da juta à telefonia celular. A unidade a que nos referimos é a da necessidade visualizada pelos colaboradores de *El Trimestre Económico* (ETE) de estímulo ao desenvolvimento, combinando crescimento agro-industrial com satisfação das demandas sociais básicas. "*Algumas características comuns foram criadas no processo das crises dos anos 30, de modo a peculiarizar uma situação geral na América latina, no que se refere ao período após a Segunda Guerra Mundial. Poder-se-ia evidenciar: (I) a deterioração da capacidade de ganho das exportações, em toda a região; (II) diminuição consequente da capacidade importadora; (III) um certo grau de industrialização, fomentado pelas duas situações anteriores; e (IV) um dado nível de substituição de importações, com a transferência de renda das produções primário exportadoras, para o consumo e investimentos internos*"[5].

Tal unidade de pensamento não é porém a única possível de ser verificada. Os problemas vivenciados de modo indistintos por todos os países latino-americanos são basicamente os mesmos: dívida externa, inflação, desemprego, baixa produtividade industrial, concentração da terra e da renda etc..

Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e os páises caribenhos, Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago.

[4] Héctor Guillen Romo. *Orígenes de la Crisis en México*, p. 83.

[5] Wilson do Nascimento Barbosa. "A economia da América Latina depois da Segunda Guerra Mundial", p.477.

Para demonstrar a unidade latino americana, selecionamos uma publicação fundamental para a compreensão do pensamento econômico, *El Trimestre Económico* fundada por, entre outros, Daniel Cosio Villegas. Nascido em 1898 da união de um telegrafista e de uma dona de casa. Acompanhou a Revolução Mexicana, atuou no movimento estudantil no início dos anos 20, chegando a presidente da Federação dos Estudantes. Concluiu seus estudos em Direito e pós-graduou-se em Economia na Universidade de Harvard. Em 1932 foi convidado pelo governo espanhol para realizar uma série de conferências sobre a reforma agrária mexicana. Retornou em junho de 1933. Após ter tomado contato com movimento editorial espanhol e convencido da necessidade de auxiliar seu país e a América Latina na empreitada cultural e política de formação de um pensamento econômico, e, sob o impacto da mais profunda crise do capitalismo surgiu em janeiro de 1934 a revista: "*El Trimestre Económico foi fundada em 1934 por Daniel Cosío Villegas e Eduardo Villaseñor com o propósito de recopilar e publicar artigos e trabalhos de investigação de economistas mexicanos dispersos e escassamente difundidos*"[6].

Por ocasião do jubileu do periódico, Felipe Pazos publicou um artigo de balanço de existência: "*Cincuenta años de pensamiento económico en la América Latina*"[7]. Nele, o autor caracterizou a revista como sendo o principal veículo de divulgação do pensamento econômico da região. "*Digo em nossa América, e não no México, porque El Trimestre não tem sido somente o principal veículo de expressão do pensamento técnico*

[6] Rodolfo de la Torre. "La misión de El Trimestre Económico" ETE 250:481.
[7] Felipe Pazos. "Cincuenta años de pensamiento en la América Latina" ETE 200:1915-1948.

neste ramo do conhecimento no México, mas em todo o continente ao sul do rio Bravo"[8].

O mesmo autor adotou uma periodização desse pensamento expresso pelos cinqüenta anos de sua existência. Para o período que compreende este trabalho quatro foram os cortes que realizou: 1)"*Anos iniciais de El Trimestre Económico, 1934-1943*": nos primeiros números as contribuições estiveram marcadas por um experimentalismo e confusões reinantes na teoria e política econômica. "*naqueles anos os trabalhos teóricos não tinham nada a ver com nossa realidade, os artigos sobre questões reais não faziam uso algum da teoria abstrata. Foi somente em etapas posteriores da evolução do pensamento de nossos economistas que a teoria e a prática se coordenaram na formulação de políticas economicas e financeiras*"[9].

2) "*Interesse predominante na política monetária anti-cíclica, 1944-1949*": dada a ausência de trabalhos que abordassem as problemáticas cambiais e monetárias, os artigos publicados se voltaram para tais assuntos. Apesar do autor não fazer referência, vale lembrar que o início dessa preocupação reflete a Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944. No entanto esse interesse é passageiro. "*O entusiasmo pela política monetária deixa uma ampla e profunda marca nas páginas de El Trimestre nos anos 1944 a 1948. Porém o interesse vai declinando com relativa rapidez e a técnica bancária é substituída nas páginas da revista pelo desenvolvimento econômico como tema central de preocupação*"[10].

---

[8] Felipe Pazos. "Cincuenta años de pensamiento en la América Latina" ETE 200:1916.
[9] Felipe Pazos. "Cincuenta años de pensamiento en la América Latina" ETE 200:1922.
[10] Felipe Pazos. "Cincuenta años de pensamiento en la América Latina" ETE 200:1923.

3) "*Formulação da teoria do desenvolvimento, 1949-1955*". 1949 foi também o ano em que Raúl Prebisch apresentou seu famoso informe à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina, órgão regional das Nações Unidas, fundada em 1948), "*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*", o qual assumiu caráter de manifesto econômico em defesa das economias latino-americanas e orientou a ação de diversos governos. Sua principal tese apresentava a tendência secular à deterioração dos termos de troca como o maior problema econômico da região. Nesse momento, surgiu o desenvolvimentismo como contribuição teórica do pensamento econômico latino-americano à teoria econômica geral, pois até então: "*Não existia por conseguinte, uma teoria do desenvolvimento*"[11].

4) "*Desenvolvimento, inflação e aumento da desigualdade, 1955-1970*". Foi nesse período que as teorias desenvolvimentistas elaboradas pela Cepal e demais economistas se efetivaram como política governamental. "*As idéias latino americanas sobre o desenvolvimento exerceram rapidamente influência sobre os governos e os orientaram a seguir políticas cujos lineamentos principais forma basicamente os seguintes: (...)*"[12]: proteção alfandegária, industrialização por substituição de importações, investimento em setores básicos (comunicação, transportes, eletricidade, educação etc), e programação/planejamento de necessidades e possibilidades econômicas.

O objetivo de nosso estudo é o de verificar as idéias econômicas referentes à realidade latino americana que foram defendidas nos artigos publicados pela revista,

[11] Felipe Pazos. "Cincuenta años de pensamiento en la América Latina" ETE 200:1925.

independentemente da nacionalidade dos autores, pois o que nos interessa são as idéias em debate.

O corte cronológico se justifica, pois desde o início do século XX os países latino-americanos conheceram mudanças de ordem econômica social e política, que prepararam a arrancada acontecida depois da Segunda Guerra.

Quase todos os historiadores que trataram da região no século XX utilizam a periodização que estabeleceu como principais balizas as duas grandes guerras, e, no entre guerras a crise de 29.

Tanto a Primeira Guerra como a crise de 29, são consideradas como ponto de partida para o início da industrialização, visto que no período o modelo agro-exportador sofreu um golpe do qual não mais se recuperarou. Não porque os países latino americanos tivessem abandonado sua característica de países exportadores de bens primários, mas porque, no intervalo das guerras, as oligarquias *terratinientes* que até então detinham o controle político cederam seu lugar para ocupantes dispostos a reformar o poder e responder à nova conjuntura econômica. "*De 1914 a 1945 as economias latino-americanas foram sendo abaladas por crises sucessivas no comércio exterior decorrente de um total de 20 anos de guerra e/ou depressão. A crise prolongada dos anos trinta, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador*"[13].

Os países latino-americanos se voltaram para uma política de industrialização por substituição de importações em um patamar superior de crescimento industrial, pois o

[12] Cf. Felipe Pazos. "Cincuenta años de pensamiento en la América Latina" ETE 200:1928-1929.

modelo agro-exportador já havia impulsionado a industria de bens de consumo interno (textil, calçados, vestuário, móveis, alimentícia etc).

Havia a necessidade de avançar para a formação de um parque fabril que suprisse a demanda de bens de consumo durável (automóveis, eletrodomésticos, máquinas agrícolas, cimento, aço etc) e que ao mesmo tempo elevasse a produtividade industrial.

Esse foi o cenário vivenciado pela América Latina até 1945. A vitória do "eixo democrático" e no final da guerra um saldo positivo no balanço de pagamentos criaram um clima de euforia e otimismo, uma possibilidade de desenvolver economicamente a região.

No caso da formulação do desenvolvimentismo logo após o fim da Segunda Guerra, a grande preocupação foi preservar o balanço de pagamentos, ou, explicando de outra maneira, impedir a deterioração dos termos de troca, questão que conheceu sua melhor e mais acabada elaboração no informe apresentado por Raúl Prebisch à Cepal e publicado no número de julho-setembro de 1949 de *El Trimestre Económico,* intitulado "*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*".

As transformações ao longo dos anos 60 revelaram que as iniciativas de política industrial e financeira não eliminaram as contradições estruturais. No início dos anos 70, tal foi a base para uma reflexão crítica.

A voga desenvolvimentista e integracionista havia passado e o cenário da economia mundial entrava em ebulição com decisão de Richard Nixon, a época

---

[13] Maria da Conceição Tavares. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.* p. 32.

presidente dos Estados Unidos, de decretar a inconvertibilidade do dólar a partir de agosto de 1971. Logo depois, a crise do petróleo em 1973 alterava de vez a realidade econômica, modificando as políticas econômicas e suas formulações ideológicas, o pensamento, e, é em função desse contexto que o nosso trabalho tem o seu período final de análise em 1970.

Cap. 1

Personagens e Referências

No período de 1945 a 1970 duas escolas de análise atraiam os economistas, a estruturalista e a monetarista. Na América Latina e no círculo de influências da Cepal a maioria dos trabalhos de economia foram influenciados pela abordagem estruturalista, por isso optamos por apresentar as origens e pressupostos desse método. A abordagem da prática de ambas, será exposta na análise dos artigos da revista acompanhando o progresso do debate.

A trajetória do estruturalismo como um dos pontos de partida do pensamento econômico latino-americano pode ser rastreada percorrendo os seguintes autores: Keynes, inicia uma transformação do pensamento econômico promovida com a publicação em 1936 de sua *Teoria Geral*; de seu clone latino-americano, Raúl Prebisch e de Celso Furtado, discípulo de Prebisch.

A crise de 1929 abalou as estruturas do mercado mundial: a quebra da bolsa de Nova York revelou a interdependência das diversas economias, fossem elas industriais ou agrárias, iniciando um reordenamento das economias nacionais, obrigadas a se adaptarem a uma nova realidade política e econômica.

Com o estouro da bolha especulativa, centralizada em Nova York, a economia norte-americana entrou em depressão. O poder de compra das famílias diminuiu não somente pela perda de recursos investidos no mercado financeiro, mas principalmente

pelo desemprego. O equilíbrio do balanço de pagamentos das nações foi alterado por desvalorizações cambiais e pela suspensão de contratos. O índice de retração da economia norte-americana no início dos anos 30 foi de quase 50%, e, em nível global, o desaquecimento ficou proximo de 2/3.

Podemos resumir o impacto dessa crise na América Latina da seguinte forma: até aquele momento o eixo das economias latino-americanas estava concentrado em torno da atividade agro-exportadora. Com o cancelamento de contratos de exportação muitos produtores entraram em concordata. Impossibilitado de escoar sua produção em um mercado internacional em crise e com os respectivos mercados internos abarrotados de estoque, o setor exportador não obteve amparo no Estado, cuja arrecadação tributária estava alicerçada no comércio exterior, pois tanto as importações quanto as exportações eram tributadas. Com o volume total de transações caindo em grandes proporções, o Estado não estava em condições de realizar qualquer tipo de ajuda. As falências foram inevitáveis, e, a fim de suprir a impossibilidade de importar, pela ausência de recursos, optou-se por uma política de substituição de importações.

Desde o período colonial a atividade agro-exportadora fora o sustentáculo econômico dos países latino-americanos, o que acarretou, ao longo do tempo, uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade, na dependência da importação de bens manufaturados, com industrialização incipiente e um mercado interno reduzido. Junto à crise do setor agrário se soma uma crise de ordem política. A instabilidade política decorria, de um lado, dos deslocamento de poder da velha oligarquia rural que perdeu sua base de sustentação financeira, e, de outro, das repercussões negativas da recessão entre os operários.

Em 1936, Keynes publica *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, estudou a crise, a fim de encontrar uma saída para a questão do emprego: "*O objetivo final de nossa análise é descobrir o que determina o volume de emprego*"[1]. Ao destacar o problema da manutenção do emprego como a chave para escapar dela, o autor revelava mais uma preocupação política do que econômica, pois o pensamento econômico não havia dado atenção suficiente ao problema do emprego, talvez por encará-lo apenas como um dos fatores de produção ao lado da terra e do capital: "*Todavia, a teoria pura dos determinantes do emprego efetivo dos recursos disponíveis poucas vezes foi objeto de exame detalhado*"[2]. A sensibilidade política do autor pode ser comprovada pelas críticas feitas aos termos finais do Tratado de Versalhes, como uma camisa de força contra a Alemanha. Em *As Conseqüências Econômicas da Paz*, antecipa que a Alemanha não suportaria o peso das reparações de guerra e que o engessamento de sua economia seria um elemento de instabilidade política na Europa.

Na adaptação do pensamento keynesiano pouco se considerou o fato de que nas nações centrais o crescimento econômico depende da relação poupança-investimento. Na periferia, o crescimento depende muito da capacidade de importação de bens de capital, o que por sua vez, depende do volume de exportação..

Ao pensar a questão do pleno emprego, Keynes refletia a condição dos países centrais e do desemprego. Nos países subdesenvolvidos, o capital, era o fator limitante e ao mesmo tempo o determinante das possibilidades de trabalho. Lá eram os sinais da

[1] John Keynes. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. p 71.
[2] John Keynes. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. p 17.

crise de superprodução, aqui os efeitos mundiais dessa crise emperravam o desenvolvimento das forças produtivas. Para um crescimento equilibrado com pleno emprego, a oferta livre de trabalho deveria dispor em proporção de capital fixo e demanda agregada igual à oferta e com previsão de expansão uniforme em todos os setores.

A teoria econômica neoclássica foi pega de surpresa em 1929. Na América Latina qualquer teoria deveria incorporar o realismo político: "(...) *em grande medida as deficiências econômicas não são senão um reflexo do atraso e falta de desenvolvimento das ciências sociais, como um todo, às quais não tem podido evoluir com mesma rapidez com que fazem as ciências experimentais. Nisto consiste o fracasso de nosso tempo*"[3]. Aderiu-se ao que Peña denomina de mitologia do desenvolvimento, apoiada na análise monetária da renda e do equilíbrio.

Para os economistas neoclássicos, a estrutura econômica funcionava no interior de um sistema de equilíbrio automático e qualquer perturbação colocava em risco a atividade econômica. Flores de la Peña, ao analisar o pensamento neoclássico, reconheceu em Stuart Mill a resolução da aparente contradição da igualdade de oportunidades desligada das diferenças econômicas. O filósofo e economistas inglês repartiu a em problemas da produção/troca e problemas da distribuição isolando a economia da política e "*o próprio Keynes, espírito ao parecer inquieto e versátil, não deixava de ser pródigo em contradições*"[4].

---

[3] Horácio Flores de la Peña. "La teoria del desarrolo económico". ETE 105:50.
[4] Germán Bernacér. "Disquisicion keynesiana". ETE 52:646.

O economista inglês refletiu o contexto das maiores catástrofes sociais e econômicas do século XX, as duas grandes guerras e a crise de 29, aspirando a situações de crescimento e estabilidade, mas tendo a necessidade de responder a constante instabilidade, em direção mais a uma teoria geral das flutuações econômicas. "*Uma primeira e decisiva razão para rechaçar a validade universal e extratemporal que o próprio título da obra apregoa reside em seu método de formulação*"[5], produto de uma investigação empírica e de premissas dedutivas.

Keynes, ao afirmar que as decisões de poupar e investir são realizadas por diferentes pessoas que atuam com interesses diversos e se comportam de modo distinto diante dos fatos econômicos, abalou os alicerces da lei de Say. Poupança e investimento não são movimentos de uma mesma entidade e de tempo simultâneo. Investimento e capitalização são coisas diferentes. Uma ponte pode ser um investimento, mas capitalização é especificamente o investimento em máquinas e ferramentas, ou seja, formação de capital fixo: : "*Com o termo inversão produtiva nos referimos à que se destina à produção de bens e serviços materiais, enquanto outro tipo de inversão, como a construção de casa-habitação, avenidas, parques etc a temos classificado como inversão improdutiva*"[6].

As variáveis estratégicas da economia, volume de produção e emprego, balanço de pagamentos e preços em equilíbrio no sistema capitalista parece ser difícil de obter. Iniciado o processo de expansão industrial, notou-se uma desproporção em vários desses fatores. A produtividade dos ramos econômicos são díspares, não somente

[5] Oswaldo Sunkel. "?Cual és la utilidad práctica de la teoria del multiplicador? ETE 95:255.
[6] Michal Kalecki. "Bosquejo de una metodologia para elaborar un plan de desarrollo. La experiência polaca. ETE 126:301.

contrapondo indústria ao campo, mas no interior do segmento fabril havia diferenças de produtividade, tendo como um de seus efeitos ganhos salariais diferentes.

A crise econômica mundial afetou de modo tão violento a sociedade que o medo dos dirigentes políticos e econômicos era o de que as instituições pudessem ser destruídas, em uma avalanche de reações capitaneadas pelos trabalhadores. Diante do desespero, o seu receituário foi claro, para salvar as instituições o Estado deve cumprir um papel conciliador, mesmo em contradição com o liberalismo: "*Por isso, enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrário, como o único meio exeqüível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual*"[7].

Dois foram os dispositivos a que o Estado pôde recorrer na implementação política de socorro:1) a propensão ao consumo, por meio da política tributária, tendo em vista o aumento da renda do empresário que prefere a acumulação monetária, ou seja a liquidez, à acumulação produtiva; 2) incentivo ao investimento. Através desses instrumentos se garantiria um certo nível de emprego e de salários[8]. "*A propensão a*

[7] John Keynes. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. p. 257.
[8] "Keynesians have largely glossed over the importance of the full-employment profit squeeze. Born in the great depression, keynesian theory has focused almost exclusively on the problem of chronically insufficient aggregate demand". Boddy, R. & Crotty, J. "Class conflict, keynesian policies, and the business cycle" *Monthly Review*. V. 26 nº 5, october 1974, p. 3. (PP 1-17).

consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salários reais - não o inverso"[9].

Como o problema que Keynes se propunha a resolver era político, a solução apresentada também o foi[10]. Dadas as dimensões estreitas do mercado, os custos de ampliar a geração de demanda recaiu com maior peso sobre o Estado, cabendo a ele assumir a responsabilidade em conter os desequilíbrios de mercado. Na *Teoria Geral* ele deixa claro seu ceticismo quanto às possibilidades da ação auto-reguladora do mercado, considerando que o capitalismo é um sistema instável. "*O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas*"[11].

Através dessa política, o sistema poderia se manter em funcionamento. O caráter do pensamento keynesiano é preventivo, e daí a imprescindibilidade em orientar as ações de política econômica para a elevação do nível de emprego. "*Diz às vezes que Keynes salvou o sistema capitalista ao convencer os governos de que eles tinham o poder e o dever de conservar um emprego quase pleno. Seja como for, certamente salvou a economia. Sem ele, a economia, no mundo de fala inglesa, teria sido complemente desacreditada e a política tornar-se-ia o domínio de excêntricos empíricos*"[12].

---

[9] John Keynes. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. p. 33.
[10] "Em síntese, a sua preocupação fundamental era salvar o capitalismo da ameaça e da necessidade do socialismo". Sweezy, P. & Magdoff, H. *O Fim da Prosperidade*. p. 145.
[11] John Keynes. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. p. 256.
[12] Joan Robinson.*Liberdade e Necessidade* p. 115.

Nesse percurso, o sistema foi prejudicado, entre outros fatores pela existência de parasitas financeiros. Keynes acreditava que a evolução natural do capitalismo levaria ao fim da especulação. Essa sua crença deriva mais uma vez da necessidade de prevenir qualquer ação em direção a uma perturbação do sistema. "*Consequentemente, eu considero o aspecto do rentier do capitalismo como sendo uma fase transitória, que desaparecerá logo que tenha desempenhado sua função. (...) Além disso, uma grande vantagem na ordem dos acontecimentos que preconizo consiste em que a eutanásia do rentier, do investidor sem função, nada terá de repentino, mas será meramente uma continuação gradual e prolongada do que vimos observando recentemente na Grã-Bretanha, sem carecer de qualquer revolução*"[13].

A problemática keynesiana de prevenir uma irrupção dos trabalhadores também encontrou correspondência com a dinâmica econômica e social na América Latina. O pensamento de Keynes, Prebisch e dos técnicos da Cepal confluíram para um diagnóstico comum: desemprego e concentração de renda. "*Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas*"[14]. Tentando renovar o keynesianismo, Harrod e Domar retornam "(...) *ao terreno faz tempo explorado por Marx e que hoje deve tomar-se em conta em qualquer formulação de uma teoria do crescimento. Nos referimos ao princípio da acumulação de capital*"[15]. Isso se ajustava ao intento latino americano de ampliação das forças produtivas. O modelo do economista inglês era estático, situação de equilíbrio em dado momento, e,

[13] John Keynes. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. p. 255.
[14] John Keynes. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. p. 253.
[15] Antonio Sacristan Colas. "Ensayo en teoria general del crecimiento económico". ETE 114:220.

Harrod e Domar apresentaram uma visão dinâmica acumulação de capital, produto anual etc.[16]. Para o primeiro a taxa de câmbio, a renda e o capital eram variáveis dependentes no sistema. O foco na questão da renda se coaduna com o cerne do pensamento keynesiano, a ocupação depende da renda que por sua vez é determinada pelo volume de investimento e por extensão da propensão a poupar[17]. Domar, porém, reinterpreta Keynes à luz do conceito de equilíbrio dinâmico, o que permitiu incorporar a idéia de que uma dívida pública em crescimento pode ser algo tolerável.

Os desdobramentos da Segunda Guerra atingiram quase todos os quadrantes e na teoria econômica não se limitou aos de caráter político mas atingiu também os metodológicos, o que mais abaixo discutiremos.

Os autores liberais não viram que a livre concorrência entre as empresas havia sido minada pelas corporações monopolistas. Robinson e Chanberlain em seus ensaios tentaram explicar esse fenômeno, e dada a incapacidade explicativa da teoria marginalista, elaboraram a teoria da concorrência imperfeita: "*Na história do pensamento econômico, poucas vezes se construiu uma estrutura teórica tão acabada e tão inútil, como a teoria da concorrência imperfeita*"[18]. Um outro autor as classifica como idênticas: "(...) *considera que não obstante as diferenças, ambas as teorias eram, no fundo uma só e mesma coisa* (...)"[19].

A teoria do *input-output* se relaciona a esse contexto: "*Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Maiores das forças armadas norte americanas se viram*

---

[16] Cf. Juan Noyola Vasquez. "La evolución del pensamiento económico en el último cuarto de siglo y su influencia en la América Latina". ETE 91:276
[17] Cf. Evsey Domar. "Crecimiento y ocupación" ETE 90:197.
[18] Horácio Flores de la Peña. "La teoria del desarrolo económico". ETE 105:52.
[19] Benjamin Cornejo. "La 'Competencia Monopolica' de Chamberlin. ETE 53:62.

confrontadas com a necessidade de incrementar, em prazos muitíssimos curtos, sua produção bélica. (...) A solução dessas incognitas pode lograr-se mediante a elaboração de matrizes insumo-produto para os distintos setores industriais e para a 'planta nacional' inteira. (...) Em nosso tempo, já não se trata da aplicação de uma grande idéia às exigências de um conflito bélico de alcance mundial, mas de transferir a essa nova técnica de análise as conveniências de uma economia de paz"[20].

O livro de Rostow sobre as etapas do crescimento, *Stages of Economic Growth*, foi comentado por Vazquez-Precedo, que afirma que o estudo das "(...) *etapas não é novo. O século XIX foi rico em estudos mais ou menos filosóficos sobre a a história econômica e social das diferentes comunidades. Eles tomaram por base idades estágios, períodos mais ou menos articulados de desenvolvimento e surgiram em parte, como uma reação indutiva contra a tendência dedutiva da escola clássica, iniciando um processo que chega ao nosso tempo por várias vias*"[21].

A escola histórica alemã, há muito, havia elaborado uma reflexão, que periodizava a evolução econômica por etapas. Dela faziam parte Friedrich Lizt, Bruno Hildebrand, Karl Bücher, Gustav Schmoller e Werner Sombart. Marx, apesar de também apresentar em *Das Formen* uma periodização por etapas da evolução econômica, não faz parte dessa escola.

Em Rostow a ênfase metodológica é empírica. A partir do nível de renda per capita estabeleceu as seguintes etapas: sociedade tradicional; condições prévias do *take off*; *take off*; amadurecimento e consumo de massa. O processo econômico ficou

[20] Manuel Sánchez Sarto. "Concepto y experiência de la evaluación". ETE 103:372.
[21] Vicente Vázquez-Precedo. "Las etapas, el 'take off' y los casos". ETE 143:415.

reduzido ao aspecto quantitativo. Como teoria do crescimento econômico a proposta de Rostow generalizou os fenômenos, o que resultou em uma vaguidão. "*Isto confere às etapas rostovianas certo aspecto de falsa generalidade, já que parecem aplicar-se a todas e cada uma das economias, tanto a URSS, como aos Estados Unidos, a China e ao Brasil (...)*"[22]. *O propósito dele foi elaborar um "manifesto não comunista*", mais que uma teoria. Por isso, podemos desprezar as inconsistências de suas colocações pois seu objetivo é político, apresentado como conclusão científica. Essa digressão se justifica pelo fato de ser "*um documento importante, que nos demonstra em forma particularmente surpreendente, o baixo nível que atingiu o pensamento social do Ocidente na era atual da guerra fria*"[23].

O aspecto institucional foi contemplado para tornar viável o desenvolvimento econômico e social. Em 1948 foi criada a Cepal e apesar da existência prévia de uma literatura sobre o assunto os estudos eram escassos. Periodizando o pensamento cepalino temos: primeiro período, o do planejamento econômico e ação estatal, até meados de 50; segundo, o da integração econômica, fins dos 50; terceiro, o das reformas estruturais, aumento da produtividade agrícola, incorporação dos excluídos aos setores modernos/produtivos, redistribuição da renda ao longo dos anos 60.

A ausência de cursos de graduação em Economia e respectiva pós-graduação limitavam a quantidade, qualidade e escopo das pesquisas na área, pois havia pouco interesse sobre os problemas latino americanos. Recursos financeiros e humanos

[22] Paul Baran & Eric Hosbawm. "Las etapas del crecimiento económico". ETE 118:286.
[23] Paul Baran & Eric Hosbawm. "Las etapas del crecimiento económico". ETE 118:295.

insuficientes, falta de articulação e continuidade dos estudos e desconhecimento sobre as experiências históricas explicam o atraso nas investigações sobre nosso desenvolvimento. "*Ainda que exista certo acordo geral na região de que a investigação econômica e social deve estar orientada diretamente à política, fracassam continuamente os mecanismos de transmissão entre os economistas latino americanos e aqueles que decidem a política econômica*"[24].

A América Latina enfrentou a dificuldade de transformar a existente estrutura agro-exportadora em uma mais complexa e diversificada. A deterioração das relações de troca foi a responsável pelas dificuldades, e, como solução recomendou-se a industrialização por substituição de importação, pois o setor exportador auferia uma renda aquém da gasta com importação. O mundo foi dividido em dois: centro e periferia e a periferia em setor interno e o de exportações.

A distância entre a teoria e a prática porém guarda a mesma proporção que entre o centro e a periferia. A visão ortodoxa nasceu no centro, aqui sua adaptação não pode ser automática: "*o problema do desenvolvimento, então, chega a ser o de combinar de maneira ótima fatores econômicos, sociais e políticos. Nenhuma disciplina acadêmica pode manejar este problema por si só*"[25].

A Raul Prebisch está associada a época de ouro da Cepal e o período de maior crescimento econômico da América Latina no século XX, considerando que: "*A literatura sobre Prebisch é vasta e frequentemente hagiográfica*"[26]. As referências a

[24] Miguel Wionczek. "Una evaluación de las condiciones de la investigación sobre el desarrollo de América Latina". ETE 130:307.
[25] Joseph Grunwald. "La universalidad de la ciencia económica y los problemas del desarrollo". ETE 125:146.
[26] Joseph Love. A Construção do Terceiro Mundo, p. 517.

Keynes também, se caracterizam pela louvação. Victor Urquidi assinou nota necrológica de Keynes em 1946 ressaltando os feitos biográficos em tom encomiástico e finalizou afirmando que: "(...) *se em alguma parte do mundo faz falta uma boa dose de economia keynesiana, adaptada à nossa realidade, é na ibero-américa*"[27].

A partir dos trabalhos do economista argentino, podemos elencar duas contribuições teóricas fundamentais: a distinção centro-periferia e a deterioração dos termos de troca[28]. No entanto, antes da análise de suas idéias, gostaríamos de destacar as semelhanças biográficas dele com o economista inglês John Keynes, pois a biografia de ambos possui paralelismos. Ainda jovens, ambos foram professores de Economia com orientação neoclássica. Ambos criticaram os epígonos da economia clássica, vendo no rigor lógico, na elegância matemática e nas explicações estáticas de equilíbrio os limites deste pensamento.

As formulações da Cepal foram recebidas com alento, pois várias entidades de fora da região já tinham iniciado análises sistemáticas sobre a economia latino-americana, e havia chegado a hora de profissionais pátrios e instituições regionais começarem a elaborar explicações próprias[29]. Surgia um pensamento distinto do corpo de teorias derivadas do enfoque ortodoxo.

A visão de que o livre jogo de mercado promove a correção dos fatores econômicos em direção ao equilíbrio pode ser comparada ao do geômetra: da mesma forma que duas paralelas encontram-se no infinito, a mão invisível do mercado

---

[27] Victor Urquidi. Nota necrológica. ETE 50:351.

[28] "La teoría sobre el deterioro de los términos de intercambio se convertió pues en el punto de partida de lo que se denominó 'escuela estructuralista del desarrollo', que Prebisch logró alentar decididamente a partir de la Cepal ...". Francisco Lloréns. *Raúl Prebisch* p. 18

estabelece o equilíbrio, porém, no infinito. "*O método de trabalho dos economistas neoclássicos consistia em uma elaborada aplicação do princípio da oferta e demanda dos diferentes mercados para demonstrar como se formavam os preços e se tendia a uma posição de equilíbrio em cada uma delas*"[30]. Keynes nota que a teoria do equilíbrio geral como instrumento de análise era negativo. Ao enfoque microeconômico (Walras, Marshall, Pareto, e Wicksell), agregou-se o macroeconômico (Keynes). O distanciamento de Keynes com as derivações vulgares da economia política clássica se configurou com a edição de sua obra mais famosa.

Podemos considerar um marco na carreira de Prebisch a publicação, em 1947, de um livro de divulgação das idéias de Keynes, *Introducción a Keynes*, texto modesto em seus objetivos de apresentar ao público de fala espanhola as teorias keynesianas.

Dois anos depois, em 1949, ele apresentou seu informe[31] à Cepal sobre o desenvolvimento econômico da América Latina e assumiu o cargo de secretário executivo da Comissão. Sob o amparo dela, abriu espaço para a defesa de políticas econômicas que contrabalançavam as tendências liberais e de não participação do Estado como indutor direto e indireto da atividade econômica.

O autor definiu didaticamente a diferença entre países do centro e periferia. Enquanto os primeiros se caracterizam pela produção e exportação de bens industriais, os segundos produzem e exportam bens primários. "*Em outros termos, entende-se que*

---

[29] Cf. Eduardo Garcia D'Acuña & Carlos Hurtado Ruiz –Tagle. "La teoria económica y el caso espacial latinoamericano". ETE 126:291-299.
[30] Celso Furtado "La teoria del desarrollo eocnómico en la evolución de la ciencia económica" ETE 83:260.
[31] Cf. Raúl Prebisch."El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas" ETE 63:347-431

centros e periferia se constituem historicamente como resultado da forma pela qual o progresso técnico se difunde na economia mundial"[32].

A estrutura econômica dos países centrais é heterogênea e especializada, significando que eles são capazes de produzir bens diversificados, suprindo as necessidades de seu mercado interno, da mais simples manufatura às mercadorias com alta tecnologia agregada. Sobre a viabilidade de crescimento do comércio internacional, um dos cenários apresentados, via com otimismo a situação dos países da região, pois os Estados Unidos, maior importador do mundo, garantiria uma procura constante de produtos manufaturados, mais ou menos elaborados, garantindo volume e preço, ao mesmo tempo que a dependência externa seria atenuada com o tempo, graças à evolução do setor interno. Vislumbrava que: "(...) *o desenvolvimento deve ser obra própria, de nós mesmos, de nossa determinação de introduzir mudanças fundamentais na estrutura econômica e social para apartar os obstáculos consideráveis que se opõem*"[33].

A seu ver, os países periféricos contam com uma estrutura econômica homogênea e simplificada. Muitos deles produzem e exportam um ou mais bens primários e não são capazes de atender a demanda de bens mais sofisticados, mas somente, alguns bens de consumo, pois seu parque industrial tem dificuldade de incorporar o progresso tecnológico.

Tal distinção não pode ser considerada uma contribuição original de Prebisch, embora ele tenha sido seu grande publicista. Manuel Fernandez Lopez, em artigo

---

[32] Octávio Rodriguez. *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal* p. 37.
[33] Raúl Prebisch. "La respuesta de América Latina a una nueva política de cooperación económica internacional". ETE 112:674.

publicado em *Ciclos*[34], rastreou as possíveis referências utilizadas pelo economista argentino para elaborar tal distinção. Reportou-se à Conferência de Gênova, em 1922, que teria assinalado no interior do sistema padrão ouro a existência de alguns países com função de centros do ouro, e, portanto, por contraste haveria países com a função de periferia do padrão ouro. O autor se refere a dois outros possíveis antecessores de Prebisch: Echeverria, autor de *Dogma Socialista*, e, Alberdi, com seus *Estudios Económicos*, além das possíveis influências de List e Sombart.

A preocupação de Prebisch a partir dessa distinção é tributária da economia política clássica de Adam Smith e David Ricardo, que em suas obras apresentaram idéias sobre o desenvolvimento do comércio exterior.

No conjunto do sistema de idéias de Prebisch e da Cepal concebemos a distinção centro-periferia como a seção de comércio exterior, o que pode causar estranhamento, pois à primeira vista sua contribuição sobre a secular tendência de deterioração dos termos de troca talvez melhor se encaixasse como a seção de comércio exterior.

A segunda contribuição refere-se a outra seção da Economia Política Clássica, a teoria do valor. Na verdade, a deterioração dos termos de troca se verifica empiricamente, não em função do fluxo do balanço de pagamentos, mas pelo fato de que mercadorias com diferentes quantidades de trabalho não podem ser trocadas pelo mesmo valor. "*Nos anos trinta, somente se podia comprar 63% dos produtos finais da indústria que se comprava nos anos setenta do século passado com a mesma quantidade de produtos primários; ou seja que se necessitava em termos médios de*

[34] Cf. Manuel Fernandez Lopez. "El ciclo económico: estúdios de Raúl Prebisch". *Ciclos*, 10:17-32.

58,6% a mais de produtos primários para comprar a mesma quantidade de artigos finais da indústria"[35].

A teoria do valor-trabalho estabelece que o número de horas de trabalho necessário para a confecção de uma mercadoria determina seu valor. Em função disso, bens manufaturados que incorporam uma maior quantidade de trabalho possuem um valor mais alto que os bens primários. Quando Prebisch referenciava que a distribuição do progresso técnico é desigual entre o centro e a periferia, conferia validade à essa teoria, apesar de não ser essa sua intenção.

Uma das formas de verificação da vigência da teoria do valor é a prevalência do fator tempo e produtividade no estabelecimento dos critérios de eficiência comparativa e de valor da força de trabalho. "*O progresso técnico seria o meio de defesa da classe capitalista contra a elevação dos salários*"[36]. O reconhecimento da teoria do valor em suas variantes foi tímido. Os colaboradores da revista não partiam metodologicamente da economia política clássica, como aponta Schumpeter: "*A maior parte dos economistas clássicos – mais que todos Ricardo – põem o elemento trabalho em primeiro plano*"[37]. Aderiram em alguns casos, mas também sem muita ênfase, às idéias neoclássicas sobre o valor: "*A leitura da teoria do valor foi reduzida aos aspectos liberais de supremacia do mercado, expurgando o elemento trabalho. O pensamento*

[35] Raúl Prebisch."El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas" ETE 63:360.
[36] Celso Furtado. "La teoria del desarrollo económico en la evolución de la ciencia económica". ETE 83:246.
[37] Joseph Schumpeter. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*, p. 19.

neoclássico desdobrou a teoria colocando a origem do valor na utilidade (Condillac e J.-B. Say) e uma outra que atribui valor à raridade (Burlamaqui e Walras pai)"[38].

De acordo com Prebisch, há um falso sentido de universalidade na teoria econômica geral[39] e somente a partir dessa constatação os países do velho e do novo mundo, fora do miolo europocêntrico, puderam dar início a uma reflexão sobre sua situação sócio-econômica, que não fosse mera repetição das idéias e preconceitos sobre a América Latina e outros povos.

Tal constatação não significou uma completa autonomia frente às elaborações pré-existentes, pois ele nos alerta "*É todavia muito forte na América Latina a propensão a importar ideologias, tão forte como a propensão dos centro a exportá-las*"[40].

A condição de periferia implicava também em sujeição ideológica às políticas econômicas adotadas pelos países centrais, quando do início de seus respectivos processos de industrialização.

Estabelecer como prioridade a criação de um parque fabril na América Latina induziu a uma elaboração mental - crítica - que invertia as orientações dos países centrais. Seu primeiro passo foi contestar o modelo agro-exportador como política econômica. Seguindo o autor, a orientação desse tipo de política é "para fora", enquanto as reais necessidades da América Latina eram de uma política que internalizasse os saldos comercias e o avanço tecnológico em proveito da população.

---

[38] Cf. § 122 da lição XIV "Exposição e refutação das doutirnas de A. Smith e J.-B. Say sobre a origem do valor de troca", in Léon Walras. Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura, p. 99.
[39] Raúl Prebisch."El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas" ETE 63:359.
[40] Raúl Prebisch. *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano*. p. 20.

O discurso das nações centrais era regido pelos princípios do livre mercado. Nele não se previa formas de proteção alguma aos países dependentes e seus mercados deveriam permanecer abertos as exportações, com baixas aliquotas alfandegárias e despreocupados com o sucesso de suas indústrias nacionais.

Ricardo sistematizou a questão no livro *Princípios de Economia Política e Tributação*, no capítulo 7 "Sobre o Comércio Exterior". A argumentação é simples: participam da produção três fatores econômicos elementares; terra, trabalho e capital. Levando-se em consideração os custos, cada país deve concentrar a produção nos setores onde a produtividade for maior, exportando o excedente. "*É tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição do trabalho, produzindo cada país aquelas mercadorias que, por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado, trocando-se por mercadorias de outros países, quanto aumentar nossas satisfações por meio de uma elevação na taxa de lucros*"[41]. A leitura dessa proposta feita pelos formuladores do Império britânico significou politicamente uma defesa da velha estrutura colonial como sendo vantajosa por corresponder à otimização dos fatores de produção. Os epígonos de Ricardo cometeram o erro de considerar as causas naturais[42] como fator determinante na confecção de uma mercadoria.

List foi duro na crítica a essa interpretação adotada pelos dirigentes da Inglaterra. "*Constatamos, pois, que em todos os tratados comerciais concluídos pelos ingleses*

---

[41] David Ricardo. *Princípios de Economia Política e Tributação* p. 103.

[42] "No cerne do sistema de Ricardo encontra-se a noção de que o crescimento econômico está condenado a acabar, mais cedo ou mais tarde, devido à escassez de recursos naturais" Mark Blaug. *História do Pensamento Económico*. p 137. Um contraponto a essa visão pode ser encontrado em Isaac Ilyich Rubin. *A History of Economic Thougt*.London: Pluto, 1989. Part Four: David Ricardo, pp 219-287.

existe uma tendência a estender a venda dos seus produtos manufaturados a todos os países com os quais negociam, oferecendo-lhes em troca vantagens aparentes no tocante à importação de produtos agrícolas e matérias-primas. Em toda parte os esforços dos ingleses visam arruinar a força manufatureira desses países, oferecendo-lhes bens mais baratos e empréstimos a longo prazo"[43].

Para o autor dos *Princípios* ... o comércio exterior era visto sob dois outros ângulos: como um incentivo à poupança/acumulação de capital e como forma de baratear os artigos de consumo dos operários, diminuindo seu salário e por isso elevando a taxa de lucro[44], pois a questão da divisão internacional do trabalho não tem como fim a si mesma, mas a economia social do trabalho.

Embora a referência nos textos de Prebisch não seja explícita, a reação a esse postulado liberal foi inspirada em List. "*Diríamos ser até possível que a liberdade máxima de comércio internacional pode resultar em servidão nacional*"[45].

A recepção às críticas de Prebisch não foram positivas. Prova disso foi a hesitação da ONU em consolidar a Cepal no início da década de 50. Ao final acabou prevalecendo o empenho, já iniciado, por ele e outros no sentido de transformar a Comissão em um polo de referência na elaboração de uma nova política econômica, voltada para a industrialização.

Para isso, duas batalhas, uma política e outra econômica, deveriam ser travadas. Na esfera econômica, dois obstáculos precisariam ser vencidos: 1) internacionalmente, os grandes monopólios, no início dos anos 50, não tinham claro, em função dos

---

[43] Georg Friedrich List. *Sistema Nacional de Economia Política* p. 51.
[44] cf. cap. V Sobre os Salários. David Ricardo. *Princípios de Economia Política e Tributação.*
[45] Georg Friedrich List. *Sistema Nacional de Economia Política.* p. 14.

desdobramentos da reconstrução da Europa, qual seria a política adotada, se a de manterem os mercados periféricos para suas exportações ou a de instalarem neles suas fábricas; 2) nacionalmente, para viabilizar um processo de industrialização, seria necessário promover reformas sócio-econômicas que poderiam alterar a correlação de forças entre as diversas frações de classe existentes.

Na esfera política não havia por parte das classes dirigentes latino-americanas uma consciência política que esboçasse um programa de desenvolvimento econômico autônomo capaz de fazer frente às nações centrais. A noção de desenvolvimento econômico que subjaz é a capitalista, que toma por riqueza material a produção e posse de mercadorias, além da elevação eqüitativa da renda *per capita*, do aumento da produtividade do trabalho e da extensão de benefícios sociais.

Não se deve conferir livre curso às comparações. Há no mínimo um século de distância entre centro e periferia. "*Levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor textil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda Revolução Industrial*"[46]. Nos países centrais a luta pelo liberalismo adquiriu a forma de revolução política e industrial. Na América Latina o pensamento liberal foi tomado como sinônimo de liberdade, ou seja, de fim do monopólio comercial da metrópole e introjeção do poder de decisão política. Um contexto histórico é único e não pode ser reproduzido.

Quando a América Latina "despertou" com maior vigor para a necessidade de sua industrialização - no Segundo Pós-Guerra - a economia mundial já estava monopolizada. A historiografia brasileira e latino-americana, de modo geral, remonta à

década de 1870 como o marco de industrialização, desconsiderando que esse foi o momento de surgimento dos monopólios nas economias centrais[47], e que politicamente, o utópico projeto de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, já havia sido posto em cheque por outro, o socialista.

Nesse intervalo a questão da sobrevivência econômica foi prioritária. O temor se justificava porque: "*Durante a guerra, houve intensa utilização de equipamentos, sem investimentos correspondentes em modernização e reposição. Ocorreu, portanto uma distorção, artificialmente favorável do coeficiente de produtividade do capital*"[48].

A resistência que o pensamento de Prebisch/Cepal impunha ao livre comércio refletia a percepção do aprofundamento da crise econômica e social que poderia ter continuidade, caso não se promovesse mudanças. "*A realidade está destruindo na América Latina aquele pretérito esquema da divisão internacional do trabalho que depois de haver adquirido grande vigor no século XIX, seguia prevalecendo doutrinariamente até muito recentemente*"[49].

Três providências de política econômica foram sugeridas: a) a partilha do progresso técnico pela via da industrialização. "*Não é ela um fim em si mesma, senão o meio principal de que dispõe para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o nível de vida das massas*"[50]; b) a substituição de importações orientada não somente para a satisfação do mercado interno, mas que fosse

---

[46] João Manuel Cardoso de Mello. "As consequencias do neoliberalismo" p. 59.
[47] No ramo da siderurgia: Krupp, 1860; Carnegie, 1870; United States Steel, 1901. Químico: Basf, 1865; Nobel Dynamite 1886; Dupont 1882. Petróleo: Standart Oil 1870. Equipamentos elétricos: Edson, 1876; AEG, 1883; Westinghouse 1886; General Eletric, 1873.
[48] Roberto de Oliveira Campos. "Puntos de estrangulamiento en la economia". ETE 91:351.
[49] Raúl Prebisch."El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas" ETE 63:348.

capaz de inserir a América Latina no rol dos países exportadores de bens de maior valor agregado e não exclusivamente de matéria-prima e produtos intermediários; c) um programa anticíclico com o objetivo de evitar que as flutuações econômicas afetassem em demasia os países periféricos. Caberia atenuar a sujeição econômica e preservar o nível de emprego quando de uma diminuição das exportações e ao mesmo tempo diminuir o coeficiente de importação e acumular reservas na fase de crescimento para utilizá-las em fase de crise[51]. Além disso, Prebisch criticou os ardentes defensores de que sem inflação o crescimento cessaria. Considerou um erro a tese contrária de que a inflação seria um fenômeno monetário e independente da infra-estrutura sócio-econômica[52].

A política anticíclica visando conter as conseqüências danosas de uma diminuição da demanda por bens primários, exprime um raciocínio unilateral, que não compreende que o capitalismo é por essência contraditório. Isso foi colocado por Marx, mas também por Mitchell, que chama atenção para o fato de a prosperidade ser perturbadora, causadora de uma elevação dos custos que modifica todas as relações de equilíbrio. "*Entre as pressões mais perigosas que se acumulam gradualmente, dentro do sistema econômico, durante os períodos de grande prosperidade, está a subida lenta, mas firme, dos custos das atividades econômicas*"[53]

---

[50] Raúl Prebisch."El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas" ETE 63:349.

[51] cf. a segunda parte do informe "Bases para a discussão de uma política anticiclica na América Latina" pp 416-431.

[52] Cf. Raúl Prebisch. "La respuesta de América Latina a una nueva política de cooperación económica internacional". ETE 112:679.

[53] Wesley Mitchell. *Os Ciclos Econômicos e suas Causas*. Cap. II Como a prosperidade gera a crise p. 31.

As reações econômicas são um conjunto de elementos em que o aumento do volume de produção não pode ser tomado como um índice único e isolado. Prosperidade, crise, depressão e reativação econômica compõem as alterações do sistema, que não deve ser concebido em base a um raciocínio formal de alternância entre retração e expansão. Entretanto, como já foi visto, há uma predileção pelo dualismo. Retração que gera retração. Expansão que gera expansão, por exemplo: investindo na produção eleva-se o nível de emprego que amplia a massa salarial, aumentando o consumo que estimula a produção. Esse círculo vicioso da riqueza não prevê efeitos antitéticos. Os elementos perversos, geradores de crise, são desequilíbrio do balanço de pagamentos, inflação e desemprego. Nenhum deles associados às contradições inerentes ao sistema capitalista, de produção social e acumulação privada.

Paralelamente à industrialização, a reforma agrária contemplaria finalidades sócio-econômicas como democratização da propriedade rural, elevação da produtividade da terra aumentando o poder aquisitivo do setor, estímulo à acumulação de capital e dessa forma ampliação da renda da terra através da mecanização.

Para aplicação dessa política, o Estado foi concebido como instrumento de intervenção econômica, chegando em alguns casos a se tornar agente. "*A intervenção do Estado é essencial para guiar a atividade privada, para levá-la - sem compulsão alguma - ao cumprimento de certos objetivos de desenvolvimento*"[54]. Sua atuação deve orientar-se para a suplementação ou criação da infra-estrutura física e social. Através da política macroeconômica o intervencionismo complementaria suas funções, ajustando

[54] Raúl Prebisch. *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano* p.74.

as áreas fiscal, tributária, monetária e cambial aos propósitos do desenvolvimentismo estatal[55].

A obtenção de recursos para financiar tais atividades adviria do aumento de volume das exportações. Mas a maior fonte de capital seria o investimento estrangeiro, dada a dificuldade de ampliar receitas com a exportação de matérias-primas.

Um dos diagnósticos centrais no pensamento de Prebisch e consequentemente no da Cepal é o conceito de insuficiência dinâmica das economias latino-americanas. Ao contrário do que se possa imaginar, essa conceituação não está relacionada a um maior ou menor dinamismo das atividades econômicas, mas à capacidade de absorção de mão de obra. Ou seja, a caracterização quanto a insuficiência ou suficiência dinâmica se relaciona à oferta de ocupações produtivas. Essa preocupação reflete o espírito da época, que entendia ser importante ampliar o volume de emprego. Repete-se, assim uma postura preventiva quanto ao dinamismo das lutas sociais da época.

Celso Furtado figurou, ao lado de Prebisch, como um dos grandes expoentes do pensamento cepalino. Em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* seu objetivo foi de apresentar uma teoria do desenvolvimento. Esse livro reúne toda sua reflexão sobre o assunto, inclusive reaproveitando textos e ensaios anteriormente publicados e refundindo-os no corpo do livro, conferindo-lhes sistematicidade.

Por isso, o autor republica a introdução de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, visando resgatar as contribuições do pensamento econômico que

[55] "It is generally recognised that the history of Latin American development in the half century has been dominated by the presence of the state" Anglade, Christian & Fortin, Carlos. *The State and Capital Accumulation in Latin America* p. 211.

poderiam auxiliar na compreensão da realidade latino-americana: referiu-se a Marx e sua teoria crítica das irracionalidades do sistema, aos neoclássicos e a teoria dos preços e do equilíbrio geral, e ao keynesianismo e sua ênfase sobre a demanda agregada.

De acordo com ele, todas essas três visões promoveram o desabrochar de uma teoria autônoma e criativa elaborada na América Latina. Os clássicos contribuíram com seu rigor formal e metodológico, Marx apontando as falhas do modo de produção capitalista e Keynes sistematizando a política de intervenção estatal na esfera econômica.

Furtado foi coerente e sua obra extraiu dessas vertentes seus atributos positivos. A influência de Max Weber também foi notada em vários momentos, ao estabelecer como pontos referenciais tipologias. "*Caberia falar, neste caso, de capitalismo bastardo, no qual inexistem as características marcantes do tipo puro*"[56].

Para ele, o subdesenvolvimento é um processo autônomo. "*O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento*"[57].

No subdesenvolvimento, a presença de estruturas duais tensionam a sociedade, que se vê forçada a realizar reformas. "*As reformas estruturais, que são um aspecto essencial da política econômica dos países subdesenvolvidos, constituem um tipo radical de política qualitativa, em cuja formulação os modelos de decisão que vimos de descrever são de alcance limitado. Em certo sentido, essas reformas transcendem o*

[56] Celso Furtado. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* p. 143.
[57] Celso Furtado. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* p. 142.

quadro do que convencionalmente se chama de política econômica, pois constituem o coroamento de uma fase de agudas tensões sociais"[58]. Notamos que há, também, em Furtado uma preocupação em prevenir o agravamento dos conflitos.

O peso social dos grandes proprietários de terra, ainda muito forte, e um crescimento econômico, desacompanhado de desenvolvimento social, obrigam a uma programação de decisões visando aliviar a tensão social.

No entanto, o ponto mais esclarecedor do livro é a explicação sobre o método estruturalista, exposta no anexo metodológico à primeira parte: "*O estruturalismo econômico (escola de pensamento surgida na primeira metade dos anos 50 entre economistas latino-americanos) teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos 'parâmetros não-econômicos` dos modelos macroeconômicos. (...) Como esses fatores 'não econômicos` - regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, existência de uma parte da população 'fora` da economia de mercado - integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, aqueles que deram ênfase especial ao estudo de tais parâmetros foram chamados de 'estruturalistas`. (...) Considerado o problema sob outro aspecto, os estruturalistas retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este último colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio para compreender o comportamento das variáveis econômicas*"[59].

Em outra passagem de sua vasta obra, afirma que: "*As observações dos marginalistas nunca foram além do âmbito da empresa*"[60]. Apesar disso, acredita o

---

[58] Celso Furtado. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* p. 199.
[59] Celso Furtado. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* pp. 72-73.
[60] Celso Furtado. "El análisis marginal y la teoria del subdesarrollo". ETE 92:439.

referido autor que no traslado para o plano macroeconômico os economistas dessa escola possam contribuir para a fundamentação da teoria da distribuição de renda.

A aproximação com as ciências exatas deve ser notada, não no aspecto da instrumentalização matemática do pensamento econômico, mas no fato de que as ciências exatas permitem prever o resultado. Se o critério para estabelecer a exatidão de uma ciência for a elaboração de cenários, a economia política também pode ser considerada exata, mudando apenas os recursos utilizados para previsão. Em Economia as consequências sociais são mais do que previsíveis, apenas sua magnitude é desconhecida. Parafraseando Kuznets, diríamos que neste sentido o problema se converte em factibilidade técnica versus probabilidade econômica[61]. O conjunto é maior que a soma de suas partes conferindo expressão social à Economia.

A contribuição da Sociologia fez-se sentir na busca por interpretações relativas e/ou dinâmicas, diferentes das absolutas e/ou estáticas. Para alguns a América Latina deveria ser classificada como economia em transição, a partir de uma perspectiva dinâmica: "*Na realidade, uma vez adotado este ponto de vista seria mais saudável descrever a América latina não como uma área de economia não desenvolvida ou under-developed mas como uma área de economia em transição*"[62].

Uma certa tradição ensaística na América Latina, e que contaminou as Ciências Sociais, atribuia a origem de nossos problemas à raça, religião, clima tropical, à herança latina, ao estatismo, à exploração colonial, debilidade na formação liberal etc.. Já os

[61] Cf. Simon Kuznets. "Conceptos y supuestos en las proyeciones a largo plazo del producto nacional". ETE 110:320.
[62] Vernon Esteves. "El desarrollo económico en la América Latina". ETE 88:422.

economistas os atribuiam "(...) *sob o véu do jargão econômico: baixa poupança e investimentos, dotação de recursos deficiente, interferência artificial no livre jogo dos mecanismos de mercado e de preços, instabilidade financeira, políticas econômicas inadequadas etc.*"[63].

O destaque à sociologia de Weber em suas passagens historicistas expostas em *Economia e Sociedade*, mas principalmente em *História Geral da Economia* permitiu desdobrar todo um pensamento que ignorava a exploração colonial: "*O acúmulo de riquezas, tal como se deu com o comércio colonial, possui escassa importância para o desenvolvimento do capitalismo moderno* (...)"[64]. A sociologia weberiana obteve, então, grande e cômoda receptividade, pois seu modelo de pensamento oferecia uma tentativa de reconciliação dos antagonismos sociais. "*Weber pôde se tornar o 'homem para todas as estações' do capitalismo do século XX porque traçou linhas de demarcação engenhosas, que se adequam às novas necessidades intelectuais da época, à medida que elas surgiam de acordo com as circunstâncias mutáveis*"[65].

Weber explicou como a ética protestante influenciou o capitalismo, com seus ideais de trabalho e ascetismo, estimulantes da poupança e investimento. Na recepção desses pensamento na América Latina houve uma laicização em função de influências católicas, que não gostariam de ver a apologia da visão burguesa do cristianismo, o calvinismo, deixando de lado a lembrança da reforma protestante e ressaltando os demais elementos. Nessa visão, a questão econômica recai sobre a conduta humana, a

[63] Oswaldo Sunkel. "El transfondo estructural de los problemas del desarrollo latinoamericano". ETE 133:11.
[64] Max Weber. *História Geral da Economia* p. 268.
[65] István Mészáros. *O Poder da Ideologia* p. 200.

sociedade deixa de ser vista como um todo e a associação do crescimento se liga ao individualismo.

Como disciplina científica a Sociologia não existia à época das industrializações primevas, em 1945 já havia se consolidado no pós 45, o que permitiu que fosse incorporada ao arcabouço ideológico do desenvolvimento latino americano, para ampliar as perspectivas do conhecimento econômico através da análise das estruturas sociais. Mas trouxe um problema, pois devido a ausência de dados empíricos, se limitou à formulação de hipóteses.

A Sociologia foi parte constituinte do enfoque estruturalista: "*Os economistas viram-se obrigados a lançar mão, continuamente, das contribuições dos sociólogos para prosseguir seus estudos*"[66]. Não somente a economia deve ser vista em suas estruturas, mas também a sociedade. O desenvolvimento não pode se reduzir a uma e inequívoca medida, dado ser um processo complexo. Dentre as finalidades da mensurabilidade podemos elencar: apurar o crescimento sustentado da produção total da nação; estimativas de magnitudes brutas e liquidas; variações de produção; estabelecer padrões de relação entre setores da economia; aferiação do bem estar social. As mudanças em curso deveriam ser acompanhadas por uma nova configuração na hierarquia de poder, na forma de governo, no sistema eleitoral e no recurso a esses novos profissionais[67].

---

[66] Octávio Ianni. "La sociologia en América Latina". p. 426.

[67] cf. entre outras referências "La utilización de especialistas en Ciencias Sociales por los bancos de América Latina". ETE 85:123-132.

De acordo com Bielschowsky, foi José Medina-Echavarria quem introduziu a Sociologia do Desenvolvimento na Cepal nos anos 50[68]. Posteriormente, em 1964, Echavarria publicou *Consideraciones Sociológicas sobre el Desarrollo Económico*, propondo uma teoria única do desenvolvimento. "*Neste sentido, da mesma forma que o saber econômico viu-se forçado nos últimos anos a elaborar, no geral ou em parte, uma teoria do desenvolvimento que - ao menos em forma explícita - não era um tema de requisitada atenção em tempos anteriores, o saber sociológico viu-se impelido a interrogar-se também sobre se poderia dizer algo acerca do assunto, com ajuda ou independência dos esforços do economista. O elegante cientificamente seria uma teoria única*"[69].

As teorias desenvolvimentistas nasceram da junção do pensamento econômico com a Sociologia. Essa mescla foi possível dada a "revolução keynesiana", que aparou as arestas entre uma reflexão analítica e uma orientação para a ação[70]. A Sociologia latino-americana deveria ser antes de tudo uma Sociologia do Desenvolvimento[71], e adquiriu status de sociologia militante com o livro de Pablo Gonzalez Cazanova, *Las Categorias del Desarrollo y la Investigación en Ciencias Sociales.*

O autor inicia com uma crítica às entidades de cooperação internacional que em seus estudos reduzem os conflitos ideológicos a formas descritivas e morfológicas. Cita, como exemplo, os estudos das Nações Unidas e os encomendados por governos[72]. Na sequência, critica a presença das tendências liberais na Sociologia latino-americana e

---

[68] cf. Ricardo Bielschovsky. "Evolucion de las ideas de la Cepal" p. 30. Lembramos ainda que Medina-Echavarria foi um dos tradutores da obra *Economia e Sociedade* por Weber.
[69] José Medina-Echavarria. *Consideraciones Sociológicas sobre el Desarrollo Económico* p. 14.
[70] Jorge Graciarena. *Formación de Postgrado en Ciencias Sociales en América Latina* p 123.
[71] Essa é a opinião de Ignácio Sotelo. *Sociologia da América Latina* p. 20.

sua respectiva opção metodológica. "*Assim, quando o empirismo utiliza as fases de crescimento, estancamento, recesso, crise, na investigação científica dos ciclos, os utiliza com um sentido técnico específico, e com o suposto de que o estudo serve para manter o sistema* (...)"[73]. Sua obra reflete o embate entre teorias que concebem movimento/mudança versus estático/constante. Para ele, o empirismo abole a historicidade do presente. "*No empirismo as categorias históricas terminam com a época atual*"[74].

Os conteúdos sociológicos penetraram, também, via duas escolas do pensamento econômico: a histórica alemã, com o seu maior representante, List, e a escola institucionalista norte-americana, fundada por Veblen, cuja influência pode ser notada através da crítica ao consumo conspícuo sistematizada em sua obra, *Teoria da Classe Ociosa,* presente em inúmeros trabalhos da Cepal.

Além disso, para Vazquez Varini, a originalidade não fez parte do pensamento latino-americano: "*É fácil observar, como a teoria econômica em especial, e também as políticas econômicas se manejam, em sua quase totalidade, nestas áreas da América Latina, através de obras traduzidas, de autores europeus e norte-americanos*"[75]. Tanto ele como Fernando Henrique Cardoso ressaltaram o caráter heterodoxo desse pensamento: "*Nas análises da Cepal coexistem simultaneamente, sem integrar-se (e a linguagem assim o indica), explicações clássicas, marxistas, neoclássicas e propriamente marginalistas, sobre os mecanismos dos preços e do crescimento*

---

[72] Pablo Gonzalez Cazanova, *Las Categorias del Desarrollo y la Investigación en Ciencias Sociales*. pp 9-10.
[73] Pablo Gonzalez Cazanova, *Las Categorias del Desarrollo y la Investigación en Ciencias Sociales*. p. 68.
[74] Pablo Gonzalez Cazanova, *Las Categorias del Desarrollo y la Investigación en Ciencias Sociales*. p. 69.
[75] Felipe Vazquez Varini. *Acción y pensamiento económicos de América Latina* p. 11.

econômico"[76]. Um outro autor também confirma esse legado eclético: "*A tese da Cepal pode ser descrita como uma combinação altamente sofisticada e como o ajuste – em condições latino americanas – da economia pós keynesisana com a sociologia de Manheim e pós manheimiana, incluída a soma de alguns outros ingredientes do legado marxista* (...)"[77].

[76] Fernando Henrique Cardoso. "La originalidad de la copia: La Cepal y la idea de desarrollo" p. 39.
[77] Hélio Jaguaribe. "El impacto de Marx". ETE 133:119.

Cap. 2 – Sofística do Desenvolvimento

2.1 Voga Maquinofatureira

A configuração do mundo pós 1929 e a Segunda Guerra Mundial revelou uma das formas de contradição do capitalismo e exigiu da economia política um desvio dos preceitos liberais que foram expressos pelo keynesianismo e pela utilização de outros recursos como o planejamento das atividades econômicas.

A presença do Estado deixou de ser incidental e como resultado, na maioria dos países, surgiram organismos de planejamento econômico central dentro do aparato governamental. Acreditava-se que somente com programação seria possível alavancar o processo de reconstrução e reordenamento da economia no pós-guerra. Na lei isso se definiu como um conjunto de previsões e normas.

O fortalecimento do Estado, sua hipertrofia e respectiva ampliação de atuação, foram pensados como condição para o desenvolvimento econômico e mudança social, reformulação que foi anterior ao período 1945-1970. Começou em 1930, sob o impacto da crise econômica advinda da quebra da Bolsa de Nova Iorque e do consequente abalo do modelo agro-exportador latino americano.

A catástrofe social e humana iniciada com a crise de 1929 despertou parte das elites governamentais para a necessidade de atender as demandas dos mais desfavorecidos. Após 1945 o próprio contexto de disputa de modelos sócio-econômicos

(guerra fria) estimulou que o mundo livre para o capital adotasse diques – a seguridade social foi um deles: "(...) *trata-se de uma corrente de idéias em pleno período formativo que, ainda pela ordem de angustiosas necessidades que trata de satisfazer, a convertem por muitos conceitos em tema de nosso tempo*"[1].

Isso não significou que a mão invisível do mercado deixasse de ser o horizonte teórico do pensamento econômico burguês, mas apenas esclareceu que o processo de acumulação não prescindia da utilização de dispositivos asseguradores do acúmulo de capital. "*A única generalização que parece admissível é que o Estado não pode deixar a tarefa de desenvolvimento industrial em um país ou região atrasada às forças livres do mercado, mas deve intervir, direta ou indiretamente, com o fim de promovê-lo*"[2].

O diagnóstico partiu da existência de uma estrutura econômica distorcida que prejudicava os mecanismos reguladores dos preços, que por sua vez, aprofundavam as insuficiências infra-estruturais do setor produtivo, induzindo à conclusão de que essas deviam ser corrigidas, gerando a necessidade do planejamento. O comportamento do mercado e do setor produtivo não encontravam funcionalidade pela rigidez e estrangulamento de sua base econômica.

O setor privado nacional não possuía capacidade de se auto-financiar, o estrangeiro levava em consideração suas conveniências para investir ou não, restando ao Estado uma gestão de planejamento, esboçada através de políticas fiscais, cambiais e tributárias que pudessem induzir a atividade econômica. A compreensão do

[1] José Mingarro y San Martín. "La doctrina de la seguridad social". ETE 61:106.
[2] Vittorio Marrama. "Papel del Estado en el desarrollo industrial de las regiones atrasadas". ETE 101:83.

planejamento é essa, a de um controle institucional da vida macroeconômica. Nenhuma das propostas apresentadas fugiu a essa fórmula.

A questão foi abordada em vários números da revista. Seus autores pouco se preocuparam com a precisão vocabular, na maioria dos casos conferindo significado semelhante a planificação e planejamento. Em alguns momentos a idéia de planejamento foi utilizada como sinônimo de investimento estatal, em substituição ao investimento privado.

Adalbert Vasena, em um artigo "*Planificação e crescimento econômico*" apesar do recurso ao vocábulo planificação, não confunde a política de sustentação do capitalismo, utilizando a expressão planejamento, o que revela que a alternância de palavras não passa de recurso estilístico. "*O planejamento através do mercado, como instrumento de desenvolvimento, é compatível com uma economia em que coexistam uma economia de mercado, onde funcione, o sistema de preços, a iniciativa privada e o regime de propriedade, e um Estado que assuma decididamente a orientação superior da economia, harmonize os interesses particulares em favor dos interesses gerais do país, planifique imperativamente sua própria ação pública, evitando o que é sinônimo de desordem e ineficiência, tudo isso mediante um Plano a vários anos formulado conjuntamente entre todos os fatores que interveêm no processo econômico social*"[3].

Havia uma distinção entre as técnicas de planejamento e o tipo de política, algumas vezes denominada de planificação. São apenas instrumentos, pois a

[3] Adalbert Vasena. "Planificación y crecimiento económico" ETE 120:550.

planificação implicaria em centralização da atividade econômica. "*Sua principal função será dar uma diretriz para eleição das industrias que deverão desenvolver-se*"[4].

Quanto ao conteúdo das políticas não houve confusão. Tratava-se em ambos os momentos de saber como melhor canalizar os recursos e investimentos públicos e criar incentivos para o setor privado. "*A proposta de empregar o mecanismo de mercado não implica necessariamente uma redução do papel desempenhado pelo governo, mas que esse papel fosse diferente. As políticas governamentais são necessárias para fortalecer o sistema de mercado, fortalecimento que por sua vez é necessário para permitir que a política oficial opere através do mercado em forma efetiva*"[5].

No autodenominado mundo livre os ordenamentos, pós Segunda Guerra, passaram a ser mistos, ou seja, as decisões da economia interna consideravam as da iniciativa privada e as do Estado. As duas deveriam se harmonizar. Durante o período de guerra, as economias capitalistas estiveram sob condução planejada e direção centralizada. Passado o 8 de agosto de 1945, as nações capitalistas centrais não desmontaram ideologicamente tal forma de interferência econômica, adotando-a em suas próprias economias, a fim de acelerar a reconstrução, e a estimulando nas nações periféricas.

Campos considera que o Estado deve atuar ou como pioneiro ou supletivo, sem competir com setores da economia privada, deve apresentar eficiência administrativa e executar uma política tarifária realista[6].

---

[4] Jan Timbergen. "Algunas técnicas de planeación del desarrollo". ETE 88:1955.
[5] Gerald Meier. "La crisis de la planeación en los países en desarrollo". ETE 148:701.
[6] Cf. Roberto de Oliveira Campos. "Puntos de estrangulamineto en la economia". ETE 91:362.

Os Estados Unidos pressionaram para que assim fosse: "*A recente reavaliação e reorganização do esforço dos Estados Unidos de ajuda ao estrangeiro confere uma maior importância ao planejamento do desenvolvimento a longo prazo*"[7].

O intento de ampliar a demanda, mais do que qualquer outro, pode ser considerado o grande motivo que conduziu as elites dirigentes da América Latina a estimularem o planejamento de suas atividades. "*A maior parte da planificação desenvolvida até agora baseou-se em estimativas sobre o crescimento da demanda*"[8]. Para sua determinação utiliza-se dos cálculos referentes à renda nacional e per capita. Ambas estão correlacionadas, como recurso técnico compila-se material estatístico e projeta-se séries cronológicas, promovendo uma utilização mais intensa da matemática[9].

A estruturação de um plano deve levar em conta a quantificação de recursos financeiros; previsão de renda nacional, consumo, investimento e poupança; escolha dos meios de política econômica; evolução demográfica; formação de mão de obra e distribuição de renda; controle e execução dos projetos. Aos institutos de desenvolvimento e planejamento cabe realizar serviços de consultoria técnica, estudos estatísticos, análise do balanço de pagamentos e orçamento. Ao planejador compete sugerir oportunidades vantajosas de investimento, disponibilizar/intermediar fundos de investimento e incentivos fiscais.

Um plano pode ser um indicativo de investimentos através de uma política regulada por prazos e que utilize racional e economicamente os recursos disponíveis. Além disso, os planos devem apresentar uma proposta de tempo (curto, médio ou longo

---

[7] Gerhard Colm & Theodore Geiger. "La programación como una guia para el desarrollo". ETE 113:101.
[8] Jan Timbergen. "Algunas técnicas de planeación del desarrollo". ETE 88:403.
[9] Cf. Clemente Panzone. "Ensayo sobre modelos de planeamiento". ETE 129:43-56.

prazo), considerar que sua execução não pode causar desequilíbrio orçamentário e apoiar-se em uma sólida prospecção de dados e informações. Dentre seus principais objetivos está a de gerar distribuição da renda nacional e dos investimentos entre os diferentes ramos da economia.

A idéia de planejamento nem sempre foi tomada como condução central da economia, mas esteve ligada à necessidade de controlar os preços. A idéia liberal crê que preços e salários possuem flexibilidade para se reajustarem automaticamente ao sistema. Para os colaboradores da revista há uma debilidade no sistema de preços em condições de subdesenvolvimento. Trata-se do problema da oferta monetária, que em tese deve ser equivalente à oferta total de bens e serviços. Dois problemas ocorrem nos países subdesenvolvidos: primeiro, a resposta às regras que atuam nos países industrializados não atuam da mesma forma e com o mesmo vigor; segundo, a impossibilidade de distribuição equitativa da oferta de moeda em função de que amplos setores da população não tem acesso a um mercado monetizado[10].

A correção dos mecanismos de distorção dos preços responde à necessidade de ofertar ao mercado mundial bens competitivos, travando qualquer intento inflacionário, e também subsidiando os planos. "*Será evidente que se o balanço de pagamentos não estiver realmente em equilíbrio, se solicitará um ajuste dos preços de exportação ao nível de equilíbrio, a fim de que sejam suficientemente competitivos. A determinação desse nível de preços pode ser o último passo importante em qualquer tentativa para planificar o desenvolvimento*"[11].

---

[10] Cf. José Epstein. "El sistema de precios como instrumento de planeamiento". ETE 127:477.
[11] Jan Timbergen. "Algunas técnicas de planeación del desarrollo". ETE 88:420.

Competia ao Estado a correção das imperfeições do mercado e dos fatores políticos e sociais. Suas funções dividiam-se em três áreas; a) políticas compensatórias, anticíclicas de crescimento econômico, estabilização social, modernização da estrutura sócio-econômica, política e institucional; b) defesa dos interesses e privilégios da classe dominante e reforço da acumulação; c) "equanimização" dos desequilíbrios (internos e externos) decorrentes da urbanização e industrialização. Kaplan, ao discutir o papel do estado na economia argentina, acrescenta outras características, definindo o intervencionismo em três: episódico, patológico e inconveniente, com o objetivo de garantir a subsistência de uma economia mista e de criar uma real expectativa de liberação da dependência externa[12].

Compreendia-se que o planejamento deveria expandir seu espectro de atuação. Nesse sentido, dois fatores dificultaram o manejo da economia, ao se planejar seu desenvolvimento: o crescimento populacional e os fatores sócio-culturais (não econômicos). A ênfase exagerada no econômico desprezou o investimento em educação (formação de mão de obra). A carência de pessoal qualificado impediria o alcance das metas estipuladas. Havia necessidade de recursos humanos para produzir bens e serviços. Da mesma forma que os demais recursos, se não estiverem disponíveis na qualidade e quantidade desejados retardam o desenvolvimento. Ao planejamento econômico acoplou-se o planejamento de recursos humanos e educacional[13] em sentido mais amplo, tomando em conta nutrição, saúde preventiva, educação escolar e formação

---

[12] Cf. Marcos Kaplan. "O Estado empresário en la Argentina". ETE 141:69-112.

[13] "Hoy día, ademas de planificar el capital fisico, se planifican los recursos humanos". Hector Correa "Educación, formación profesional y formación en la empresa en la planificación de recursos humanos". ETE 122: 193.

profissional. No entanto, o custo dessa política estatal recaiu sobre os trabalhadores através de impostos indiretos, elevação dos diretos e da inflação.

O Estado foi obrigado a aumentar seus investimentos para o atendimento e expansão dos equipamentos urbanos não somente em função dos dados demográficos e de uma vertiginosa urbanização.

Como um fator estratégico a produtividade dependia da qualidade da formação e dos hábitos da classe trabalhadora. O impacto dos investimentos no setor habitacional possui especificidade, combinando Estado e iniciativa privada, os esforços realizados resultaram em aumento da produção. O fator conhecimento compreende todos os níveis de qualificação, da alfabetização à pesquisa científica. "(...) *atualmente a baixa eficiência da mão-de-obra dos países subdesenvolvidos deve-se a baixa*"[14] alimentação, saúde e educação - metas que implicam investimentos a fim de se obter produtividade.

Urbanização tomada como índice de progresso pode esconder uma situação de permanência de atraso, quando não de retrocesso. O êxodo rural, a fuga do homem do campo para a cidade, congestionamento as metrópoles, gerou pressões sociais e políticas cada vez mais intensas pela industrialização e por medidas de bem-estar social. Nos grandes centros urbanos o problema de habitação adquiriu foros de calamidade pública.

Esses processo permitiu reciclar parte do capital entesourado no campo. A demanda por materiais de construção imposta pela expansão urbana e de obras públicas assegurou retorno garantido aos investimentos na indústria da construção civil, cimento,

[14] Gunnar Myrdal. "El problema de la eficiencia de la mano de obra en los países subdesarrollados". ETE 100:753.

ferro, aço e vidro. Nesse momento somou-se à indústria leve à de construção o que permitiu a instalação e/ou ampliação de complexos industriais mais pesados, como siderurgia, metal-mecânica e bens duráveis. O contraponto foi que uma boa parte dos recursos fiscais empregados em monumentais construções de duvidosa rentabilidade social, representaram um gasto governamental que poderia ser aplicado na formação de capital. A capitalização das sociedades periféricas possuía uma grande importância, ao contribuir ao lado do progresso técnico, para elevar a produtividade física da mão-de-obra.

Todo o aparato montado para equilibrar desigualdades, sob a ótica do mercado, se mostrou insuficiente. Como subproduto da política macroeconômica as diferenças regionais foram acentuadas pela descontinuidade geográfica e imobilidade espacial dos recursos geográficos. Numa análise da distribuição espacial da produção, denominada por Celso Furtado de economias de aglomeração, verificamos que as economias externas beneficiam diretamente as empresas exploradoras e afetam (positiva ou negativamente) o bem-estar da comunidade, promovem uma concentração geográfica dos gastos públicos e da renda. "*Em consequência, os transportes e as comunicações, a infraestrutura urbana, o abastecimento de serviços bancários e de seguros e inclusive a seguridade pública, se estabelecem como parte de um complexo industrial, ainda que uma vez estabelecida estas instalações atendam também, diretamente, as demandas da população*"[15].

O crescimento econômico da América Latina foi distorcido devido a desigualdades regionais, que por sua vez resultam da disponibilidade de recursos

naturais. Sobre a distribuição espacial de capital cabe verificar: a concentração de bens de produção, concentração da propriedade e a relação entre propriedade, concentração e produtividade do capital[16]. Para corrigir tais deformações, uma política nacional deveria promover a equanimização da distribuição de capital e renda.

A economia urbana, de costas para o interior se modernizou em direção às exportações, criando ilhas modernas e de prosperidade, que fortaleceram seus laços com o exterior, desvinculando-se do resto do espaço econômico, no qual mais da metade do setor atrasado reside[17].

Sob as condições do *laissez-faire* nem a política nem sua distribuição física no espaço se definem como coisas homogêneas, mas como um *continuum* de nódulos. "(...) *quanto mais propenso ao desenvolvimento industrial, à maximização de economias de escala, menor será sua elasticidade espacial*"[18].

A bipolaridade rural-urbano - atrasado versus moderno - legitimou um processo anárquico de urbanização. A recepção nos centros urbanos do contingente populacional rural foi desprovido de planejamento e esses rapidamente se transformaram em megalópoles. O homem do campo foi expulso, concentrando-se nas cidades uma grande massa de trabalhadores, desqualificada e desamparada, que os censos do período apresentaram como índice de modernização. A transumância de mão-de-obra estava implícita nessa política, muitas vezes apresentada como formação de recursos humanos. "*A inversão em recursos humanos cria um recurso nacional mais que local. A*

[15] Celso Furtado. "Discontinuidades entre países: hacia una teoria de las estructuras espaciales". ETE 141:44.
[16] Fernando Pedrão. "Las desigualdades regionales en el desarrollo económico". ETE 122: 185.
[17] Cf. Carlos Matus. "Algunas cuestiones básicas para la discussión de una estratégia del desarrollo latinoamericano". ETE 147:713.
[18] Celso Furtado. "Discontinuidades entre países: hacia una teoria de las estructuras espaciales". ETE 141:50.

população beneficiada pode emigrar, se é necessário, a zonas de mais rápido desenvolvimento"[19]. Em geral o problema consiste que a força de trabalho flui do campo para a indústria até chegar ao setor de serviços. O agravamento da situação ocorre quando esse excedente de mão-de-obra do campo sequer se incorpora ao setor fabril.

Cabia aos órgãos centrais realizar o planejamento, o que pressupõe a formulação de um prognóstico sobre o crescimento demográfico e suas repercussões na demanda agregada, e, coordenar os ajustes na política econômica. "*O círculo vicioso em que giram a pobreza e o crescimento da população não pode romper-se pelo lado demográfico mas pelo econômico*"[20]. Ao lado da questão do aumento da renda surge a questão do emprego. Nas economias periféricas a disponibilidade de capital é insuficiente para garantir ocupação ao conjunto dos trabalhadores. Percorre, aqui, a problemática keynesiana do pleno emprego. "*O Estado, é portanto, o que deve empreender uma política nacional de ocupação plena, entendendo por isso uma política mediante a qual se assegure em todo o tempo um gasto total de tal magnitude que permita dar ocupação a todos os que podem e desejam trabalhar*"[21]. De acordo com Angelopoulos, os governos devem se reger por dois postulados: o Estado deve realizar gastos que assegurem a plena ocupação da mão-de-obra e evitar que esse gasto gere inflação[22].

Não havia clareza se as estimativas demográficas estavam baseadas na plena ocupação, o que implicaria em verificar o coeficiente de natalidade e o de constituição de famílias. Tentou-se apreender o futuro, desconsiderando os limites do tempo e da

[19] Stefan Robock. "Estrategias del desarrollo económico regional". ETE 131:465.
[20] Felipe Pazos. "Aspectos demográficos del desarrollo económico". ETE 84:428.
[21] Raúl Ortiz Mena. "Las nuevas funciones de las finanzas publicas". ETE 53:36.

história, deduzindo do passado e do presente o futuro. A dimensão econométrica do planejamento elaborou caricaturas de previsão a longo prazo, que foram criticadas por Kuznets: "*É óbvio que não existem séries infinitas mediante as quais a projeção de níveis sustentáveis para 1980 implique alguma projeção mais vaga para o ano 2010, e que esta última implique outra referente a 2040 etc. Os fenômenos sociais não se prestam a malabarismos matemáticos dessa classe*"[23].

A questão orçamentária assumiu grande importância devido à grande elevação dos gastos públicos e crescente participação do Estado na atividade econômica. Nesse contexto surgiu a necessidade de organização de uma contabilidade nacional, "*(...) todo planejamento descansa na informação empírica* (...)"[24], um orçamento que separasse gastos reais em consumo e investimento, transações administrativas dos gastos correntes, de capital e de investimentos com a finalidade de verificar a capacidade de captar recursos, definir níveis de poupança dos ramos econômicos e sua respectiva taxa de financiamento. Foi preciso criar um sistema de contas para que os recursos pudessem ser contingenciados. Isso porém, na América Latina era ainda algo recente: "(...) *vale a pena recordar que faz dez anos pouquíssimos países calculavam sua renda nacional* (...)[25].

Havia uma dificuldade adicional, os dados em vários países referentes a atividade fabril juntava a extração mineral, com a falta de periodicidade, e de métodos para medir produção industrial.

---

[22] Angelos Angelopoulos. "Sobre la planificacion económica". ETE 82:200.
[23] Simon Kuznets. "Conceptos y supuestos en las proyeciones a largo plazo del producto nacional". ETE 110:330.
[24] Gerhard Colm & Theodore Geiger. "La programación como una guia para el desarrollo". ETE 113:117.
[25] Vittorio Marrama. "En torno al concepto de desarrollo económico". ETE 81:71.

À época, as ações de gasto público eram vistas como facilitadoras do crescimento econômico, programadas com o propósito principal de elevação do produto nacional. O redimensionamento do setor público demandou a adoção de técnicas, em particular a orçamentária, de acordo com duas categorias, a global e a setorial, determinado o volume físico do orçamento público, as frações de gasto corrente/investimento e projetando a formação e suplementação de recursos humanos.

A ação estatal serviu de base para a teorização da existência de conflitos entre os agentes econômicos. "*Os choques entre setores ocorrem sempre que o governo intervêm a favor de um deles em um intento deliberado de estimular mediante transferência de recursos e fundos desde outros setores* (...)"[26]. O setor dominante passa a ser aquele em que o Estado injeta maior volume de recursos.

Tanto nas economias planificadas como nas de mercado a intervenção, em maior ou menor escala, do Estado atua no sentido de favorecer certos setores da economia, o que não ocorre sem conflitos. Quanto maior a ingerência do Estado maior o choque, pois nesse caso a liberdade do mercado fica amarrada.

O revivescimento das tendências industrializantes nos países subdesenvolvidos fortaleceu a defesa do Estado de forjar o predomínio da indústria sobre os demais ramos. O esquadrinhamento da economia em setores induziu à nacionalização em repostas a demandas mais políticas que econômicas; a políticas monetárias que auxiliaram a capitalização de recursos, facilitando o comércio exterior, e, a uma política fiscal discriminatória de isenção ou sobretaxas.

Sub ou desenvolvimento são processos históricos, não somente econômicos. Suas causas remontam ao passado, e ao presente cabe a construção de um modelo teórico capaz de compreender, interpretar e dirigir as transformações econômicas e sociais. Inscreve-se como objetivo: maximizar a taxa de crescimento da economia, melhorar a distribuição de renda, aumentar as oportunidades de emprego e promover a estabilidade financeira[27].

Até a década de trinta, o modelo agro-exportador possibilitou o enriquecimento dos grandes proprietários e de uma pequena parcela da população urbana, cujas necessidades eram satisfeitas através da importação. O desenho das estruturas econômicas e institucionais era rígido e antiquado, com um reflexo retardado diante da dinâmica imposta pela industrialização. Tal arcaísmo significa uma inversão da realidade na questão da distribuição de renda, o que permite dizer que esse é um pensamento idealista/metafísico. A todo momento se afirma que a desigual distribuição de renda é um obstáculo ao desenvolvimento econômico. *"Até onde podemos determinar, se define como desenvolvimento econômico o aumento da renda real per capita de uma coletividade"*[28]. Independente da proporção de distribuição dessa renda. *"Defino o desenvolvimento econômico como um processo de melhor e maior emprego dos fatores produtivos que se logra pela utilização crescente de bens de capital e de tecnologia moderna"*[29]. Sem fazer referência que a composição orgânica do capital em favor da técnica eleva às alturas a renda patronal. A contemporização segue abaixo,

---

[26] Markos Mamalakis. "La teoria de los choques entre sectores". ETE 130:187.
[27] Cf. Oswaldo Sunkel. "El trasfondo estructural de los problemas del desarrollo latinoamericano". ETE 133:12-13.
[28] Vitttorio Marrama. "En torno al concepto de desarrollo económico". ETE 81:56.
[29] Horacio Flores de la Peña. "La elasticidad de la oferta y el desarrollo económico". ETE 85:1.

relativizando os propósitos sociais, sobre a classe trabalhadora, conceituando o desenvolvimento como ocupação plena dos fatores de produção: "*Entendemos por desenvolvimento econômico o processo que resulta do aumento da renda real per capita, em condições de ocupação plena. Esta clausula deve ser interpretada não como ocupação plena da mão-de-obra mas como ocupação plena do fator mais escasso, que pode ser a mão-de-obra, o capital ou os recursos naturais*"[30].

Ferrer apresentou dois tipos de capitalização: a) intensiva; elevação da produtividade em cada atividade econômica; b) extensiva; transferência de população ativa do setor primário para outras áreas. Essa segunda forma pode ser verificada a partir de mudanças ocorridas na estrutura ocupacional da população removida para atividades de baixa densidade de capital e ínfima produtividade[31].

Inegável que o aumento médio da produtividade social através da acumulação de capital faz crescer a renda per capita, porém acumulada em poucas mãos. Já os ganhos do setor exportador é junto com a mercadoria transferido para fora.

Capitalizar sem endividamento externo, dispor dos recursos humanos adequados e necessários, sem gerar desemprego e inflação. Implica em mudança de demanda interna.

Como decorrência do crescimento para fora a satisfação de bens de manufaturados era suprida através da importação. Nas economias primárias o que havia de parque fabril estava relacionado diretamente com essas atividades.

---

[30] Roberto Duret. "La relación de intercambio y el desarrollo económico" ETE 101:22.
[31] Cf. Aldo Ferrer. "Distribución del ingreso y desarrollo económico". ETE 82:144.

A contradição reinante no modo de produção capitalista passou despercebida. Seu desenvolvimento induz a uma crescente concentração das atividades econômicas e nesse processo a demanda de bens de consumo popular não determina a demanda global, permitindo que as decisões de investimento a desconsiderem. Havia uma pressão social pela distribuição de renda. Os fatores que mais poderiam atuar nesse sentido: na teoria econômica formulada em ambiente acadêmico a distribuição dependia da magnitude do aporte individual ou coletivo de capital e das condições de oferta e procura da cada fator, o problema dessa visão está em nada dizer sobre as causas que determinam as situações de escassez ou abundância e seus aportes díspares ao produto nacional; a diferença de atitude dos receptores de renda; relação entre o nível de desenvolvimento e o padrão de partilha da renda; maior ou menor concentração dos fatores terra e capital; nível de escolaridade; condições de vida (saúde e habitação); fórmulas políticas democráticas (como o voto do analfabeto, representatividade parlamentar etc.[32]. A desigualdade se acentua via atuação das faixas de maior renda que absorvem parte considerável dos produto nacional, com concentração de recursos técnicos etc.. Mas o capitalismo impõe-se, também, ao nível das mentalidades, que limitam a capacidade de distribuição da renda, em favor da acumulação: "*Uma divisão mais desigual, não implica obrigatoriamente uma deterioração das renda reais e das condições de vida das massas. Pode ser que melhore sua condição de existência ou a mantenha, porém sem participar dos benefícios do incremento da renda nacional, ou me outras palavras dos frutos da maior produtividade do sistema*"[33]. O autor defende a

[32] Cf. Aníbal Pinto. "Notas sobre la distribuición del ingreso y la estrategia de la redistribución". ETE 115: 413-414.
[33] Aníbal Pinto. "Notas sobre la distribuición del ingreso y la estrategia de la redistribución". ETE 115: 415.

promoção da elite e o destaque de seus talentos empresariais e critica a concentração que favorece tendências monopolistas. Aponta como exemplo os países industrializados e os instrumentos que eles utilizaram para promover a repartição da renda: "*A tributação progressiva, por um lado e os gastos sociais, pelo outro, tem sido os meios básicos para reduzir a participação dos ricos e aumentar a dos assalariados no total dos recursos disponíveis*"[34].

O problema não é o da concentração de renda como muitos acreditavam. "*Por sua vez a concentração de renda é o obstáculo maior para alcançar, em etapas posteriores, níveis mais altos de atividade econômica, porque exerce um afeito deprimente sobre a demanda efetiva global e em particular sobre a demanda efetiva de bens de consumo popular, o que afeta em forma adversa o incentivo a investir e, em consequencia, o volume da inversão privada em atividades produtivas*"[35]. Dentre as formas de aumento da produção, citamos o incremento dos recursos produtivos e a melhoria dos já existentes. "*O fato de que nas economias pouco desenvolvidas existe geralmente uma reserva considerável de mão-de-obra ociosa ou subempregada não quer dizer que o aumento da demanda efetiva resulte numa maior oferta de mercadorias ao colocar em atividade a reserva de mão-de-obra*"[36].

As economias latino americanas encontram-se estreitamente vinculadas ao comércio exterior, o que provoca desequilíbrios no balanço de pagamentos, devido ás flutuações cíclicas dos centros industriais, essas transações internacionais representam uma parcela desprezível do comércio mundial.

---

[34] Aníbal Pinto. "Notas sobre la distribuición del ingreso y la estrategia de la redistribución". ETE 115: 418.
[35] Horacio Flores de la Peña. "La elasticidad de la oferta y el desarrollo económico". ETE 85:18.
[36] Samuel Lurié. "Algunos aspectos del problema del desarrollo económico" ETE 82:132.

Houve nesse período um endividamento externo cujos efeitos só foram sentidos após 1970, momento, devido à conjuntura, em que os serviços e encargos da dívida passaram a gerar um crescente déficit nas contas públicas.

A instalação de empresas multinacionais com o objetivo de exportar não contribuiu sobremaneira para alterar os mercados locais. A vantagem comparativa extraída da baixa remuneração da força de trabalho favoreceu a exportação, mas manteve os trabalhadores no nível da subsistência, condição não muito diferente da rural.

Há acordo entre diversas teorias, questão é saber origem da crise "(...) *o desequilíbrio pode obedecer a fatores internos com efeitos que alterem as relações econômicas com o exterior. Este caso é o que se apresenta na América Latina e tem uma vinculação direta e estreita com as políticas financeiras expansionista dos governos, as políticas de fomento econômico-industrial a longo prazo*" [37].

A demanda de matéria-prima industrial flutua de acordo com o nível geral de atividade econômica dos países centrais. Boa parte da população ativa da periferia depende para seu sustento dessa procura, mas o problema não se resume ao volume somente, a cotação de preço desses bens influencia as rendas locais. A fixação de preço acima de seu nível, em períodos de crise, a fim de preservar a renda se mostrou incorreto: "*Um preço estável, especialmente alto, (...) pode acelerar o desenvolvimento de um substituto*"[38]. Enfrentar os ciclos de desaquecimento da demanda se relaciona

[37] Víctor Urquidi & Ernesto Fernandez Hurtado. "Diveros tipos de desequilibrio económico internacional". ETE 52: 606.
[38] Enrique Lerdau. "Estabilización de los produtos básicos". ETE 110:278.

com a distribuição da renda de exportação, proveniente de mudança nos preços e/ou volume.

A maioria dos autores abraçou uma determinação empírica na busca por conceituar o desenvolvimento econômico. Tal conceito extrapola os limites de uma relação de magnitudes matemáticas entre população-ocupação-produtividade-renda. A partir de dados quantitativos a descrição do conceito seria fácil e sua realização um dispositivo automático. Por outro lado não cabe concebê-lo como algo indefinível: "*Pode resultar ao final das contas que o desenvolvimento econômico seja um conceito tão indefinível como os de 'beleza', 'felicidade', 'justiça' e tantos outros*"[39]. Tanto numa como noutra predomina a ambiguidade de uma absolutização. Em ambas a dimensão social fica obscurecida, na quantitativa pelos números, na afetiva pela tomada isolada dos sentimentos individuais, como se fosse uma classe de desejos a serem satisfeitos a curto ou longo prazo. A questão a saber é qual a relação entre os dados macroeconômicos e os de bem-estar dos indivíduos, não se constituindo como gostaria Suarez no "(...) *incremento da força econômica de todos os habitantes de uma região*"[40]. Algo muito próximo a capacidade aquisitiva e de ampliação do rol de oportunidades. Devemos estudar a área geográfica e toda a rede de interesses sociais, econômicos e políticos que a circunda, para promover uma aproximação entre a definição teórico-conceitual e a realidade.

As teorias desenvolvimentistas dividiam-se em três grupos: históricas, analíticas e prescritivas. A primeira orienta-se pela explicação através do tempo; a segunda

[39] Eduardo Suarez. "Consideraciones sobre el concepto del desarrollo económico". ETE 123:402.
[40] Eduardo Suarez. "Consideraciones sobre el concepto del desarrollo económico". ETE 123:407.

incorpora a praticamente toda a evolução de Smith à atualidade articulada em torno ao eixo de análise e direções gerais e ambas estão relacionadas com filosofias da história. A terceira comporta-se como um guia prático[41]. O problema em sua leitura nos países subdesenvolvidos foi a ação consciente ou inconsciente de estar impregnada de extrapolações de modelos externos e seus problemas e dificuldades[42].

Conceito de desenvolvimento econômico é relativo, só existe em comparação das condições dos diversos países, tomando por base a renda per capita. Tais cifras porém são elaboradas com metodologias diferentes e estatísticas imperfeitas. Servem apenas como indícios da realidade. A rigor essa idéia deveria se pautar por aspectos tangíveis e intangíveis. Nesses últimos podemos incluir os elementos culturais e educacionais. Não é um processo tão somente material (mecânico ou quantitativo) mas social, cultural e qualitativo. Na bula do receituário para o desenvolvimento se destaca o esforço para economizar, uso/ampliação de tecnologia e aumento do volume de capital por habitante[43].

O critério de crescimento da produção per capita não leva em consideração a distribuição de bens por habitante, pois a posse desses bens pode ficar concentrada em poucas pessoas ou famílias, e uma fração significativa da produção total possivelmente ficou inacessível ao conjunto da população. O enfoque recai sobre a produção, pois como o governo atua também como agente econômico, a produção sobe sem que haja

[41] Cf. Howard Ellis. "Contribuciones de la economia a la teoria del desarrollo". ETE 100:685-698.
[42] Howard Ellis. "Contribuciones de la economia a la teoria del desarrollo". ETE 100:718.
[43] W. Arthur Lewis. "Teoria del desarrollo económico". ETE 96:458.

aumento do consumo: "*É possível que cresça a produção e que a massa do povo empobreça*"[44].

A consonância da teoria desenvolvimentista com o capital internacional se confirmou através do reconhecimento de George Gravy, do *Federal Reserve* de Nova Iorque: "*A teoria do desenvolvimento econômico não se originou nos países subdesenvolvidos. Surgiu do esforço dos economistas dos Estados Unidos e de outros países adiantados em seu desejo de adotar sua própria estrutura analítica aos problemas dos países subdesenvolvidos*"[45]. Quais sejam: estabilidade monetária, política cambial que promova competitividade industrial (e ao mesmo tempo industrialização), reforma administrativa, fiscal e tributária, potencializadoras dos recursos materiais e humanos, reforma agrária que impulsione a produção agrícola.

Foi nesse marco de modelo econômico baseado na exploração de recursos naturais, crescimento combinado com aumento da dependência externa, debilidade relativa das classes dominantes nacionais e perda relativa de hegemonia, que o Estado emergiu como organizador da atividade econômica nos países subdesenvolvidos, caracterizados, também, por especialização na exportação de poucos produtos primários, estrutura produtiva incompleta, insuficiente atividade manufatureira, falta de capital social básico (energia, transportes). Os investimentos nessa área estiveram voltados para exportação, foram estruturados para facilitar as exportações e não para a integração do mercado interno, continuou a elevada proporção de força de trabalho no

[44] W. Arthur Lewis. "Teoria del desarrollo económico". ETE 96:454.
[45] George Garvy. "Desarrollo económico, capital humano y estructura social". ETE 101:73.

campo, o grande volume de importação de manufatura, com duas esferas econômicas distintas, uma, a economia de subsistência, e, outra, a comercial exportadora.

Em outro ponto do globo, um polonês refletiu sobre a questão e afirmou que a problemática da periferia estava concentrada em uma oferta elástica de bens de consumo e numa oferta inelástica de alimento: "(...) *nos países insuficientemente desenvolvidos a oferta de bens industriais de consumo é elástica, porque existem consideráveis reservas de capacidade produtiva ou porque não é necessário fazer uma inversão muito grande para aumentar essa capacidade. Pelo contrário, a oferta de alimentos pode ser bastante rígida, porque nas condições prevalecentes nesses países, a produção de alimentos se expande em menor grau em reação à demanda, que nos países desenvolvidos*"[46]. Campos apresenta outra visão sobre o tipo de produção manufatureira nos países da periferia: "*Dada a imperfeição dos fatores de mercado e em vista dos obstáculos à mobilidade, a diversificação e crescimento rápidos da demanda contrastam com o padrão relativamente inelástico da oferta de equipamentos, produtos intermediários e habilidades técnicas, indispensáveis tanto para a industrialização como para a modernização das práticas agrícolas*"[47].

A dependência externa implicou em um desenvolvimento, que se acreditando para dentro, acabou respondendo à demanda internacional e portanto desdobrou-se em um desenvolvimento também para fora. A esse período que a historiografia econômica denominou de desenvolvimento para dentro responde a uma necessidade do sistema

[46] M. Kalecki. "El problema del financiamiento del desarrollo económico". ETE 84:386.
[47] Roberto de Oliveira Campos. "Inflación y crecimiento equilibrado". ETE 105:89.

capitalista em nível internacional de expandir sua presença através da exportação de capital, por isso o que ressalta no balanço é o predomínio imperialista.

Afirma-se que em função de instituições inadequadas, baixa densidade de capital e produtividade, a hábitos culturais distantes do ideário liberal, as nações latino americanas permanecem subdesenvolvidas e dependentes. A tecnologia não corresponde à estrutura dos fatores disponíveis de produção, nos países em transição a demanda se modifica rapidamente, mas a oferta lentamente.

Gunnar Myrdal, ao enfocar a problemática da produtividade, recorre ao argumento do clima, reforçando a condição da periferia como um dado natural e não histórico[48]. Em outra passagem aponta a mentalidade atrasada, semi ludista, dos trabalhadores, indispostos ao avanço tecnológico: "*Nestas condições, legislação trabalhista, a administração através de tribunais e os empregados que tém a seu cargo a aplicação das leis do trabalho se opõe frequentemente a mudanças tecnológicas que resultem em poupança de trabalho em um grau muito maior do que se observa em países altamente industrializados*"[49].

Após a Segunda Guerra o cenário econômico esteve absorvido pela questão da industrialização. O objetivo dos Estados subdesenvolvidos foi o de se aproximar dos países desenvolvidos. Isso se deve tanto ao fato de que o crescimento econômico era o desejo de todos, mas também um problema político. Finda a guerra, a antiga União Soviética havia conquistado um espaço de influência sobre o mundo ocidental,

[48] Cf. Gunnar Myrdal. "El problema de la eficiencia de la mano de obra en los países subdesarrollados". ETE 100:753.

inimaginável ao final da década de 1920. O impacto da industrialização russa sob comando de uma economia planificada em direção ao socialismo se refletiu na historiografia.

O debate adquiriu grande intensidade, nos meios acadêmicos e político, a fim de afastar o espectro socialista. Nos países em desenvolvimento fazia-se necessário apresentar o sistema capitalista como uma alternativa capaz e viável de redimir a pobreza. O problema da industrialização ganhou foros políticos. Durante o período em foco, independente das deformações do socialismo soviético ou dos acordos de Yalta e Potsdan, houve um confronto de modos de produção. O mundo capitalista notou, que apesar da natureza diferenciada do Estado Soviético e de sua formação sócio-econômica diversa, o socialismo poderia fazer frente à economia de mercado.

O modelo clássico de industrialização, o inglês, ocorreu em um cenário mundial não industrializado. A historiografia elenca como fatores que propiciaram a Revolução Industrial Inglesa a ideologia liberal, a concorrência, a supremacia do mercado, a desregulamentação das corporações de ofício, o crescimento demográfico e a expansão do comércio internacional. Sobre esse último aspecto recai o centro do debate, pois para grande parte dos autores uma demanda crescente, no mercado mundial, por mercadorias inglesas favoreceu mudanças na estrutura da indústria inglesa, além de ter auxiliado na expansão do mercado interno. A retomada do exemplo britânico para também defender a preeminência agrícola no despertar do processo de industrialização: "*O desenvolvimento histórico dos países capitalistas industrializados demonstra que, antes*

[49] Gunnar Myrdal. "El problema de la eficiencia de la mano de obra en los países subdesarrollados". ETE 100:756.

do advento da Revolução Industrial se havia registrado a revolução agrícola. O enclosure movement sentou na Inglaterra as bases de sua industrialização futura"[50].

O contexto em que a América Latina impulsiona seu desenvolvimento industrial era muito diferente do britânico. Ao final do século XIX o mundo industrializado encontrava-se em sua fase monopolista. No início da industrialização latino-americana, quer seja no século XIX, quer seja no XX, o mercado mundial estava conformado e dominado pelas potencias imperiais.

O pensamento econômico partiu de modelos universais. A produção historiográfica se espelhou na Inglaterra para refletir sobre estratégias de desenvolvimento. A atuação das comissões econômicas criadas pelas Nações Unidas, no intercurso de 1945 a 1970, expressou a vontade de elaborar estratégias regionais de desenvolvimento. O objetivo das formulações ideológicas era reduzir as desigualdades de renda, promover um crescimento equilibrado e proporcionar ajuda às regiões mais pobres.

Durante os anos de guerra a proposta de crescimento para dentro, fortalecendo ao mercado interno, adquiriu força tanto na teoria como na prática. O contexto de crescimento econômico da América Latina no século XX foi o de guerras e depressões. "*Não cabe dúvidas de que as guerras e depressões econômicas desempenharam um papel muito importante ao levar industrias aos países da periferia que anteriormente estavam classificados no grupo dos países não industrializados*"[51].

---

[50] Carlos Tello. "El sector agrícola y el desarrollo económico de los países latinoamericanos". ETE 125:89.

[51] Albert Hirschman. "La economia política de la industrialización a traves de la substitución de importaciones en América Latina". ETE 140:628.

O debate na América Latina apontou para o fato de que uma economia industrial somente poderia prosperar se o campo e as demais instituições sócio-econômicas estivessem conectadas.

A industrialização ocorreu como um processo de mudança, alicerçada na diversificação de sua base agropecuária e extrativista mineral, com acento nas atividades industriais.

Dada a variedade cultural dos países da região, o setor artesanal, situado nas zona rural e urbana, incidiu de modo desigual como transição ao processo fabril. Tentou-se assemelhar a industrialização latino americana com o modelo clássico britânico, porém desde a base isso não foi possível, pois a estrutura produtiva do artesão em ambas as regiões se desenvolveu e ocupou funções distintas. No caso inglês esteve associado às corporações de ofício, na América Latina ao processo de dissolução das comunidades nativas e às formas compulsórias de trabalho.

Os caminhos seguidos conduziram a situações características, que podem ser verificadas em vários países: a) desenvolvimento relativamente equilibrado com o setor agropecuário; b) crescimento às expensas do campo; c) produção de mercadorias de consumo acompanhado de aumento das importações de bens intermediários e de capital, e d) tentativa de harmonização entre o crescimento do setor de consumo e de indústrias básicas de capital[52].

A expansão industrial multiplicou a demanda externa complementar; a crescente complementação e integração com a indústria pesada e incapacidade de abastecimento

[52] Cf. Adolfo Dorfman. "Problemas estructurales del desarrollo industrial y las políticas de promoción". ETE 120:519.

da base industrial. Em muitas ocasiões esse processo foi paralisado devido a desajustes estruturais na economia. Isso estimulava a elevação dos preços e por extensão dificultava a ampliação do mercado interno.

Até a década de trinta o crescimento industrial se deu no setor leve, com pouco capital e equipamento mecânico - o segmento dos capitalistas industriais estava em formação e a ação governamental era lateral. Com a Segunda Guerra e consequente fratura do mercado mundial a classe empresarial/industrial nacional conformou-se (o que não significou que tivesse conquistado hegemonia), fortaleceu seus vínculos interno e adquiriu dinâmica própria. Isso refletiu na preocupação por parte do governo em estimular a industrialização. Foram criados inúmeros organismos, tanto centrais como *ad hoc*, para fomentar com destaque a nova política econômica. "*Até agora a indústria de bens de produção tem sido apoiada, e não exageraríamos se disséssemos quase criada pela intervenção do Estado*"[53].

A problemática pode ser referida nos seguintes termos: se existem as condições institucionais apropriadas e as relações sociais concretas, haveria a obtenção do sucesso dos programas de desenvolvimento, o que gerou a mística de que a industrialização manufatureira era a solução milagrosa da estagnação econômica e da pobreza. A compreensão do processo histórico ficou prejudicada pela elaboração das teorias redentoras do atraso latino americano: "*A consideração de que os países subdesenvolvidos estão em atraso em relação com os mais adiantados fez que os economistas tomassem frequentemente como ponto de comparação alguma das primeiras fases de desenvolvimento industrial de seus próprios países. Mostraram a*

inclinação a passar por alto o fato de que este ponto de referência se alcançou depois de profundas mudanças na estrutura sócio-econômica daqueles países que alcançaram um alto nível de desenvolvimento"[54].

No entanto, a consciência sobre o processo de industrialização se propagou de forma distorcida, desmerecendo a importância do setor de capital:"(...) *pois é o desenvolvimento destas industrias de consumo o caminho mais direto para ampliar a produção industrial, já que a possibilidade de adaptação técnica e econômica do país é maior que a que permitem as indústrias de bens de produção*"[55]. Em outra passagem, o mesmo autor defende que o setor de bens de produção deveria crescer nos ramos industriais capazes de operar economicamente para abastecer de instrumentos de produção o setor de bens de consumo[56]. Posteriormente o caráter subordinado e dependente da política dos governantes da região foi negado: "*A ênfase na industrialização ou o propósito aparente de reduzir a dependência (ou o tipo de dependência) de comércio exterior, representaram um corte nítido a respeito, um veio 'heterodoxo' que contradizia o corpo de idéias e diretivas aceito e proposto nos círculos acadêmicos e oficiais das nações industriais*"[57].

Capital obtido através de poupança forçada e indústrias de tipo nacional produzem para o mercado local e funcionam com um alto grau de proteção da concorrência estrangeira. As políticas foram pensadas nacionalmente mas houve como

---

[53] Manuel Bravo. "Política Industrial". ETE 61:23.
[54] George Garvy. "Desarrollo económico, capital humano y estructura social". ETE101:75.
[55] Manuel Bravo. "Política Industrial". ETE 61:12.
[56] Cf. Manuel Bravo. "Política Industrial". ETE 61:13.
[57] Anibal Pinto. "Algunas cuestiones generales de la política econômica en América Latina". ETE 135:436.

possibilidade uma política de desenvolvimento regional, nos limites de um mesmo território ou na formação de mercados comuns.

A industrialização por substituição de importação (ISI) foi o substituto político dos antigos modelos coloniais e significou uma forma de intermediação entre as potências industriais e os produtores de bens primários. Na definição de uma nova política econômica, o elemento dinâmico fundamental do desenvolvimento deixou de ser o comércio exterior e passou a ser o setor público. Os planejadores da economia acreditaram que poderiam amenizar essa constatação. Porém, há contradições no intento de planejamento, pois os interesses dos empresários no mercado se chocam com os interesses da nação. Os objetivos são diferentes e a construção do processo (sua realização) implica em estratégias que, também, podem se confrontar.

Na passagem do século XIX ao XX a demanda por manufaturados cresceu e foi atendida com importações[58], no período anterior à fase de substituição de importação a atividade manufatureira foi insignificante. A vantagem da indústria leve decorreu dos elevados custos de transportes (importação). Ao se tentar substituir importações deveria se saber o grau de substituição e seus efeitos sobre a planta industrial local e às necessidades de novas importações. Muitos estudos tentam demonstrar que a história da industrialização foi semelhante nos vários países, da indústria leve à de bens de capital.

O início do processo de ISI foi motivante pois as barreiras legais ou históricas facilitaram a troca da mercadoria importada pela nacional. Passada a euforia se esgotam as facilidades de substituição. Na tentativa de revivescer a ISI Hirschman atribui a

crítica à fase fácil uma certa ingenuidade afirmando que novas oportunidades se abrem através do efeito renda, com a elevação do poder aquisitivo e do efeito retorno, pois a cadeia produtiva do setor de ponta para trás substitui a dependência externa. Essas indústrias aptas à substituição de importação não se preparam para ganhar mercados externos, primeiro porque as matrizes das multinacionais não admitiriam concorrência, segundo porque muitos de seus produtos não encontrariam mercado na livre concorrência do comércio internacional. "*Ademais, o fato de que a ISI encontre acomodação em ambiente social e político existente é provavelmente o que tem dado lugar ao grande desengano sobre o processo. Esperava-se que a industrialização mudaria a ordem social, mas o que fez foi oferecer manufaturas. Daí que se interprete quaisquer das dificuldades que encontre o processo, como seu fracasso total*"[59].

A produção de bens de consumo favoreceu o processo de substituição de importação, ao mesmo tempo em que ampliou a necessidade de importação de bens de produção. "*Das quatro forças motrizes da ISI – problema do balanço de pagamentos, guerras, aumento gradual da renda e uma política definida de desenvolvimento – somente a primeira tende a favorecer as industrias de bens não essenciais*"[60]. Essa política gerou uma elevação na remessa de divisas, anulando os efeitos da substituição dos bens importados, tomando-se como parâmetro, exclusivamente os preços desses produtos no mercado internacional. A ênfase em bens de consumo representou vantagens mais aparentes que reais. O modelo econômico de substituição de importação

[58] Oscar Muñoz. "El proceso de desarrollo industrial de una economia primario-exportadora". ETE 146:333.
[59] Albert Hirschman. "La economia política de la industrialización a traves de la substitución de importaciones en América Latina". ETE 140:658.
[60] Albert Hirschman. "La economia política de la industrialización a traves de la substitución de importaciones en América Latina". ETE 140:630.

significou a longo prazo uma ampliação da dependência dos mercados centrais, aumentando a desigualdade entre os países industrializados e os que se encontram em vias de desenvolvimento. Houve uma inversão do processo. Historicamente as industrias de bens de consumo precederam as de máquinas e ferramentas.

Deveria recair sobre o setor nacionalizado o maior montante de novos recursos. Caberia a esse setor gerar um aumento de demanda e ampliação do mercado de bens de consumo. Paulatinamente, esse setor poderia se expandir e superar sua participação na economia nacional em comparação com o ramo privado. Enquanto esquema teórico estava correto, mas era desprovido de vida política, devido ao estágio de evolução do capital em perspectiva global, que questiona a possibilidade de acumulação endógena. "*Nas circunstâncias históricas atuais - na época do capitalismo monopolista e do imperialismo – a acumulação rápida de capital não pode assegurar-se ou garantir-se nos países subdesenvolvidos por meio do capital privado. Uma característica dos países subdesenvolvidos é a ausência de uma classe de industriais capitalistas nativos de suficiente importância e riqueza que pudessem orientar os recursos a investimentos importantes para o desenvolvimento industrial. É impossível repetir neles a evolução seguidas a princípios do século XIX nos países da Europa Ocidental*"[61].

A existência de um setor nacionalizado não significa segurança quanto ao tipo de desenvolvimento econômico e social do país. Pode ele estar a serviço dos interesses de acumulação da economia privada (nacional e internacional), subsidiando com verba pública o crescimento desse setor. Pode, por outro lado, atuar na satisfação das demandas sociais e populares, algo de extemporâneo na América Latina. As subvenções

do Estado tanto aqui como no primeiro mundo garantiram a expansão e crescimento de amplos setores da economia privada, fortalecendo o capital monopolista. Ao invés de gerar benefício aos contribuintes, oneraram a carga tributária, pois em regra as empresas nacionalizadas operam com déficit ou remuneração de capital reduzida.

A disjuntiva era: ou o valor/volume das exportações crescer ou, então, tomar empréstimos a longo prazo para financiar o crescimento econômico. Os termos do debate não retomam à exaustão a abolição dos vestígios feudais/senhoriais e autonomização frente ao capital estrangeiro monopolista, mas expõem a contradição, ao ponto da caricatura política de desinvestimento e desinternacionalização.

Diante da "avalanche" de capital estrangeiro na América Latina dois autores apontaram para saídas que visavam reverter o processo de ingerência externa. Hirschman entendeu, que somente a nacionalização pode criar um clima de retomada dos interesses nacionais, vendo como necessário o afastamento do investidor forâneo, responsável pela desaparição de linhas de produção local. "*Aqueles que não estão convencidos e que tomam a sério os argumentos econômicos e políticos expostos antes, não encontrarão nada necessariamente errôneo em propor uma parte da poupança nacional e dos recursos em divisas estrangeiras à aquisição de investimentos estrangeiros no país*"[62]. Se para alguns autores o foco esteve justamente em solicitar ao mundo desenvolvido ajuda financeira, a proposta de Hirschman evidencia que a benção do capital externo não promoveu os ajustes estruturais que se esperava.

---

[61] Oskar Lange. "Tres ensayos sobre planeación económica" ETE 104:629.
[62] Albert Hirschman. "Como y por qué desinvestir en la América Latina", ETE:147:500.

Na linha de contemporizar com a presença do capital multinacional, Pedro Paz, partindo da análise do conteúdo histórico das relações econômicos-sociais diagnostica a dependência comercial, originária da estrutura centro-periferia, e, a dependência financeira, através da atuação de capital externo nas economias periféricas da América. Esse tipo de capital se alojou nos países subdesenvolvidos sem alterar a estrutura interna, do ponto de vista das relações de classe, porém afeta o domínio da burguesia nacional, pois: "*A medida que se agudiza o processo de desnacionalização, a burguesia industrial nacional, que pôde existir como classe dirigente nas duas ou três décadas do modelo de crescimento para dentro das economias latino-americana, tende a ser controlada cada vez mais pelo capital estrangeiro e, portanto, a desaparecer paulatinamente como classe dirigente capaz de impor um projeto nacional independente à economia periférica*"[63].

Verificou-se que o capital externo apresenta como contrapartida (a médio prazo) uma inversão dos fluxos financeiros. Não somente o balanço de pagamentos desequilibra-se como a ação desse tipo de capital é perniciosa, atuando no sentido da formação de monopólios e gera demanda de seus próprios produtos através dos "*métodos de publicidade ou de pressão psicossocial, que condicionam em grande medida o comportamento dos consumidores e, por conseguinte, a composição e montante da demanda*"[64].

Ao avanço da industrialização corresponde um aumento na demanda por energia elétrica, transporte interno, comunicações, abastecimento de água, o que provoca um

[63] Pedro Paz. "Dependencia financiera y desnacionalización de la industria interna". ETE, 146:326-327.
[64] "Dependencia financiera y desnacionalización de la industria interna". ETE, 146:310.

aumento na importação de bens de capital e combustíveis. "(...) *ao começar o desenvolvimento as importações aumentaram quase de imediato, pela necessidade de importar equipamentos de capital e pela incapacidade da economia para satisfazer a nova demanda de bens de produção* (...)"[65]. Historicamente a taxa de crescimento dos países da América Latina está relacionada ao movimento das exportações. O equilíbrio dinâmico, exportação e importação em proporção correspondente à estrutura de oferta e procura, não foi uniforme. Diante da impossibilidade de limitar as importações e os gastos do Estado (a curto prazo) o resultado foi um déficit fiscal e no balanço de pagamentos .

Diante da quebra da bolsa de Nova Iorque os governos locais lançaram mão de inúmeros expedientes para salvar o nível de renda do setor produtor, como desvalorização cambial, formação despropositada de estoques, aquisição e destruição dos excedentes, tudo na tentativa de impedir uma queda maior do preço internacional dos bens primários. Como reflexo político da sustentação das oligarquias exportadoras pelos governos, houve substituição de vários governos através de golpes de Estado logo após o início da crise[66]. Em suas origens a ISI, industrialização por substituição de importação, apareceu como um subproduto não intencional e na primeira fase sustentou o nível de demanda interna, dada a impossibilidade de satisfação pela importação.

Até então as instalações industriais eram de tipo residencial ou semi-industriais. A fase fácil da ISI ocorreu praticamente sem apoio estatal, isto é, sem investimento

---

[65] Horácio Flores de la Peña. "Estabilidad y desarrollo". ETE 95:242.
[66] Cf. Jacques Lambert. *América Latina*. p. 286

direto do Estado. Posteriormente a própria idéia de política industrial se atrelou à de ação estatal.

A crise de 1930 abalou a política econômica de desenvolvimento para fora, que também poderia ser chamada de política de satisfação das demandas do mercado mundial, cujo reflexo seria a permanente condição de apêndice primário do centro. O início da fase de substituição, fácil para uns, forçada para outros, deixou de ser viável ao se notar que as heranças da etapa anterior não tinham sido modificadas. Sob novos moldes, a divisão internacional do trabalho não se modificara.

No balanço das dificuldades apontou-se o setor público e o agrícola. O primeiro por não ter garantido a expansão do setor de bens de capital, e, o segundo, pelo seu imobilismo, ao não ampliar as receitas para importação e contribuir para a inflação. Nesse modelo o setor exportador, por definição comercial, vende matérias primas agrícolas e minerais e gera saldo para a importação de manufaturas. Os modelos para dentro e para fora descrevem um processo, mas não explicam a perenização do capitalismo mercantil nas economias subdesenvolvidas, são uma fuga argumentativa no atrelamento dos acontecimentos domésticos às vicissitudes do comércio exterior. Esgotados os efeitos dinamizadores do estrangulamento externo, isso não significou impossibilidade de novas substituições, apenas uma desaceleração do processo.

A posse e o domínio dos últimos recursos técnicos é uma das possíveis formas de caracterização da posição que um país ocupa: "*a essência do subdesenvolvimento se encontra na escassez das técnicas necessárias, de transporte e de outros fatores de*

produção"[67]. Os termos usuais variam, mas o sentido é único: transmissão, difusão, mudança, esforço, progresso, frutos das tecnologias. No século XX as mudanças foram muito velozes e a incorporação de ativos tecnológicos, item fundamental para a sobrevivência industrial e comercial. "*A tecnologia e as inovações determinam o ritmo da acumulação*"[68]. Nos países subdesenvolvidos as consequências da importação dos avanços tecnológicos foi sentida no desequilíbrio do balanço de pagamentos, no nível de emprego, numa expansão distorcida do mercado interno e na monopolização de vários segmentos.

A estrutura produtiva e o coeficiente tecnológico baixo da América Latina contribuem para a manutenção da utilização intensiva de trabalho. O processamento de seus bens primários-exportadores utilizam recursos manuais, o aumento de produção ocorre dessa forma utilizando pouco capital, dispensando recursos mecânicos. Por outro lado a taxa de inovação pôde ser mais elevada que nas nações centrais, dado o atraso[69].

Na literatura econômica essa questão gerou duas visões: numa se defendia a incorporação de máquinas e equipamentos de última geração, na outra, se propunha a absorção de mão-de-obra ociosa empregando processos de trabalho com baixa densidade de capital[70]. Os adeptos dessa segunda política acreditam que o aumento da taxa de capital fixo ampliaria o desemprego. Os outros argumentos em favor dessa posição são: falta de recursos para investir em capitalização, diminuição da dependência externa, financeira e tecnológica, agricultura não perde importância como setor

---

[67] Jack Baranson. "Un programa de tecnologia creativa para ayudar al desarrollo económico de los países menos industrializados". ETE, 117:35.
[68] Héctor Veja Tapia. "Exploraciones en el tema del desarrollo económico". ETE 135:391.
[69] Cf. Joseph Grunwald. "Inversión, relación capital-producto y crecimiento económico". ETE 106:286.
[70] Cf. Joseph Grunwald. "Inversión, relación capital-producto y crecimiento económico". ETE 106:287.

estratégico, mercado interno não absorve toda produção, custos elevados dos investimentos com alta densidade de capital; crescimento demográfico permitiria aumentar produção dada a abundância de mão-de-obra, o que diminuíra concentração urbana.

Desde a revolução industrial fundou-se uma visão de que o sistema econômico capitalista é impulsionado por invenções e inovações de caráter contínuo vistos com fator dinâmico. A absorção de tecnologia deve inclusive ser relativizada. As técnicas do centro poupam força de trabalho, e ao promover sua assimilação na periferia na qual há um excesso de trabalhadores ociosos exigiria uma adequada relação entre capital e trabalho.

O mercado latino americano é pequeno para a escala de produção do centro o que deve ser tomado como uma característica ao invés de obstáculo. Ao substituir o homem pela máquina podemos ter uma elevação dos custos. Na periferia, para se obter ganho de produtividade, não é necessário introduzir os equipamentos mais sofisticados, mas qualquer tipo de máquina ou ferramenta, posição reiterada por Furtado[71].

No período anterior a 1929 o fluxo de capital estrangeiro (formação da dívida externa), estava respaldado no volume de exportação. Após a quebra da bolsa de Nova Iorque houve um salto nos pagamentos da dívida externa, o que acarretou uma diminuição da capacidade de importar. Mesmo que não se remeta ao exterior os lucros do capital forâneo, reinvestindo-o no pais, o capital nacional aumenta apenas nominalmente, pois seus titulares continuarão sendo de fora.

---

[71] Cf. Celso Furtado. "La formación de capital y el desarrollo econòmico". ETE 77:92-93.

Walter Allende defendeu em conferência realizada na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo, em 1952, e posteriormente publicada em *El Trimestre Económico*, as propostas sobre a presença de capital externo na região: investimentos com destino a produção de bens importados, remessa de divisas conforme o estado das reservas internacionais e com o balanço de pagamentos, consonância com programas de investimento e tratados comerciais. O autor conclui que: "*Os móveis do lucro e especulação, inspiradores exclusivos dos investimentos internacionais no passado, deverão se harmonizar no futuro com outros móveis muito importantes: os do serviço social e da solidariedade humana*"[72].

Presumia-se que os investimentos estrangeiros estivessem promovendo um avanço na condição econômica dos países periféricos e que o intuito era o da cooperação: "(...) *porque as empresas industriais dos países subdesenvolvidos estão financeiramente ou tecnicamente ligadas a grupos estrangeiros e recebem equipamentos adquiridos pelas casas matrizes em grandes quantidades* (...)"[73]. Porém, o capital externo apenas reciclava seus bens de produção em mercados atrasados, o que perpetuava o *status quo*, pois a incorporação de maquinário usado aparecia sob a forma de inversão direta de capital estrangeiro[74]. Combinaram-se dois movimentos em um mesmo estágio do mercado mundial. "*As condições que se ajusta a ajuda financeira enrigeceu-se, entre outras coisas pelo fato de que um grande número de países*

[72] Walter Beveraggi Allende. "Impacto de las inversiones en América Latina". ETE 77:140.
[73] Celso Furtado. "Hacia una ideologia del desarrollo". ETE 131:384.
[74] Cf. Enrique Lima. Acumulación de capital, progreso técnico y explotación. Teoria y Practica en América Latina, 6:92.

industrializados tratam progressivamente de estimular artificialmente suas exportações vinculando sua ajuda financeira a compra de seus produtos"[75].

As nações desenvolvidas não somente encontraram mercado para seus bens de capital como, também, uma saída para o excesso de capital financeiro, financiando a venda desses bens, e em alguns casos transferindo-os com subsídios dos países receptores. "*Como esse processo ocorre com maior rapidez e intensidade nos centros onde estes elementos são produzidos, quer dizer, nos países industrialmente avançados, é ali onde cresce originalmente um mercado de maquinaria e equipamentos usados, que se reproduz nos países industrialmente atrasados, ainda que em menor escala e de maneira modificada, e ao qual os capitalistas recorrem constantemente*"[76].

Na tentativa por superar o atraso, as universidades foram vistas como mais um recurso a disposição para promover a arrancada capitalista. Apesar da longevidade das instituições universitárias latino americanas, que datam, no atual Peru e México, de meados do século XVI, elas não estavam dirigidas ao processo produtivo. O debate sobre a reforma universitária se inseriu no contexto da superação da condição periférica. "*Em síntese, a tarefa fundamental da universidade em nosso tempo é a reinterpretação crítica de nosso processo histórico, a elaboração criativa de valores e objetivos e a aquisição de meios científicos e técnicos que requer a reconstrução de nossa sociedade*"[77].

---

[75] J.B. Donges y W. Kasper. "Mayor flexibilidade de los tipos de cambio y su importancia para los países en desarrollo: un recuento". ETE 148:826.
[76] Enrique Lima. Acumulación de capital, progreso técnico y explotación. Teoria y Practica en América Latina, 6:92.
[77] Oswaldo Sunkel. "Reforma universitaria, subdesarrollo y dependencia". ETE, 146:226.

O problema universitário não se dissocia da caracterização global das questões latino americanas, ligado a um passado eminentemente agro-exportadora, que gerou um circuito universitário bacharelesco. As inquietudes intelectuais obtiveram vazão e a pesquisa e investigação científicas não alçaram posição de destaque. As necessidades tecnológicas foram supridas via importação. Na rastro do passado colonial, Urquidi classifica essa nova condição como colonialismo tecnológico. "*Se o desenvolvimento econômico da América Latina há de economizar doses de tecnologia industrial moderna como condição para lograr incrementos sem paralelo de produtividade, e se há de economizar o recurso latino americano mais escasso, que é o capital, é evidente que terá que produzir-se uma verdadeira revolução nas atitudes para a investigação científica e técnica, tanto de parte do capitalismo privado estrangeiro como dos governos e da iniciativa privada latino americanas – a menos que a América Latina se contente com que a tecnologia chegue unicamente através das empresas subsidiárias das industrias estrangeiras: uma espécie de colonialismo tecnológico*"[78].

Ao surgirem os novos centros universitários a formação do corpo técnico e burocrático absorveu os avanços da época, mas a figura do empreendedor permaneceu à sombra e por consequência a dependência tecnológica: "*Por exemplo, não existe outro contraste mais visível entre a América do Norte e a América Latina que o que se observa no grau em que se emprega a tecnologia e na circunstância de que quase toda a tecnologia moderna da América Latina é emprestada ou alheia a sua cultura*"[79].

---

[78] Victor Urquidi. "El desarrollo latinoamericano, el capital estrangeiro y la transmisión de la tecnologia". ETE, 113:25.

[79] James Stret. "Estructuras e instituciones: un puente hacia la teoria del desarrollo". ETE 136:580.

A incorporação dos ativos tecnológicos se processou no setor de bens de consumo, em particular no metal, mecânico e químico[80]. A instalação de empresas multinacionais promoveu uma regionalização das mudanças. Houve concentração em determinadas setores e, também, geográfica. "*A concentração do progresso técnico no plano setorial tem sua contrapartida nos desníveis regionais, já que os centros fabris se desenvolvem de preferência ou exclusivamente em pontos determinados do território*"[81].

A questão da difusão dos avanços tecnológicos nas economias periféricas da América, foi levantada por Prebisch nos seguintes termos: os preços das mercadorias industrializadas e suas respectivas remunerações não baixaram na proporção de elevação do processo técnico e ganhos de produtividade, o que acabou acarretando vantagens ao centro, além da transferência dos ganhos de produtividade da periferia[82]. No passado, a dinamização do setor agro-exportador a produtividade estava associada à exploração mais intensa dos recursos naturais e da força de trabalho. Enquanto na Europa as origens do capitalismo se relacionou com o fim da servidão, nas Américas esse modelo se embrenhou, nas suas origens, com as formas compulsórias de trabalho.

A adaptação de tecnologia do centro na periferia ao desconsiderar o nível das relações sociais, culturais e econômicas, pode gerar um efeito adverso. Preocupados com isso, alguns economistas tentaram relativizar sua importância, em função dos riscos embutidos. Uma caricatura dessa situação seria a substituição de matérias primas naturais por sintéticas, acentuando a dependência externa.

---

[80] Max Brice. "Problemas metodológicos en el estudio cuantitativo del cambio tecnologico en la empresa latinoamericana". ETE, 147:577.

[81] Anibal Pinto. "Concentración del progresso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano". ETE, 125:10.

Havia um outro problema, a utilização das tecnologias de ponta na América Latina produziu um fenômeno que o chileno Carlos Matus denominou - assincronia histórica - de substituição dos produtos primários por sintéticos: "*O setor moderno latino americano produz com uma tecnologia que despreza em forma crescente os 'insumos naturais' do setor não moderno e utiliza cada vez mais os tecnologicamente mais avançados da economia do centro*"[83].

Diante do deserto tecnológico vivido pela América Latina, qualquer investimento em recursos técnicos resultaria em progresso em direção a uma elevação da taxa de crescimento da renda nacional, sabendo disso as nações centrais: "*Ao término da Segunda Guerra Mundial manifestaram uma tendência a aumentar as facilidades para receber assistência técnica por parte de fontes nacionais e internacionais aos países subdesenvolvidos (...) Há, também, uma tendência a considerar a assistência técnica como o fator mais importante dos esforços internacionais para sobrepor-se ao subdesenvolvimento*"[84]. Pressupunha, o autor, que os grandes centro industriais deveriam impulsionar o desenvolvimento das zonas periféricas.

Muito antes de Jaguaribe escrever seu artigo, as Nações Unidas publicaram um balanço sobre o assunto, afirmando que os investimentos, e consequentemente transferência de tecnologia, concentraram-se nas indústrias de extração[85], e cujos efeitos foram sentidos negativamente: "(...) *o progresso tecnológico nas atividades primárias*

---

[82] Raúl Prebisch. "El desenvolvimiento económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas". ETE 63:362-363.
[83] Carlos Matus. "Algunas cuestiones básicas para la discussión de una estratégia de desarrollo latinoamericano". ETE 147:743.
[84] Hélio Jaguaribe. "Asistencia técnica externa y desarrollo económico". ETE 137:4.

da periferia produz desemprego tecnológico da mão-de-obra devido a ineslasticidade da demanda de produtos primários nos centros industriais e a incapacidade da indústria e atividades conexas da periferia para absorver toda a população ativa liberada das atividades primárias"[86].

Sob o impacto da explosão de duas bombas atômicas em agosto de 1945 nada mais confortável que financiar a visão de neutralidade da ciência/tecnologia, que foi contemporizada na revista na expectativa de mudanças: "*Também neste aspecto – como em tantos outros – é necessário marcar a diferença entre a assistência técnica conservadora e a transformadora*"[87].

As formas que esse apoio externo adotou foram: doações, dinheiro a fundo perdido, transferência de produtos agrícolas excedentes, empréstimos para projetos de capital e desenvolvimento em geral. Os critérios para uma efetiva ajuda seriam: desenvolvimento a longo prazo do país receptor; mecanismos de controle sobre a aplicação de recursos através de projetos e respectiva realização com cronograma. No entanto, seus efeitos resultaram no contrário: "*Uma proporção grande de aparato de controle da ajuda tende a assegurar benefícios comerciais aos países doadores, mais que a promover os interesses dos receptores. Com este propósito a ajuda se limita a bens proporcionados pelos doadores, ou ainda mais estritamente a bens que o doador deseja abrir mercado de exportação. Os custos para assegurar estes benefícios ao doador são de três natureza: I) sobre-avaliação do montante da ajuda; II) redução da*

---

[85] Cf. Boletín de las Naciones Unidas, XI, 1951, 12:576.
[86] Aldo Ferrer. "Distribución del ingreso y desarrollo económico". ETE 82:153.
[87] Alfredo Calcagno. "La asistencia técnica transformadora". ETE 79:471.

ajuda total proporcionada e III) distorção da dotação de recursos no país receptor"[88]. O objetivo dos filantropos de assegurar benefícios implicou em uma série de controles diplomáticos verificados através dos mecanismo de transferência e investimentos.

Para outros, as instituições criadas em Bretton Woods: "(...) *Fundo Monetário Internacional do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento como organismos técnicos de cooperação econômica internacional*"[89] , se preocupavam em oferecer saídas para as dificuldades econômicas das zonas em fase de transformação. A estabilidade política e monetária foram considerados requisitos básicos para a atração de capital externo. "*É perfeitamente razoável que um país solicite empréstimo ao exterior como política normal, se o uso for produtivo* (...)"[90].

Calcagno também descreve, os efeitos colaterais da difusão do progresso técnico. "*Sua lei não é o propósito altruísta de promover o bem estar geral, senão a vontade de satisfazer as necessidades das industrias metropolitanas e multiplicar as ganâncias dos investidores. Está encaminhada a complementar a economia do país adiantado, assegurando o abastecimento de matérias primas baratas, sem que se desenvolva harmonicamente a economia do país atrasado*"[91].

O setor artesanal ou semi artesanal, verdadeiros satélites do segmento exportador, existiram à margem dos monopólios metropolitanos, após a independência as mudanças foram sentidas quase cem anos depois, nos alvores do século XX. Somente então a indústria transpôs o nível artesanal, através de sobressaltos e sem destruir os arcaismos existentes, diferente da continuidade e gradualismo das mudanças estruturais

---

[88] Hollis Chenery. "La efectividad de la ayuda externa". ETE 130:341.
[89] Victor Urquidi. "Elasticidad y rigidez de Bretton Woods". ETE 1945:597.
[90] J. R. Hicks. "Los pagos internacionales y el ingreso nacional". ETE 59/60:432.

nos sistemas pioneiros. As transformações ocorridas nas nações centrais estão distantes da associação de revolução como um terremoto que destrói as estruturas e obriga a reconstrução sob novos alicerces. Os inventos e sua utilização como recurso produtivo devem ser contextualizados historicamente, pois a grande transformação na Inglaterra do século XVIII ocorreu na esfera das relações sociais de produção (a força de trabalho como mercadoria). Norberto Ras, ao discutir nossa realidade, escreve: "*A experiência demonstra que o despojamento do desenvolvimento econômico está nestes processos de mudança social, sem o qual todo progresso da técnica está condenado a ser utilizado muito imperfeitamente*"[92].

As contradições na evolução econômica da América Latina evidenciaram que, sob o impacto das novas tecnologias, o deslocamento de trabalhadores do campo e o seu aumento de produtividade, marginalizaram um amplo contigente populacional: "*o atraso do setor agrícola e o feito consequente de que, como já se disse, a transformação estrutural 'começou pelo teto' e não pelos cimentos do sistema*"[93]. A ênfase na industrialização secundarizou o campo, a ampliação da irrigação, eletrificação, transportes e comercialização, também eram importantes.

Isso apontou para uma tendência à regressão pelo fato de que os frutos do progresso técnico foram absorvidos pelos setores mais dinâmicos da sociedade que estavam atrelados ao capital externo. À formação de um mercado de massas contrapôs-

[91] Alfredo Calcagno. "La asistencia técnica transformadora". ETE 79:465.
[92] Norberto Ras. "Sociedad, tecnologia y desarrollo". ETE 134:280.
[93] Anibal Pinto. "Concentración del progresso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano". ETE 125:49.

se uma exclusão e marginalização crescentes[94], através dos próprios mecanismos do capitalismo, de acumulação e concentração de capital. "*Em outras palavras, na indústria prevalece a tendência que consiste na distribuição dos frutos do progresso técnico por meio do aumento das rendas monetárias, mais que por meio da diminuição dos preços*"[95].

Diante da pergunta de como são distribuídos os frutos do progresso técnico o pensamento liberal dos clássicos respondia - a concorrência do mercado. A pretensão de distribuição do progresso técnico em benefício das economias periféricas esbarrou na existência de formas monopolísticas e oligopolizadas de mercado, que não diminuem os preços na mesma proporção em que elevam suas rendas. De outra forma poderíamos dizer que os custos caem e os lucros sobem, sem que haja nesse movimento ampliação de mercado.

No modelo clássico inglês, a introdução das novas tecnologias objetivava aumentar a produtividade, reduzir o preço do bem final, favorecendo a acumulação. Nos países subdesenvolvidos, a necessidade de financiamento prévio à aplicação do progresso técnico e à instalação das indústrias de base, gerou uma oferta de mercadorias com valores acima do mercado internacional. Para que essa política prosperasse foi necessário salvaguardar o mercado interno, preservando interesses dos investidores à custa do bolso operário, pois eles foram obrigados a adquirir mercadorias nacionais a um custo mais alto que se adquiridas no exterior.

---

[94] Anibal Pinto. "Concentración del progresso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano". ETE 125:69.

[95] Sylos Labini. *Oligopólio e Progresso Técnico*, p. 123.

Na América Latina não se consolidou uma burguesia industrial nacional e as características presentes nos protagonistas da industrialização inexistem. O que Kaplan afirma para a Argentina pode ser estendido ao conjunto da região: "*Surge e vive, particularmente, à sombra de ou em união com grupos latifundiários, mercantis e financeiros, tanto nacionais como estrangeiros interessados na intangibilidade do status quo*, (...)"[96].

A formação dessa burguesia industrial foi pelo avesso: "*No caso da industrialização substitutiva, o provedor tradicional (externo) é eliminado em razão do colapso da capacidade de importar, o que permite a produção interna abrir caminho adotando uma política de preços altos. Instalados desde a fase inicial em posições monopólicas ou oligopólicas, os industriais substituidores de importações procurarão reter nas fases seguintes tais privilégios*"[97].

O colombiano Antônio Garcia analisa os motivos da "fragilidade" da burguesia industrial na América Latina, elencando os seguintes fatores: a) o entrelaçamento de interesses e relações com a oligarquia rural; b) a compreensão de um liberalismo econômico oposto às transformações estruturais do Estado ; c) identificação com o capital estrangeiro; d) a notável carência de "sentido nacional" e "ideologias nacionais" de desenvolvimento[98].

A causa do atraso, a carência de capital, a desorganização estrutural, a reduzida taxa de poupança e de consumo atribui-se ao setor externo, alicerçado no latifúndio e que não gera renda necessária para cobrir importações, ou seja, nessa hipótese não

---

[96] Marcos Kaplan. "El estado empresario en la Argentina". ETE141:73-74.
[97] Celso Furtado. "Hacia una ideologia del desarrollo" ETE 131:383.
[98] Cf. Antônio Garcia. "El diagnóstico del atraso en América Latina". ETE 138:220.

contribui como via de acumulação. Elencava-se como funções do empresário: apresentação de uma nova mercadoria ao mercado, utilização de uma técnica até então desconhecida, aproveitamento de uma nova fonte de consumo, aquisição de uma nova fonte de matéria-prima, promoção/organização de um monopólio. Empresário não é aquele que inventa ou descobre, mas aquele que obtém proveito econômico[99]. "(...) *se o empresário está em ação, a riqueza aumenta, qualquer que seja a poupança, porém se o empresário está inativo, a riqueza diminui qualquer que seja a poupança*"[100]. No entanto, a visão das oligarquias gestadas no modelo agro-exportador estava deformada por preconceitos de honorabilidade que abortavam os embriões de administração empresarial: "*A rigidez da estrutura social, a ausência de oportunidades de emprego e uma tradição que equipara o ócio a distinção social, tem impedido o surgimento desta nova classe tanto na indústria como no comércio ou na burocracia*"[101].

Havia uma visão de que a taxa de acumulação de capital está associada com a capacidade de poupança, o que expressava uma regressão do pensamento econômico à sua condição de disciplina moral: "*Nos países de economia subdesenvolvida bastaria, pois, que as classes com altas rendas renunciassem, tão somente a uma parte de seu consumo excessivo para que o investimento melhorasse substancialmente acelerando-se, assim o ritmo de crescimento sem sacrificar o consumo – já magro – das classes*

[99] Cf. Antonio Casas-Gonzáles. "El concepto 'schumpeteriano' de la formación de capital y los países en vias de desarrollo". ETE 132: 631-639.
[100] Arturo Martín de Nicolás. "Inversiones privadas, productividad, salarios y ocupacíon". ETE 61:31.
[101] Edmundo Flores. "La reforma agraria y la Alianza para el Progreso". ETE 120:591.

com renda mediana e baixa que, em muitos casos, se debatem na angústia econômica da miséria"[102].

Estabelecia-se uma relação de causalidade entre poupança privada e investimento/poupança como fator decisivo e preponderante para o desenvolvimento econômico. "*Assinalamos que a alta propensão ao consumo dos grupos de alta renda, ao fomentar pautas de consumo próprias das economias desenvolvidas, limita a margem de poupança, retarda a formação de capital e em consequência, é uma das maiores travas ao aumento de produtividade*"[103]. A solução seria, portanto, fomentar a economia de recursos sem a finalidade de entesouramento, mas tampouco realizar investimentos débeis, mas somente os altamente produtivos.

Para explicar essa alta propensão a consumir e baixa de poupar recorreu-se à vulgarização psicológica: "*As preferências dos consumidores são interdependentes. Suponhamos o caso de uma família cuja renda tem crescido. Estas últimas aproveitam sua maior renda para consumir bens de qualidade superior. Através do contato, a família cujo ingresso não foi aumentado tenderá, todavia, a elevar também seu standard de vida*"[104]. Isso prescindiria da superação do nível de subsistência. Pressupõem-se que as famílias latino americanas que possuem renda apresentem um comportamento semelhante ao das mesmas nos países desenvolvidos, adquirindo bens de consumo em velocidade superior ao da depreciação e obsolescência. "*Se considera o consumo como o único fim e propósito de toda a atividade econômica, e se toma em*

[102] Alberto Batra. "El efecto 'demonstración' y las economias subdesarrolladas". ETE 118:267.
[103] Aldo Ferrer. "Distribución del ingreso y desarrollo economico". ETE 82:180.
[104] Alberto Batra. "El efecto 'demonstración' y las economias subdesarrolladas". ETE 118:270.

conta somente o consumo médio ignorando todas as desigualdades"[105], desprezando o consumo de subsistência popular.

De acordo com Garcia o assalariado que diminui o nível de consumo necessário ilude-se ao acreditar que está construindo um futuro seguro, mas contribui, como prestamista "gratuito" dos banqueiros. Nos países da América Latina boa parte da economia, estruturada ainda em núcleos familiares a poupança significa uma provisão nacional contra o desamparo das políticas públicas: "*O Estado, que não criou uma verdadeira estrutura de crédito e financiamento para o artesão, o pequeno industrial, o camponês, a pequena burguesia empresária, toma coercitivamente suas poupanças e as inverte em títulos da dívida pública: antes de ser classe devedoras dos bancos, têm operado como classes credoras do Estado e das instituições públicas, fornecendo seu dinheiro a juros mais baixos que os praticados para operações comerciais* (...)"[106]. O problema econômico para o poupador que pensa em se proteger, consiste na impossibilidade de manter o poder de compra do valor poupado em um período de pressões inflacionárias. "(...) *nos países subdesenvolvidos, as classes dirigentes se pronunciam mais ortodoxamente contra o planejamento e pela conversão de um regime de liberdade para a desordem e o desperdício*"[107].

A renúncia ao consumo como fonte básica de poupança, vale para o patrão e para o trabalhador. Para o primeiro é a renda não consumida, e, para o segundo a parte do trabalho que não foi gasta. Essa idéia distrai a atenção para o fato de que a acumulação capitalista não é um ato individual, mas histórico e social, que ocorre a

[105] R. M. Goodwin. "Crescimiento óptimo no equilibrado". ETE 101:66.
[106] Antonio Garcia. "El ahorro como cuenta de seguridad social". ETE 95:282.
[107] Antonio Garcia. "El ahorro como cuenta de seguridad social". ETE 95:288.

partir do não pagamento de parte do valor das força de trabalho. A relação poupança versus consumo estabelece uma bipolaridade na qual um polo é alternativo ao outro. Um favorecendo a acumulação, outro não. "*Pela mesma razão se considera que nos países insuficientemente desenvolvidos não é conveniente taxar com altos impostos a renda aos grande poder aquisitivo, pois sendo estes a fonte mais importante de poupança nacional, os impostos elevados atentariam contra a formação de capital para investimentos privados*"[108].

Mas, para além das falsas virtudes morais dos pensadores do crescimento econômico, a poupança é somente realizada por aqueles que auferem renda para tal e mesmo a tentativa de conscientizar uma fração da classe dominante não resulta em significativa mudança pois: "*A poupança pessoal líquida é uma cifra residual* (...)"[109].

Foi nesse período de 1945 a 1970 que parte da aristocracia latifundiária completou a metamorfose iniciada em 1930, deixando de ser rentista para incorporar-se ao setor financeiro ou industrial. "*Os sociólogos e estudiosos das ciências políticas deploram frequentemente a debilidade da classe média e sobretudo dos empresários latino americanos, sua falta de firmeza e incapacidade para exercer influência nos assuntos públicos*"[110]. *Houve colocações que acusaram o estado de ser uma força débil, solicitando uma postura mais enérgica, quando na verdade, confundiu a instituição altamente repressiva com a subserviência das elites dirigentes*[111].

---

[108] Walter M. Beveraggi-Allende. "Consumo e inversion como propulsores del desarrollo económico". ETE 81:45.
[109] Nicholas Kaldor. "Problemas económicos de Chile". ETE 102:189.
[110] Albert Hirschman. "La economia política de la industrialización a traves de la substitución de importaciones en América Latina". ETE 140:644.
[111] Cf. Gunnar Myrdal. " El problema de la eficiencia de la mano de obra en los países subdesarrollados" ETE 100: 769.

Hábitos de consumo se propagam mais facilmente que as técnicas de produção e somente uma atitude mais dinâmica por parte das elites poderia se contrapor à penetração estrangeira. "*Os benefícios do comércio exterior servem apenas para que alguns grupos sociais desfrutem de formas superiores de consumo imitadas de países altamente desenvolvidos*"[112]. Furtado corrobora a visão weberiana de que o coeficiente de investimentos é influenciado, também, pela capacidade individual de poupança[113].

Capitalização significa formação de capital como efeito da poupança seguida de investimento. Poupança é a parte da renda nacional que não foi consumida e investimento é a formação de capital fixo (máquinas e ferramentas). A idéia de crescimento apega-se a esse último aspecto, acrescido do efeito de elevação da renda.

[112] Celso Furtado. "La formación de capital y el desarrollo económico". ETE 77:103.
[113] Cf. Celso Furtado. "La formación de capital y el desarrollo económico". ETE 77:108.

2.2 Agro Anomia

Se a ciência é aquilo que permite ir além da aparência em busca de essência, documentar a calamitosa condição do campo na América Latina é desnecessário. Em muitas ocasiões, a solução ao problema foi posta doutrinariamente se arrolando medidas que do ponto de vista formal poderiam modificar a realidade. Inegavelmente o latifúndio se constituiu em um grande obstáculo ao avanço do campo. Variando de país a país e mesmo dentro de um Estado, de região em região, ele revela o grau de concentração da terra e a desproporção de produtividade se comparado com algumas pequenas propriedades: *"O minifúndio constantemente mostra nas comparações entre países, um maior rendimento por hectare que o latifúndio, seja computando suas médias com base no total da terra agrícola ou unicamente a área cultivada"*[1]. O problema do latifúndio/minifúndio pode ser verificado tanto na propriedade como na produção.

Em geral, as famílias de trabalhadores rurais quando não estão vinculadas ao latifúndio, ligam-se à terra através de contratos sócio-econômicos opressivos. *"A modalidade mais comum para ligar o camponês à exploração é ceder uma pequena parcela para habitação e horta; ocasionalmente, também recebe distintos nomes – inquilinagem, yanaconazgo, huasipungo etc de acordo as tradições de cada país. O camponês está obrigado a trabalhar por um salário muito baixo ou gratuitamente durante um número determinado de dias ao ano, ou entregar ao proprietário seus*

produtos agrícolas a baixo preço"[2], essa foi a forma que eles encontraram de obter trabalho e moradia.

A reforma agrária irrompeu como um dado emergencial na América Latina. O produto social da região precisava aumentar em vista da caracterização de um vasto potencial. Isoladamente uma distribuição de terra não promove significativa mudança social, mas acreditava-se poderia expandir a economia, liberando mão-de-obra, gerando mercado para a produção industrial, abastecendo de alimentos e matéria-prima o setor urbano-industrial, carreando divisas.

A divisão excessiva da terra na forma de propriedade ou exploração necessitava de uma solução. Quando o problema é de exploração, uma política de estímulo ao desenvolvimento amenizaria o quadro social. Quanto ao minifúndio de propriedade, implicava em deslocar famílias e promover abertura de crédito para compra de terras, caso se quisesse evitar a expropriação. Uma reforma agrária tende à supressão do latifúndio, no entanto seu objetivo deveria ser alcançar o pleno emprego da capacidade produtiva da terra cultivável.

A dinâmica da reforma agrária deveria se enredar em uma reação em cadeia, modificar os padrões de distribuição da renda de utilização dos recursos, alterar a estrutura e composição da oferta e da demanda e a formação de capital. Um dos temores seria uma baixa da produção, em função da fragmentação da unidade agrícola e uma possível queda do nível tecnológico.

---

[1] Solon Barraclough & Arthur Domike. "La estructura agraria en siete países de America Latina". ETE 130:249.

[2] Solon Barraclough & Arthur Domike. "La estructura agraria en siete países de America Latina". ETE 130:243.

Resultaria em melhoria da eficiência: "*deste modo se chega à convicção de que o planejamento do desenvolvimento agrícola, com mais evidência que em outros setores, é imprescindível partir de um conhecimento integral do problema. Conhecer o mais fundo possível: quem faz as coisas (mão-de-obra), com que se faz (tecnologia), e como se faz (eficiência)*"[3]. A mudança tecnológica foi vista como o melhor meio de transformar a realidade do campo, prevalecendo o tecnicismo, dado se entender o problema de substituição da deficiência através da satisfação de volumes de produção. A introdução da tecnologia desligada das mudanças sócio-culturais, desconectada dos níveis de organização, não se traduz em ganho de produtividade.

No caso dos países andinos e da América Central a topografia é um obstáculo intransponível, dificultando o uso de máquinas, a ampliação dos cultivos e do ganho de escala, e apesar disso o latifúndio continua sendo a base da estrutura fundiária. Essa situação confere ao problema agrário grande complexidade, pois ao mesmo tempo deve promover mudanças na produção.

Um planejamento agrícola nacional acompanhado de medidas inovadoras, implicaria, nessa região, em alterar cultivos de baixa produtividade, destruidores do solo, modificar pastos e realocar populações, localizadas há muito no espaço. Os pontos para uma política agrícola seriam: fomentar o espírito empresarial, livrar o campo da pressão demográfica, legislação específica de trabalho rural, combate ao absenteísmo, corrigir defeitos da estrutura agrária e uma das deformações era o minifúndio.

A base demográfica é índigena e/ou mestiça, historicamente segregada. O processo de submissão dos índios continuou, assumindo nova feição; desde o início da

[3] Enrique Irazoque Barrenechea. "Hacia un enfoque integral de la reforma agraria". ETE 124:604.

conquista, as formas de trabalho compulsório nunca deixaram de existir e sobrevivem na figura das parcerias e meações. Essas instituições fortalecem o domínio do proprietário de terra sobre o camponês, mantém baixa a remuneração da mão-de-obra e reproduzem uma agricultura de subsistência com métodos primitivos. A sujeição dos camponeses encontra-se a meio fio da escravidão e servidão. A reforma agrária foi vista como maneira de dissolvê-las, mas seu grande dilema era enfrentar as contradições entre o econômico e o social. Uma mudança radical na estrutura fundiária implicaria em quebra de vínculos comunitários.

A separação entre o produtor e os bens de produção (de propriedade alheia) cria em ambas as partes uma forte resistência às inovações. Do lado do trabalhador rural, qualquer melhora nas técnicas e acomodações pertencem ao dono da terra e seus custos recaem sobre o camponês. Por outro lado, o proprietário teme que as mudanças realizadas justifiquem direitos sobre a terra. Aos latifundiários: "*Não lhes convém reduzir sua influência promovendo novos contatos com o mundo exterior, nem fomentar a introdução de novas técnicas, ou de maiores facilidades educativas* (...)"[4].

Fernandez, ao pensar a grande propriedade rural de terra dividiu o latifúndio em três tipos diferentes: a) o latifúndio econômico, caracterizado pela desproporção entre terra/trabalho e quase escassez de capital/fator empresarial; b) latifúndio social, grande extensão de terra em mãos de um único proprietário ou firma, trata-se da concentração,

[4] Solon Barraclough & Arthur Domike. "La estructura agraria en siete países de America Latina". ETE 130:245-246.

e, o c) latifúndio natural, com utilização extensiva da terra dada a baixa fertilidade, distância dos mercados e ausência de infra-estrutura[5].

Proprietários e trabalhadores atuam e pensam antagonicamente. Os donos da terra não necessitam produzir para sobreviver, e, para a manutenção dessa estrutura eles oferecem o mínimo aos trabalhadores, para que suas rendas permaneçam sempre baixas, sem apoio técnico, educativo e crédito, e, que a insegurança quanto ao futuro seja crescente. O quadro, portanto, deixa de ser o das possibilidades de desenvolvimento do campo para ser o da existência imediata do camponês.

Estatuto e legislação agrária apenas legitimam o *status quo*: "(...) *deve recordar-se que muitas destas leis são promulgadas com acordo tácito de que não serão aplicadas rigorosamente. No melhor dos casos, deve interpretar-se como lineamentos normativos que fixam limites aceitáveis às aspirações dos camponeses*"[6]. A falácia nas políticas governamentais pode ser desnudada pelo fato de o acesso à água ser restringido: "*Em qualquer programa para expropriar e redistribuir direitos à terra, o direito ao uso da água deve ser explicitamente incluído. (...) Uma reforma agrária que não toque os direitos de água deixaria a estrutura agrária substancialmente igual em tais regiões*"[7]. Há uma questão política no debate sobre a reforma agrária. Para sua efetivação a questão do financiamento tanto ao acesso à terra como à produção foram pouco discutidos com os setores diretamente interessados.

---

[5] Ramón Fernandez y Fernandez. "Una doctrina sobre la reforma agraria". ETE 113: 78-82.
[6] Solon Barraclough & Arthur Domike. "La estructura agraria en siete países de America Latina". ETE 130:265.
[7] Solon Barraclough & Arthur Domike. "La estructura agraria en siete países de America Latina". ETE 130:277

Como a maioria das explorações agropecuárias são unidades familiares, as decisões econômicas são influenciadas por considerações dessa índole. Do ponto de vista social, a unidade familiar é a ideal, porém, do ponto de vista econômico, não. Um Estado teria muitas dificuldades em suprir suas necessidades, caso sua agricultura tivesse como pilar unidades familiares. Além disso, seria preciso estabelecer com rigor meios de aferir o módulo rural familiar: se a partir do mínimo para subsistência ou se o mínimo mais um sobre-lucro (para acumulação, investimento, reposição etc.).

O campo adquire dinâmica no processo de crescimento econômico quando aumenta sua produtividade e passa a abastecer outros setores da economia, ajustando sua oferta às mudanças na demanda, decorrentes do crescimento e urbanização da população. Nos centros urbanos a demanda de bens alimentícios é inelástica, inclusive ao movimento de preços, mas sensível quando a procura cresce, subindo de preço. Os incentivos rurais não operam na mesma velocidade que em outras atividades, portanto, a elevação dos preços não estimula de imediato uma produção adicional de alimentos.

Simultaneamente à transferência de braços do campo para a cidade houve a de capital, de duas formas, uma delas através dos tributos e outra pelo contingenciamento ao setor de bens de produção do saldo das exportações agrícolas. Possíveis contribuições do setor rural ao desenvolvimento: contínua expansão da produtividade, aumento da renda per capita do camponês, dada a conquista de maior produtividade liberar mão-de-obra para a cidade, gerar divisas, auxiliar na formação de capital nos demais setores[8].

[8] Cf. Carlos Tello. "El sector agricola y el desarrollo económico de los países latinoamericanos". ETE 125:96.

Havia, no resultado da aplicação das políticas para o campo, impactos diferenciados em função da estrutura agrária, pois o efeito de uma mesma medida é distinto em um latifúndio e em um minifúndio: "*A política governamental agrícola, especialmente na América Latina acentua as contradições do desenvolvimento econômico do setor, já que perpetua os sistemas de propriedade atual da terra e portanto não fomenta a produtividade da área*"[9]. A contradição se faz sentir de modo mais agudo no latifúndio, por sua falta de dinamismo e resistência à introdução de novas técnicas.

A função do crédito agrícola seria, entre outros, o de auxiliar o abandono das técnicas tradicionais. A introdução de mudanças importantes e perduráveis é possível em médio ou longo prazo, pois pressupõe experiências de adaptação. Tentou através de educação agrícola, desde a escola primária, formar e capacitar trabalhadores rurais, dotando-os de conhecimento técnico e administrativo, disseminando no entorno comunitário esses instrumentos.

Um índice que poderia estabelecer uma taxa de produtividade social da agricultura seria o de uma produção rural proporcional ao aumento demográfico e urbanização, além de um substantivo adicional para exportação. Um outro meio seria a elevação forçada da produtividade agrícola: investimento na indústria transfere mão-de-obra do campo para a cidade, obriga a um rendimento maior com menos trabalho. Porém esse fenômeno demográfico de falta de camponeses só ocorre em países com baixa densidade populacional o que não acontece na América Latina. O problema foi que a subocupação do campo converteu-se em subocupação urbana.

---

[9] Carlos Tello. "El sector agricola y el desarrollo económico de los países latinoamericanos". ETE 125:99.

Quanto à terra, o debate circunscreve-se a confiscar ou expropriar. Se a opção recai sobre a expropriação, o receio seria o dela chegar à propriedade industrial amanhã. Uma reforma agrária somente tem lugar quando uma outra classe social, separada dos latifundiários, assume a direção política. Quando ocorre o confisco, a indenização deve ser paga pelo camponês? Se respondida afirmativamente, isso implicaria em reconhecer um setor rural capitalizado, o que não ocorre na América Latina. As unidades familiares, base da produção agrícola sequer possuem condições de subsistência, quiçá de poupança. Como consequência, a captação de recursos para o campo foi feita pelo governo.

Urquidi, em sua tentativa de balanço da *Aliança para o Progresso*, parabenizou-a pelo registro de avanços sociais e econômicos na América Latina e justifica a existência de uma política para o campo: "*Os programas agrícolas necessitam intensificarem-se, porque por mais que se promova a industrialização, o número absoluto de habitantes rurais seguirá aumentando por pelo menos vinte ou trinta anos*"[10].

A carta de Punta del Este, ponto de partida da *Aliança para o Progresso*, estabeleceu que as reformas agrárias eram um pré-requisito para o desenvolvimento econômico[11]. Essa aliança expressava o desejo dos Estados Unidos de monitorar a economia e a política de todo o continente americano, através do investimento de capital, controle monetário e acordos comerciais a fim de garantir sua hegemonia

[10] Víctor Urquidi. "Dos años de Alianza para el Progreso". ETE 120:568.
[11] Cf. Ernest Feder. "La alianza para el progreso y la reforma agraria latinoamericana". ETE 127:501.

político-militar. O temor de uma nova revolução cubana sacudiu a classe dirigente norte-americana e os governos locais. Em apenas cinco anos e em 14 estados diferentes foram promulgadas leis de reforma agrária: 1960, Venezuela; 1961, Costa Rica, El Salvador e Colômbia; 1962, República Dominicana, Honduras, Haiti, Panamá e Chile; 1963 Nicarágua e Paraguai; 1964, Brasil, Equador e Peru[12].

Passados quase dez anos da instituição da *Aliança para o Progresso,* que aventou mudanças na estrutura agrária baseada na criação de uma legislação e fundação de institutos agrícolas o balanço foi que: "*Do ponto de vista do camponês a década de 60 passará para a história como a década das reformas agrárias frustradas*"[13]. A função da legislação era a de barrar a dinâmica de lutas camponesas, mantendo intocadas a propriedade privada através do conceito de função social da terra, utilizado como justificativa para preservar grandes fazendas, constituindo-se em instrumento anti-reforma[14]. Desta forma: "(...) *atenção se volta agora sobre a eficiência e intensidade de aproveitamento da terra, ou melhor, sobre a produção e produtividade, que sobre a inquietude social inerente a uma distribuição desigual da terra que é a razão real da reforma agrária*"[15]. Era a cobertura para o latifúndio "produtivo".

Sob a influência dessa política, os camponeses foram obrigados a um enquadramento nos projetos de reforma elaborados com a anuência dos latifundiários. Nos países em que a luta social rural conquistou vitórias, exemplo de México e Bolívia, o cooperativismo adquiriu dimensão como forma de organização: "*A cooperativa de produção, é teoricamente muito superior, desde todos os ponto de vista, à unidade*

[12] Cf. Jacques Lambert. América Latina p. 134.
[13] Ernest Feder. "La 'función social de la tierra' y la pobreza rural en la América Latina". ETE 145:4.
[14] Cf. Ernest Feder. "La 'función social de la tierra' y la pobreza rural en la América Latina". ETE 145:7.

familiar"[16]. Mas teve que enfrentar fatores negativos: "(...) *a falta de um quadro realista de novas estruturas cooperativas, a debilidade da organização assistencial do Estado, a orientação paternalista da política de promoção agrária, a carência de um enérgico sistema de capacitação das massas, assim como de um sistema organizativo capaz de canalizar a força de pressão daquelas e de assegurar sua participação democrática no processo de reforma agrária*"[17].

Reforma agrária é mais do que melhoria na produção agrícola, partilha de terras ociosas (o que se diferencia de colonização), ou uma forma compulsória de repartição de renda, imposta aos grandes proprietários de terra através de "(...) *um tributo de capital cobrado a um pequeno grupo de latifundiários para distribuir entre muitos camponeses e o Estado*"[18].

Na América Latina podemos apontar que a defesa das idéias liberais induziu a alguns de seus defensores incorporarem a reforma agrária como uma de suas propostas. "*A concentração da propriedade rural tem sido um dos obstáculos mais graves a ser enfrentado pela burguesia de alguns países subdesenvolvidos, em seu afã de sobrepor a etapa em que vivem*"[19].

A política de reforma agrária, também, foi pensada como um dispositivo de demarcação de terras. Embora não esteja explicitada nos artigos de ETE, a analogia com a Inglaterra, acreditava-se que a "expulsão" do homem do campo poderia favorecer a industrialização latino americana à semelhança da britânica. Após 1945 transformou-

---

[15] Ernest Feder. "La 'función social de la tierra' y la pobreza rural en la América Latina". ETE 145:9.
[16] Ramón Fernandez y Fernandez. "Una doctrina sobre la reforma agraria". ETE 113:89.
[17] Antonio Garcia. "Las cooperativas en la reforma agraria de América Latina". ETE 145:61.
[18] Edmundo Flores. "La reforma agrária y la Alianza para el Progreso" ETE 120:596.
[19] Horacio Flores de la Peña. "La eslasticidad de la oferta y el desarrollo económico". ETE 85:20.

se em bandeira do nacionalismo de esquerda. A força do pensamento liberal derivava do aumento da participação de um setor proto industrial disposto a fazer recuar a aristocracia latifundiária, que via na terra uma reserva de valor, ao invés de inseri-la no mercado capitalista. *"A princípio as reformas agrárias tratam somente de consumar a revolução liberal. São um ariete para lançar a massa camponesa contra o reduto dos latifundiários e acabar de vencê-los, sem muita preocupação com o que vem depois"*[20]. O problema é saber até onde ir, pois o ingresso do proletariado rural sob a perspectiva da luta de classes assusta. O propósito dessa transformação pode ser político ou econômico, daí as variegadas e contraditórias idéias sobre o assunto.

Enquanto sob a ótica política o combate visa a abolir o poder de um segmento social retrógrado, a ótica economicista vê nela um determinante da redenção do atraso e da miséria. Por isso Fernandez estabeleceu dois padrões de reforma agrária, um progressivo outro regressivo. No segundo, predominam os aspectos políticos de contenção de forças subversivas (camponeses sem terra), além de adquirir um caráter confiscatório de motim camponês e atomização da propriedade. O primeiro tipo é um projeto eminentemente econômico (leia-se "científico").

Os objetivos eram: proporcionar terra ao camponês que não a possuía ou possuía pouca, eliminar restos de servidão, estimular maior produtividade e comercialização da indústria agropecuária, melhorar as condições de vida e trabalho dos camponeses e incorporá-los à vida social e política dos país. Justifica-se: "*Nos casos dos países subdesenvolvidos, a agricultura é com frequência a principal fonte de riqueza, quando não é a única, e a propriedade de terra serve de base para a distribuição de renda. Daí*

[20] Ramón Fernandez e Fernandez. "Una doctrina sobre reforma agraria" ETE 113:72.

a necessidade de alterar o regime de terras quando se deseja levar a cabo um programa de reorganização econômica"[21].

Por outro lado, a reforma agrária também foi vista como uma forma de restituir às comunidades indígenas a terra que lhes fora usurpada. Se tomarmos um ponto de vista antropológico, essa questão poderia ser entendida como um conflito étnico[22], e nesse aspecto seria a reconstituição da base territorial das comunidades indígenas. Para os índios a terra não é uma propriedade privada nem um meio de produção, mas vinculada a economia comunal de subsistência, parte dos ritos sócio-religiosos e familiares, jamais sendo entendida como mercadoria.

Os não índios concebiam a terra como posse individual associada aos cultivos comerciais, à economia monetária e ao trabalho, e suas respectivas formas compulsórias – escravidão e servidão. "*Parece não haver dúvidas, portanto, de quanto foi problemática a transição de uma economia indígena nos moldes tradicionais à uma economia monetária. (...) – que para nós não é apenas um conceito objetivo ou um meio de troca de bens – mas um fenômeno sociológico e até mesmo psicológico, já que pressupõe a crença de um valor que é, na verdade, uma convenção, defendemos que o processo de substituição das unidades indígenas pela moeda foi extremamente complexo*"[23].

Em 1915 a reforma agrária no México redistribuiu a propriedade da terra. Em 1917 a reforma transformou-se em dispositivo constitucional e consagrou o povoado

---

[21] Edmundo Flores. "La reforma agraria en Bolivia" ETE 79:488-489.
[22] Cf. Rodolfo Stavenhagen. *Clases, Colonialismo y Aculturación.* Ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica p. 23.

como sujeito primário de direito agrário, posse inalienável, distribuição da terra mediante parcelamento: "*Do lado ejidal, o mecanismo empregado deu origem à criação de um amplo setor minifundista (...) revigorou-se, assim, a agricultura de subsistência*"[24]. Como pontos que dificultaram a consolidação dos ejidos: exploração por inúmeras variedades de terceiros, a divisão deles próprios e o abandono. As vantagens a ele associadas: separa a terra do comércio livre e evita especulações, tenta promover o cultivo direto da terra por camponeses, impede que a terra se concentre em poucas maõs e seja transferida a estrangeiros, organização cooperativa.

Para Fernandez, a estrutura agrária reformada com base no ejido necessitava de novas modificações, "uma reforma na reforma agrária" apoiada nos seguintes pontos: colonização dos latifúndios existentes, reagrupamento da propriedade fragmentada, extinção do minifúndio, que todos os ejidos adotem a forma cooperativa, revisão do parcelamento (até adquirir magnitude familiar), ajuste de títulos e cadastros, revisão e reordenamento do direito de água, delimitação das áreas reservadas a bosques e pastos, realização de obras públicas, crédito, assistência técnica, educação e saúde pública[25].

No caso mexicano, o ejido é um modo de propriedade rural comunal, baseado nas antigas formas de posse indígena, dissolvidas pela ocupação européia, e nele a posse é coletiva, de uma aldeia ou comunidade. "*A função social da propriedade da terra é um recurso - não o único – para estabelecer permanentemente na sociedade a*

---

[23] Leila Maria França. Transformações da Noção de Valor na Mesoamérica p. 155-156.
[24] Ramón Fernandez y Fernandez. "La reforma agraria mexicana: logros y problemas derivados". ETE 94:150.
[25] Ramón Fernandez y Fernandez. "La reforma agraria mexicana: logros y problemas derivados". ETE 94: 157-159.

tranquilidade necessária para as tarefas de desenvolvimento"[26]. O novo regime de terras foi fonte de paz social e de estabilidade governamental, e em consequência disso, a pequena propriedade agrícola passou a ser um meio de subsistência familiar e não uma empresa econômica. Em parte os ejidos, ao ocuparem uma grande quantidade de força de trabalho, detiveram no campo trabalhadores, que dada a baixa taxa de acumulação de capital não encontrariam oportunidade de ocupação na área urbana.

A reforma agrária tentou abolir a ordem arcaica do latifúndio, mas sem metas claras em relação à nova ordem. O primeiro passo foi fracionar a grande propriedade e contraditoriamente exumar velhas formas de posse comunal da terra, de raízes pré-colombianas. O processo de desnaturalização, quebra das relações comunais, da terra foi interrompido, para ser retomado no curso do pós guerra. "*Toda a agricultura, inclusive a ejidal, volta-se a partir de 1940, cada vez mais capitalista, posto pelo aumento, como já se indicou, da proporção de assalariados dentro da força total de trabalhadores*"[27]. A posse perpétua do ejido pertence ao núcleo de população habitante, entidade jurídica *sui generis* e não absenteísta. Pode haver mudanças individuais ou até mesmo familiares, e a terra continuará em posse do núcleo por ser inalienável. Trata-se da comunidade como sujeito de direito agrário.

Os ejidos são "(...) *inadequados para o progresso agrícola por causa de sua magnitude física. Respondem a um indiscutível direito legal dos camponeses, e seguem cumprindo valiosos encargos sociais e políticos que asseguram a tranquilidade rural*

[26] Marco Antonio Durán. "Las funciones de la propriedad de la tierra en la reforma agraria mexicana". ETE 122:229.
[27] Ramón Fernández y Fernández. "La clientela del crédito ejidal". ETE 101:33.

indispensável para o progresso"[28]. Eles são parcelas de terras pequenas, mas compreendem cerca de metade das terras cultiváveis do México, quase três milhões de unidades, que dada sua reduzida dimensão emperram o crescimento da produção agrícola. A fragmentação da terra acentua a pobreza rural e não absorve a totalidade da força de trabalho sobrante, apresenta pouca capacidade de obter retorno financeiro, frequentemente solicita crédito para cobrir seus custos ou iniciar produção, quando não para o próprio sustento familiar.

O ejido possui matizes que fogem aos quadrantes capitalistas, expressa uma condição única da América Latina de contraposição entre um passado pré-colombiano e as deformações de um modelo econômico, que não foi engendrado mas transplantado e travado em seu desenvolvimento pelas novas relações de dependência. Por isso, eles podem ser interpretados à luz de funções sociais e políticas, independente do fato de frutuosas ou não: "*uma das mais notáveis influências dos ejidos –quiçá a mais importante – tem sido a criação e consolidação de uma paz social a favor da qual tem sido realizadas, sem perturbações graves, as tarefas que promovem o desenvolvimento econômico*"[29].

A relação de dualidade mascara a condição semi-colonial e de domínio do imperialismo. Apresentava-se a mentalidade do latifundiário como retrograda, hegemônica no cenário nacional, insensível a mudanças, ao progresso, a evolução, pressupondo que a do empresário capitalista fosse diferente.

---

[28] Marco Antonio Duram. "Apuntes acerca de la política agrícola mexicana". ETE 147:526.
[29] Marco Antonio Duram. "El estancamiento en la organización interna de los ejidos". ETE 127:455.

Como propriedade, o ejido não é uma forma de transição em direção à propriedade privada. A estrutura agrária mexicana é composta de três tipos: agricultura ejidal, familiar baseada no minifúndio, produção agrícola capitalista em larga escala e utilização de força de trabalho assalariada.

A experiência mexicana de repartição da terra não impediu o surgimento de um processo inflacionário e estagnação econômica comuns à região. A dualidade entre a agricultura comercial e a de subsistência não desapareceu. Após um período de intensa distribuição de terras e sem que houvesse surgido mudanças na produção e no rendimento do setor agropecuário, o desenvolvimento industrial tornou-se o eixo central da política econômica. Os passos iniciais das mudanças no campo foram dados com grande entusiasmo. "*A reforma agrária chegou a varrer por completo com uma situação econômica e social viciada, antiquada e atrapalhada*"[30]. Com os ejidos, aproximadamente um terço das terras mexicanas foram retiradas do mercado especulativo.

Por outro lado surgiu o problema do crédito bancário, que não poderia ser concebido como serviço social de auxílio aos necessitados mas concedido de acordo com a capacidade de pagamento. O financiamento era quase inexistente para de construções rurais, indústrias agrícolas, conservação/melhoramento do solo e estabelecimento de plantações. Sua função seria a de subsídio à produção, mas foi visto, equivocadamente como um instrumento de redistribuição da renda nacional. O Banco Nacional de Crédito Ejidal, fundado em 1935, para subsidiar a atuação exclusiva dos

[30] Ramón Fernandez y Fernandez. "Logros positivos de la reforma agraria mexicana". ETE 50:224.

ejidatários não alcançou a todos os solicitantes[31]:"(...) *o banco funciona como um sócio capitalista dos ejidatários*(...)"[32].O problema do crédito ejidal está na própria insuficiência do ejido. Há, também, o problema das "restrições culturais" que limitam as oportunidades econômicas das populações indígenas.

As empresas agrícolas obtém linha de crédito bancário e comercial, o que lhes garante acesso às inovações, assegurando o grosso da renda agrícola. No intento de capitalizar o campo pensou-se em criar uma estrutura de concessão e organização do crédito agrícola baseado nos seguintes pontos: atrelamento ao sistema bancário (privado ou estatal), portanto vinculado ao mercado de capitais ao invés de laços governamentais. No entanto, os bancos agrícolas deveriam estar em sintonia com o governo para que sirvam de instrumento de política agrícola. Se houver a banca agrícola do Estado ela deve ser autônoma, mas com a função de complementar, apoiar, regular e dirigir a banca privada.

No setor rural a participação da economia monetária era reduzida. Havia um tipo de renda em espécie invisível ao fisco. A família de tributos de base agrícola pode ser dividida em impostos sobre a terra, sobre a produção, sobre a renda. Ao primeiro tipo as pressões políticas acabavam por anulá-lo, apesar da vontade contrária de alguns: *"Os latifundiários ausentes podem estar sujeitos a um imposto punitivo"* [33]. Ao desejo de estabelecer uma base fiscal sobre a agricultura estava associada à necessidade de ampliar os subsídios ao setor, com orientação expressa de fazer vigorar os mecanismos capitalistas.

---

[31] Marco Antonio Duram. "Condiciones y perspectyivas de la agricultura mexicana". ETE 109:60.
[32] Ramón Fernandez y Fernandez. "El crédito ejidal. Préstamos, recuperaciones y cartera". ETE 98:157.

Considerar como modernização fiscal a elevação das taxas de juros seria injusto por acentuar a desigualdade, tal objetivo consistiria em estabelecer uma relação entre a renda, os preços agrícolas e a produção. O gravame sobre a terra não poderia ser uniforme existem diversos tipos de solo (produtividade), extensão de módulos rurais, unidades produtivas (familiares, cooperativas e industriais), localização em relação aos centros consumidores. Imaginava-se um sistema eficaz de política econômica desenvolvimentista.

A reforma agrária, combinada com elevação do nível de vida, atuaram em favor de uma demanda maior de produtos de consumo diferentes dos alimentos. A prova de que o desenvolvimento do crédito agrícola significava muito mais que a realização de uma mudança estrutural da propriedade da terra ficou evidente com a experiência boliviana, que não somente redistribuiu os domínios rurais como eliminou os restos feudais: "*O tipo primitivo de economia estabelecido pelo sistema feudal foi, repentina e violentamente, derrubado pela revolução e pelos fatos posteriores*"[34]. A dinâmica desse processo não foi muito ordenada, os camponeses tomaram posse da terra antes do estabelecimento de regras e metas para a reforma. Essa ação expressava o ressentimento com os latifundiários e uma aspiração por justiça social.

A terra foi ocupada, mas as travas do sistema permaneceram, resultando em anos de baixo rendimento (físico e monetário) agrícola. Na esperança de alavancar a produção, o governo tentou reestruturar o setor com base em cooperativas. Do ponto de

[33] Haskell Wald. "El sistema impositivo en la agricultura de las economias en proceso de desarrollo". ETE 110:257.
[34] Giuseppe Barbero. "Realizaciones y problemas de la reforma agrária en Bolívia". ETE 112:626.

vista da partilha da terra as cooperativas foram um retrocesso, pois juridicamente o título de propriedade deixou de ser individual ou familiar e passou a coletivo. A disponibilidade de capital e tecnologia continuaram escassos, dificultando uma mudança do quadro social. A ausência do latifúndio não beneficiou, como se esperava, o camponês, pois ao invés de consolidar uma posição confortável, reverteu a uma agricultura primitiva. "*Na década dos anos trinta a formação do ejido coletivo abriu para o México a possibilidade de organizar uma moderna e dinâmica estrutura agrária fundamentada em dois setores: o ejidal cooperativo e o privado capitalista*"[35]. Porém, o desenvolvimento agrícola nos marcos do capitalismo, fundamentado na propriedade privada sobre a terra, e, a unidade empresarial, minou o desabrochar dos ejidos. "*O ejido coletivo não podia desenvolver-se senão dentro de uma economia socialista*"[36].

Após os acontecimentos de 1952 na Bolívia houve: "(...) *a transferência na posse exploração da terra, mudanças na estrutura social e política, aumentos da área cultivada, mudanças no volume total de produção agrícola e deslocamento da produção, deslocamento de população e de capital para o leste, redistribuição da renda e libertação psicológica dos camponeses e índios*"[37]. Além de ter de enfrentar a sabotagem da classe proprietária, o eixo sob o qual articulou-se a reforma agrária boliviana foi o da utilização dos fatores menos escassos, ou seja, ênfase na maior na mão-de-obra e menos em capital, técnicas e equipamentos[38].

A experiência peruana, sob a direção de Velasco Alvarado, começou em 24 de junho de 1969, quando anunciou ao camponês que "o patrão não comerá mais de sua

[35] Antonio Garcia. "Las cooperativas en la reforma agraria de América Latina". ETE 145:61.
[36] Antonio Garcia. "Las cooperativas en la reforma agraria de América Latina". ETE 145:64.
[37] Edmundo Flores. "Un año de reforma agrária en Bolívia". ETE 90:242.

pobreza". Dois dias após a promulgação do decreto houve intervenção no setor agro-industrial, fonte de poder da oligarquia e dos consórcios estrangeiros. À época o campo no Peru representava 65% da força de trabalho mas apenas 15% da renda nacional e 88% da população rural carecia de terra[39].

Os países do terceiro mundo queixam-se de sua pouca capacidade de influir no sistema internacional de preços: "*Parece existir um consenso geral, não somente entre os líderes políticos dos países em desenvolvimento, senão também entre os economistas, que uma das principais razões da insuficiência de crescimento desses países é a volatilidade dos preços de produtos primários no mercado mundial*"[40]. Outro problema é o da magnitude dos excedentes agrícolas, alcançados pelos países desenvolvidos após a Segunda Guerra e sua colocação nos mercados internacionais acentuando os desequilíbrios já existentes[41]. A alta dos preços de alimentos beneficia os grandes proprietários e não os pequenos, pois políticas de sustentação, garantia ou de regulação de preços e subsídios aos agricultores quando exercidas em favor dos monopólios acentuam os problemas já existentes.

A função do setor agrícola no processo de desenvolvimento econômico é elevar a produção de alimentos básicos tradicionais a uma taxa maior que o movimento

---

[38] Cf. Edmundo Flores. "Un año de reforma agrária en Bolívia". ETE 90:256.
[39] Cf. Edmundo Flores. "La reforma agrária del Peru". ETE 147:515-523. Um balanço desse processo foge do período de nosso trabalho.
[40] José Epstein. "Especializacion y vulnerabilidad: notas sobre as alternativas para los países en desarrollo". ETE 135:411.
[41] Cf. M. Wionczek. "Los excedentes mundiales y la política agrícola exterior de los Estados Unidos". ETE 84:481.

demográfico. "*Para que a população agrícola diminua se requer uma taxa de incremento demográfico combinada com uma alta taxa de industrialização*"[42].

Os insumos políticos a fim de incrementar a produtividade agrícola seriam: pesquisa, educação, novas técnicas de abastecimento e crédito. Porém uma política de desenvolvimento agrícola não se sustenta somente com inovações tecnológicas. As causas da inelasticidade da produção agrícola eram: área de cultivo reduzida, pouca integração da economia nacional, falta de investimentos básicos, técnica agrícola rudimentar (faltam melhorias nos métodos de rotação de cultivos, combate à erosão, controle de pragas, pesquisa e desenvolvimento genético), o ramo comercial complementado pelo de subsistência (verduras, frutas, grãos e pecuária), estrutura agrária não adaptada ao desenvolvimento econômico (distância da eficiência ótima), monocultivo, além das formas de trabalho compulsório de exploração da terra.

Dentre aspectos complementares, provindos de fora da agricultura tradicional, apontamos a importância do componente institucional e a complementaridade entre os insumos convencionais e aqueles que não o são.

Nos países subdesenvolvidos o setor agrícola possui uma tamanho exagerado, mas historicamente apresenta um declínio em sua dimensão relativa, causada pelos fatores: renda da demanda de alimentos declinante, "*A afirmação de que a fração da renda nacional que se atribui à terra diminui com o crescimento econômico se aceita amplamente na atualidade*"[43], e, possibilidade de expansão da produção agrícola com força de trabalho constante ou em queda. Nesse segundo aspecto reside um problema

---

[42] F Dovring. "El papel de la agricultura dentro de las poblaciones en crecimiento. Mexico:un caso de desarrollo económico reciente". ETE 137:44.
[43] Theodore Schultz. "El paepl de la tierra en el desarrollo económico". ETE 104:561.

importante pois, acreditava-se que o excedente de força de trabalho na agricultura (setor de subsistência) seria absorvido pelo ramo industrial e comercial urbanos.

Cap. 3 – Aporias do Mercado

3.1 Política Fazendária

Estrutura, desenvolvimento e mudança ocuparam um plano de destaque nos debates da época. O conhecimento quantitativo e qualitativo da realidade e suas variáveis econômicas e a elaboração de uma política de ação. Em econometria o conceito de estrutura esteve associado à idéia de modelo. As expressões estrutura e mudança estrutural eram recorrentes e tinham significação política econômica.

O estruturalismo foi tratado em muitas ocasiões como uma escola: "*Deve ser a primeira escola nativa de economia em uma zona subdesenvolvida*"[1]. Pouco conhecida no mundo anglosaxônico, apresenta com o keynesianismo um sentido antimonetarista. "*Sabe-se que a história das idéias é internacional, e essa observação é particularmente aplicável ao estruturalismo econômico da América Latina do pós-guerra*"[2]. Para alguns o problema sequer se coloca como teoria ou escola: "*Também é preciso deixar bem claro que não se trata de encontrar uma nova teoria da inflação*"[3].

---

[1] Dudley Seers. "La teoria de la inflación y el crecimiento en las economias subdesarrolladas: la experiência latinoamericana" ETE 119:418.
[2] Joseph Love. A Construção do Terceiro Mundo, p. 289.
[3] Osvaldo Sunkel. "El fracaso de las políticas de estabilización en el contexto del proceso de desarrollo latinoamericano". ETE 120:623.

Houve autor que ligou a concepção estrutural de inflação à interpretação do método científico de Thomas Kuhn: "*A teoria estrutural da inflação constitui um caso ilustrativo do processo de construção científica desenvolvido por Kuhn*"[4].

Sunkel[5], representante da escola estruturalista, critica a política de estabilização (monetarista) pela preponderância que essa visão atribui aos problemas e instrumentos da esfera financeira, desprezando a realidade estrutural e institucional das economias latino americanas. Essa crítica, porém, não deve ser interpretada como um antimonetarismo. Elas visam a reconhecer que a inflação é um desequilíbrio do sistema. Não se nega, como em qualquer outro fenômeno econômico, que a inflação possui uma expressão monetária e que uma de suas chaves é o aumento da oferta de dinheiro. O problema é conferir à política monetária à condição de orientadora da política fiscal, cambial e dos investimentos. Na sua aplicação observou-se um movimento pendular de contração-expansão, que desembocou em uma espiral inflacionária. "*Por exemplo, o debate entre monetaristas e estruturalistas parece reduzir-se a que os primeiros pensam sempre estar dentro da armadilha da liquidez e os segundos, nunca encontram-se nela*"[6].

O que foi batizado de enfoque estruturalista apoia-se na tentativa de "(...) *decifrar o porque das constantes pressões inflacionárias que afetam a muitos de nossos países, indo mais além das verificações do óbvio ou da suposição que a resposta deve encontrar-se em uma mera questão de 'mal comportamento' das autoridades*

[4] Camilo Dagum. "Un modelo econométrico sobre la inflación". ETE 145:40.
[5] Osvaldo Sunkel. "El fracaso de las políticas de estabilización en el contexto del proceso de desarrollo latinoamericano". ETE 120:620-640.
[6] Leopoldo Solis & Sergio Ghigliazza. "Estabilidad económica y política monetaria". ETE 118:265.

financeiras ou que as tutelam"[7]. Por elementos estruturais entendia-se o capital social básico (infraestrutura), o setor produtivo (rural e urbano), financeiro e comercial (distribuição), e os ramos exportadores. Para muitos, o ponto de estrangulamento era o descompasso entre a crescente demanda agrícola e a insuficiente oferta e a presença de investimento estrangeiro era considerada positiva, desde que amenizasse os desníveis estruturais.

A formulação keynesiana do pensamento neoclássico não satisfaz por completo os estruralistas. Eles contestam a eficácia das forças livres e automáticas do mercado para promoverem o equilíbrio, o uso de medidas monetárias e fiscais para corrigir problemas seculares. "*O estruturalismo, igual ao institucionalismo, começou com um ataque às deficiências da teoria econômica neoclássica, e às políticas derivadas dessa doutrina*"[8].

No debate a conceituação dos problemas ficaram estereotipadas: "*A principal reivindicação de originalidade dos estruturalistas, a parte suas posições polêmicas, era que tratavam de descrever com maior cuidado o sistema econômico da América latina que os teóricos em geral com suas idéias preconcebidas. Em consequência, a opinião de alguns autores, a análise estrutural, como a institucional, é sinônimo de 'pura descrição'*"[9]. Isso diminuiu a capacidade de combate político contra os monetaristas: "*A posição monetarista se baseia em um diagnóstico de inflação de demanda e as medidas de política aplicadas têm principalmente por objeto eliminar as causas da expansão monetária e liberar o sistema dos controles e outros obstáculos institucionais que*

[7] Anibal pinto. "Raíces estructurales de la inflación en America Latina" ETE 137:64.
[8] James Street. "Estructuras e instituciones: um puente hacia la teoria del desarrollo". ETE 136:566.
[9] James Street. "Estructuras e instituciones: um puente hacia la teoria del desarrollo". ETE 136:576.

entorpecem o livre jogo do mecanismo de mercado. (...) Os estruturalistas alegam que o recomendado pelos monetaristas mataria o desenvolvimento, porque a instabilidade não é mais que um dos aspectos da problemática do desenvolvimento da região"[10].

Os estruturalistas acreditam que as políticas ortodoxas de controle fiscal e monetário não devem ser adotadas pelos países latino americanos, pois vêem nela uma aplicação estéril das experiências do hemisfério norte

O debate entre estruturalistas e monetaristas estava composto de questões simples, qual a origem da instabilidade monetária, quais seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico e quais as soluções possíveis.

Para monetaristas o crescimento e as crises estão em função da contração ou expansão da moeda. Parece, porém estar fora de dúvida que tanto a renda real como o volume de emprego crescem quando há uma injeção de massa monetária, sendo ela expansionista.

Às crises mais leves, medidas compensatórias como controle monetário e creditício poderiam amenizar a situação, em momentos mais agudos alterar o valor da moeda acabou sendo a opção. No diagnóstico de uma crise podemos classificá-las em função de sua origem interna ou externa, cíclica, estrutural ou conjuntural, intensa ou leve, breve ou prolongada. Política deficitária das contas do governo, desvalorização monetária, incontinência creditícia, super oferta monetária, são todos elementos propagadores da inflação determinados pelo poder constituído.

Os estruturalistas acreditavam que a) o descompasso entre a demanda de importações crescia mais rápido que a demanda de exportações, isso gerava uma

[10] Oswaldo Sunkel. "El transfondo estrutural de los problemas del desarrollo latinoamericano". ETE 133:20.

escassez constante de divisas que combinadas com desvalorizações cambiais e fuga de capital, criavam mais instabilidade; b) o setor agrícola era ineficiente ao não abastecer o mercado na quantidade exigida e a baixo custo, afirmavam que a produtividade e o crescimento do setor agrícola deixam a desejar devido a deficiências tecnológicas e ausência de apoio político. Para eles, portanto o desenvolvimento econômico depende do crescimento interno em proporção às importações e da superação dos desajustes do setor rural. Acreditam também que a alta dos preços dos bens alimentícios causam elevação dos custos de produção e uma espiral alimentos-preços-salários. Além disso, não consideram que a política monetária e fiscal fossem as responsáveis pela origem da inflação[11]. *"A tese monetarista de inflação e desequilíbrio exterior na América Latina baseia-se na teoria econômica neoclássica (...) Um ponto fundamental na tese monetarista consiste em sustentar que apesar dos países latino americanos enfrentem problemas econômicos muito sérios, únicos em certo sentido, a doutrina econômica neoclássica é relevante como base de análise destes problemas e também como guia para uma política econômica apropriada*"[12]. Eles consideram que a inflação surge de um excesso de demanda efetiva sobre a oferta de bens e serviços disponíveis, proveniente ou do setor público ou do privado. Independente de sua origem, acham que se deve tomar medidas inibitórias de sua expansão[13].

Análise da inflação, para os estruturalistas, parte da oferta de bens agrícolas. O debate se arrasta no tempo porque o comportamento econômico continua baseado no

[11] Cf. Dwight Brothers. "Nexos entre la estabilidad monetaria y el desarrollo económico en América Latina: um escrito doctrinal y de política". ETE 116:591-592.
[12] Dwight Brothers. "Nexos entre la estabilidad monetaria y el desarrollo económico en América Latina: um escrito doctrinal y de política". ETE 116:593.

mesmo quadro. Inflação não é um fenômeno contingente, mas emana das formações estruturais do sistema econômico latino americano. Os estruturalistas elegeram três elementos significativos de análise: 1) pressões geradoras, 2) mecanismos monetários ou propagadores, 3) fatores corretores[14]. Ela surge e se propaga pelas correntes monetária, fiscal e financeiro. Mata estabeleceu três tipos de pressão inflacionária: a) estrutural "*inflexibilidade da estrutura produtiva rigidez da produção agropecuária, desenvolvimento insuficiente das estruturas de consumo básico), baixo nível de inversão produtiva, a disparidade das produtividades setoriais da economia, a deterioração da relação de preços de intercâmbio e da distribuição desigual de renda*"[15], b) a superestrutural "*provém da rigidez institucional da regressividade e a instabilidadede do sistema tributário, a orientação consuntiva do gasto público, a ideologia e a orientação das inversões estrangeiras, o efeito demonstração e a utilização improdutiva dos recursos*"[16]; e a c)conjuntural associada às flutuações da economia em particular o aumento de preços paralelo ao aumento da produção e também a fatores imprevisíveis como intempéries climáticas, conflitos sociais ou políticos que amedrontem os agentes econômicos[17].

A disseminação da inflação pelos poros do tecido econômico tensionam os grupos sócio-políticos e o poder cujo comportamento pode ser resumido da seguinte forma: o poder público controla as políticas fiscal e monetária, os capitalistas buscam cobertura governamental, e os trabalhadores tentam preservar seu nível de subsistência,

---

[13] Cf. Dwight Brothers. "Nexos entre la estabilidad monetaria y el desarrollo económico en América Latina: um escrito doctrinal y de política". ETE 116:594.
[14] Cf. Hector Malave Mata. "Metodologia del análisis estructural de la inflación". ETE 139:541.
[15] Hector Malave Mata. "Metodologia del análisis estructural de la inflación". ETE 139:548.
[16] Hector Malave Mata. "Metodologia del análisis estructural de la inflación". ETE 139:549.

"*contra a erosão do consumo básico do setor assalariado*"[18]. Setor induzido e não indutor (vítima e não ré) da inflação, recorre às solicitações de aumento e muitas vezes parte para a ação conflitiva que não chega cobrir as perdas salariais. Inflação soterrada ou latente que existe nas economias com estrutura em conflito. Visão estrutural do processo deriva da realidade econômica subdesenvolvida. Mata ao arrematar seu texto conclui com a caracterização da dualidade entre um parcela avançada e outra atrasada, ambas as realidades em uma relação de conflito[19].

Os estruturalistas visam a explicar as causas, as persistências e as características locais da inflação. Em sua análise sobre a realidade chilena Sunkel classificou em três as pressões inflacionárias: a) básicas ou estruturais oriundas da rigidez ou inflexibilidade do sistema econômico – produção agrícola, dificuldade em ampliar/diversificar exportações, deficiências na formação de capital fixo e no sistema tributário; b) as circunstanciais – aumento nas importações, variações climáticas e políticas; c) acumulativas – inflação induzindo inflação[20]. Dentre os mecanismos propagadores apontou a capacidade em reajustar sua renda – trabalhadores, empresários e o governo via política fiscal/tributária. Esse último aspecto leva a emissão de moeda confirmando uma tendência estrutural ao déficit público. A dificuldade do Estado em reverter essa situação deriva do fato de que nas economias subdesenvolvidas o desemprego massivo impõe gastos sociais improdutivos, necessidade de ampliar os equipamentos e serviços sócio-urbanos e subsídios/financiamento/investimentos no setor produtivo. Sunkel destaca o vilão: "*Em consequencia, o déficit do setor público*

[17] Hector Malave Mata. "Metodologia del análisis estructural de la inflación". ETE 139:550-551.
[18] Hector Malave Mata. "Metodologia del análisis estructural de la inflación". ETE 139:555.
[19] Hector Malave Mata. "Metodologia del análisis estructural de la inflación". ETE 139:569.

vem a ser a expressão de todo um conjunto de problemas de estrutura que impedem a realização de uma política de equilíbrio orçamentário. O financiamento deste déficit mediante empréstimos bancários, a colocação de bonos nas instituições de provimento, a reavaliação das reservas monetárias e outro expedientes para a emissão monetária, por uma parte, junto com as altas tarifas das empresas públicas, os encargos tributários, os aumentos nas imposições de seguro social e outros expedientes para aumentar a renda fiscal – todos transferíveis diretamente aos preços – pela outra constituem o mecanismo de propagação das pressões inflacionárias a que está submetido o setor público"[21]. Kaldor ao analisar a questão da inflação no, Chile, isentou de responsabilidade a política monetária e bancária e propôs como solução o crescimento da oferta agrícola[22].

Ambos, monetaristas e estruturalistas, concordam com a importância da estabilidade monetária, que uma vez desencadeado o processo inflacionário a espiral preços-salários ganha força e que os fatores monetários e estruturais em forma conjunta reforçam o processo[23].

A taxa de juros em um cenário de industrialização e protecionismo pode ser um dos sintomas de choque entre o setor industrial e o financeiro, prejudicando, na opinião de Mamalakis, a poupança. "*Em períodos inflacionários diminui a taxa real de juros e*

[20] Cf. Oswaldo Sunkel. "La inflación chilena: un enfoque heterodoxo". ETE 100:573-574.
[21] Oswaldo Sunkel. "La inflación chilena: un enfoque heterodoxo". ETE 100:588.
[22] Cf. Nicholas Kaldor. "Problemas económicos de Chile". ETE 102:203-209.
[23] Dwight Brothers. "Nexos entre la estabilidad monetaria y el desarrollo económico en América Latina: um escrito doctrinal y de política". ETE 116:596.

se reduz a renda e a riqueza da classe financeira para benefício do setor industrial devedor. Se desaquece assim a poupança (...)"[24].

O financiamento de novas plantas industriais, de fornecimento de energia elétrica, ampliação do sistema de transportes e a necessidade de cobrir o rápido crescimento das cidades pressionam a elevação dos preços. "*Como se sabe, em uma situação de inflação ocorre um aumento automático da taxa de poupança, consequência da mudança na distribuição da renda a favor do lucro. Os recursos da comunidade se desviam automaticamente do consumo para o investimento via dinâmica do mecanismo inflacionário. Sendo de importância primordial a necessidade de formação de capital dos países pouco desenvolvidos, pareceria justificar-se econômica e socialmente a la larga o método inflacionário para a formação de capital*"[25]. Foi a partir da guerra da Coréia que a discussão sobre a captação de poupança via inflação adquiriu fôlego[26]. "*A rigidez da função de poupança, que para os 'estruturalistas' é uma causa e para os 'monetaristas' um efeito da inflação, pode considerar-se como consequência da luta entre a indústria e a classe rentista, que impede que as taxas de juros em dinheiro reflitam adequadamente as variações do nível de preços*"[27].

Qualquer que seja a origem da inflação nela está implícito um desajuste entre a oferta e a demanda. Daí deriva, quer pelo viés monetarista quer pelo estruturalista que há uma inconsistência na política econômica. "*Seja como for, qualquer que seja a origem da inflação em um país subdesenvolvido, pronto se produz um desajuste*

---

[24] Markos Mamalakis. "La teoria de los choques entre sectores" ETE 130:205.
[25] Samuel Lurrié. "Algunos aspectos del problema del desarrollo económico". ETE 82:135.
[26] Cf. Javier Márquez. "Bonos de poder adquisitivo constante". ETE 81:17.
[27] Markos Mamalakis. "La teoria de los choques entre sectores" ETE 130:205.

estrutural entre a oferta e a demanda"[28]. Às tensões da inflação seguiram as contrações da estabilização: "*A política antiinflacionária leva à contração da economia. É claro que para conter a inflação havia que terminar com as inversões inflacionárias*"[29].

Os monetaristas não entendiam o porque de seus opositores proporem desintegrar as estruturas sociais baseadas na distribuição assimétrica da propriedade e da renda. A política monetarista visa a reduzir a demanda global, limitar os reajustes salariais e conter os gastos públicos, na crença de que a demanda se equipare à oferta, dessa forma estabilizando os preços. A crítica aos monetaristas concentra-se na opção pela contenção da demanda global sacrificando setores dinâmicos e a renda dos trabalhadores sem considerar os desajustes estruturais. Receituário: regulação monetária e do crédito, gastos públicos na proporção inversa do investimento privado, controle ou esterelização temporária do fluxo de capital estrangeiro, controle cambial. A maioria das medidas compensatórias são de caráter monetário, cambial, fiscal e exigem fiscalização da moeda. Por estabilidade monetária podemos entender uma situação em que variações futuras de preços não abalem as decisões de consumir, poupar e investir.

Afirmava-se que a inflação prejudicaria o desenvolvimento, criava uma injusta distribuição de renda, diminuia a taxa de investimento-poupança, e que o seu combate, a conquista da estabilidade inverteria os sinais ou seja aceleraria o crescimento e atenuaria as desigualdades sociais. A inflação era vista como expressão da incapacidade de efetivar reajustes/mudanças necessárias, da dependência crônica de ajuda externa, do

---

[28] Dudley Seers. "La teoria de la inflación y el crecimiento en las economias subdesarrolladas: la experiencia latinoamericana". ETE 119:413.

[29] Raúl Prebisch. "La repuesta de América Latina a una nueva política de cooperación económica internacional". ETE 112:679.

crescimento lento das exportações, da expansão demográfica e da indução permanente ao consumo.

Demanda e custos são vistos como alavancas inflacionárias. No debate sobre as causas da inflação, ora se coloca a ênfase em um dos elementos, ora em outro, porém "*Também não é muito conveniente tratar de atribuir a inflação na América Latina às pressões de 'custos' ou de 'demanda': pois a inflação somente pode ser compreendida como um processo integral que incorpora ambos aspectos*"[30].

No entanto concebe-se espiral inflacionária como a resultante da inflação de demanda com a inflação de custos. Inflação de demanda seria o aumento do gasto público (em consumo e investimento) acima do produto nacional, seus efeitos são: elevação dos preços, diminuição dos salários reais, mas com crescimento do volume de emprego e da atividade econômica em geral. A inflação de custos caracteriza-se pelo aumento do valor do fator trabalho, elevando preços e salários, reduzindo volume de emprego e nível de produção.

Como decorrência disso teríamos três tipos de espiral inflacionária, além da de demanda e de custos a sincronizada ou neutra. Nessa última, o ritmo de aumento salarial é igual ao aumento dos preços e à elevação da produtividade. Na espiral de demanda a alta salarial não cria uma redução do volume de gastos públicos e privados. Na espiral de custos verifica-se uma ampliação do salário na renda nacional[31]. Pazos constatou na América Latina uma tendência à espiral sincronizada ou neutra, pois no

[30] Dudley Seers. "La teoria de la inflación y el crecimiento en las economias subdesarrolladas: la experiencia latinoamericana". ETE 119: 416.
[31] Cf. Felipe Pazos. "Notas para un estudio de la espiral inflacionaria". ETE 120: 607.

longo prazo a permanência das distorções das de demanda e de custos não se propagaram[32].

Independentemente do tipo de inflação, há uma distribuição da renda entre os diversos setores da economia. Seu problema é que em geral promove uma repartição regressiva da renda. Postulado do equilíbrio dinâmico do desenvolvimento, quando: "(...) *se conseguir uma relação capaz de manter o crescimento dos níveis de vida dos setores populares, quer dizer, que não conduza a uma concentração maior da renda em favor do setor capital e que, ao mesmo tempo, não provoque uma utilização anti-social e antieconômica dos fatores de produção*"[33].

Descortinar o mecanismo da inflação significa revelar uma operação aparentemente contraditória: "(...) *de transferir ao Estado e aos empresários, ao mesmo tempo, os recursos que subtraem dos trabalhadores*"[34].

O estudo dessa questão implica, portanto, investigar como se processa a distribuição desigual do ônus inflacionário entre trabalhadores, empresários e governo. A inflação é um fenômeno econômico de elevação do preço das mercadorias (incluindo mão-de-obra). O seu estudo e compreensão são dificultados pelo fato de os próprios elementos que a induzem não são claramente observáveis, pois ofuscam-se com alta contínua dos preços.

A elevação constante da inflação fez surgir uma espiral de tendência endógena, verificada através de seu ritmo, que pode ser uniforme ou variável, e uma tendência exógena, a partir da expansão ou contração da demanda. Dentre os elementos

---

[32] Cf. Felipe Pazos. "Notas para un estudio de la espiral inflacionaria". ETE 120: 608.
[33] Horácio Flores de la Peña. "Estabiliad y desarrollo". ETE 95:243.
[34] Felipe Pazos. "Notas para un estudio de la espiral inflacionaria". ETE 120:604.

endógenos que aceleram a inflação em espiral temos os seguintes: "*1) o desejo dos trabalhadores de anteciparem-se à esperada alta dos preços, ao invés de limitar-se a recuperar a perda sofrida a partir do ajuste anterior de salários; 2) atraso no aumento das arrecadações públicas em relação com a alta dos preços e salários, inclusive do soldo de empregados públicos; 3) aumento de gastos por subsídios a bens-salário, e 4) o excedente de lucros empresarial*" [35]. Há ainda um último aspecto de caráter psicológico: a mente humana projeta para o futuro sua experiência imediata, o poder da mente gera uma força endógena, alimentadora do ritmo inflacionário por inércia de expectativas.

Para contê-la pode-se lançar mão dos fatores cíclicos de contração: o gradualismo é uma dessa opções, diminuir lentamente os gastos públicos e provocar uma desaceleração da economia. Medidas graduais e lentas que podem levar a nação a um período de vários anos de crise econômica; ou diretamente a redução do gasto público e elevação dos impostos. No primeiro caso os efeitos são: diminuição do volume de emprego, rebaixando o valor do salário na expectativa de que preço geral das mercadorias caiam o que poderia amenizar o impacto sobre a redução do valor da força de trabalho. A elevação dos impostos ao teto de cobertura dos gastos poderia garantir a manutenção e/ou retomada dos gastos públicos sustentando o índice de produção, mas com salários deprimidos.

Em função da elevação constante de preços, os processos inflacionários requerem um reajuste cambial para alinhar os preços internos com os externos. Os prejuízos de manter uma sobrevalorização da moeda afetam o comércio exterior e o da

[35] Felipe Pazos. "Notas para un estudio de la espiral inflacionaria". ETE 120:613.

desvalorização podem ser contraditórios: "*A explicação mais direta do processo está no fato óbvio de que a desvalorização tem efeitos expansivos, que estimulam um aumento da produção, se existe margem para aumentá-la, ou provocam efeitos altistas indiretos sobre os preços (em adição aos efeitos diretos) se o país não está em condições de aumentar a produção*"[36].

Pressão inflacionária estrutural: falta de adaptabilidade da estrutura produtiva (agrária e industrial), com a oferta e a demanda. "*Fica portanto esclarecido que a expansão da produção de alimentos, simultaneamente com o desenvolvimento industrial, é de suma importância para evitar pressões inflacionárias*"[37]. Como essa incompatibilidade é comum nos países subdesenvolvidos, a inflação adquire proporções maiores que no primeiro mundo.

Sabidamente a inflação ao gerar aumento de preços e não havendo compensação, implica em pressões sindicais por reajuste salarial: "(...) *os salários nominais nunca se movem com a mesma velocidade que os preços* (...)"[38]. Entretanto insiste-se que tais reivindicações não somente são responsáveis pela inflação como devem ser sufocadas. Acreditam que se as direções sindicais não atuassem a inflação seria moderada: "*Em épocas passadas, e todavia em muitos países onde as organizações sindicais são incipientes e débeis, as pressões inflacionárias foram mantidas em níveis moderados quebrando os mecanismos de resistência dos assalariados*"[39]. Diante da anunciada falência do receituário monetário resta conter salários: "*Porém sua correção não é*

---

[36] Felipe Pazos. "Notas para un estudio de la espiral inflacionaria". ETE 120:616.
[37] M. Kalecki. "El problema del financiamiento del desarrollo económico". ETE 84:387.
[38] Horacio Flores de la Peña. "La elasticidad de la oferta y el desarrollo económico". ETE 85:16.
[39] Osvaldo Sunkel. "El fracaso de las políticas de estabilización en el contexto del proceso de desarrollo latinoamericano". ETE 120:638.

indicada pela via monetária, que a experiência universal mostra que não logra corrigir e ainda reduz a taxa de crescimento. É mais fácil corrigi-la contendo a alta dos salários (...)"[40].

As políticas de estabilização deprimem o valor do salário. Para conter a demanda pelo seu aumento as autoridades monetárias ameaçam os empresários como o fim dos créditos e subsídios. Por outro lado também não ocultam que gerar desemprego é uma das mais eficientes formas de eliminar pressões operárias[41]. Insistem em apresentar o salário como responsável pela inflação: "*Tudo o que se necessita é reconhecer que a devida maneira para tratar com a inflação consiste em manter reduzida ou em restringir a taxa de incremento dos salários monetários como tal, em lugar de manter baixa a demanda de bens e serviços*"[42].

Os investimentos públicos e privados (nacionais e estrangeiros) pressionam a inflação. Via limites orçamentários combate-se a subida de preços. "*A principal influência anti-inflacionária das restrições creditícias se exerce, obviamente, através da diminuição do nível de investimento*"[43]. Tais obstáculos podem atrapalhar o processo de desenvolvimento, seus efeitos somente são válidos quando a inflação é muito alta, pois impedem a acumulação especulativa de mercadorias (um dos efeitos da inflação). Esse combate não se dá somente por meios financeiros, mas pela política econômica. Em relação ao controle monetário, é muito mais difícil segurar os preços e o consumo, devido a falta de um mercado de dinheiro e capital, desenvolvido e unificado.

---

[40] Antonio Sacristan Colas. "Ensayo en teoria general del crecimiento económico". ETE 114:243.
[41] Cf. Aldo Ferrer. "Reflexiones acerca de la política de estabilización en la Argentina". ETE 120: 509.
[42] Nicholas Kaldor. "El crecimiento económico y el problema de la inflación". ETE 109:119.
[43] M. Kalecki. "El problema del financiamiento del desarrollo económico" ETE 84:400.

Em um histórico do que induziu a altas taxas de inflação encontramos: guerras, catástrofes nacionais e internacionais, abalos políticos, investimentos não produtivos e orçamento deficitário. "*A hiperinflação, de modo simples, se define como uma alta extraordinária e progressiva do nível de preços, cujo final se traduz, a menos que se detenha, na destruição do sistema monetário e creditício*"[44]. Pode acarretar uma progressiva paralisia governamental frente às sérias contrações econômicas.

Para que ocorresse um desenvolvimento sem inflação seria necessário um afluxo constante de capital externo e uma economia com uma produtividade em ritmo maior que a taxa de crescimento . Esses dois itens, estranhos às economias da periferia, faziam parte do que poderíamos denominar de ansiosa revolução de expectativas.

Na saída da conferência de Bretton Woods acreditava-se que bastava definir o preço do ouro nas paridades legais da moeda para estabilizar o valor das moedas. "*Conceitos como 'moeda estável', 'estabilidade ou estabilização monetária' mereceriam ser apagados da linguagem econômica, porque são enganosos e induzem a erros políticos que em mais de uma oportunidade, tem levado a países inteiros à beira da ruína econômica*"[45]. Isso não passava de abstração teórica, não somente porque o valor da moeda determinava-se frente ao ouro, mas também em relação a outros bens e porque a recorrência de crises conjunturais nacionais e internacionais impunham a flutuação do valor da moeda: "*Estabilizar o nível geral dos preços em uma economia não somente não é possível, senão que também é*

[44] Barry Siegel. "Hiperinflación: el mecanismo de la velocidad". ETE 103:349.

inconveniente (...) e estabilizar o valor exterior da moeda não é menos problemático"[46].

No momento em que se estabelece a correspondência de valor entre as moedas pode de fato existir uma relação natural de valor, que pode se alterar ao longo do tempo avolumando os desajustes da vida econômica. Para Herman Max a estabilidade monetária deve romper com o sentido tradicional que é essencialmente estático, um fim em si mesmo, que a moeda deve servir a economia e não o contrário. A depreciação monetária foi um elemento de inflação (acreditava-se que transitório) influindo no nível dos preços. *"Em geral a desvalorização como as leis jurídicas normativas de uma nação, não se deve fazer mais que sancionar fatos já existentes de modo prévio*"[47].

A função básica da moeda é facilitar o intercâmbio de bens e serviços, sem atuar de modo desconexo e independente do sentido da economia, nem deflacionista nem inflacionista. Para o autor a "(...) *melhor estabilidade monetária é aquela em que a moeda não é estável, estável – em sentido tradicional, ligada a uma paridade fixa com o ouro ou uma moeda de importância internacional*"[48].

Desde meados dos anos 50 tenta-se conter a inflação com falsos argumentos: "*Diversos economistas apontaram insistetemente as falácias analíticas em que se sustenta a política de estabilização*"[49]. Ao executá-la em nenhum momento se

---

[45] Hermann Max. "El mito de la estabilización monetária". ETE 121:43.
[46] Hermann Max. "El mito de la estabilización monetária". ETE 121:50.
[47] José Epstein. "Inflación y estabilización en los países subdesarrollados". ETE 109:17.
[48] Hermann Max. "El mito de la estabilización monetária". ETE 121:52.
[49] Osvaldo Sunkel. "El fracaso de las políticas de estabilización en el contexto del proceso de desarrollo latinoamericano". ETE 120:621.

reconhece que essa política pode estar errada, mas que a falta de vigor em sua aplicação é que justifica o fracasso. "*Fracasso não somente em termos de dano ao processo de crescimento, ao ritmo de acumulação, à repartição da renda etc., senão fracasso inclusive em suprimir o sintoma mais elementar e vulgar da inflação: o nível dos preços*"[50].

Para enfrentar a inflação de demanda o caminho foi tentar eliminar o déficit fiscal, restrição monetária, desaceleração dos aumentos salariais, liberdade cambial, desvalorização da moeda (para exportar mais e consequentemente aumentar capacidade de importação) e restabelecer equilíbrio entre os níveis de preço internos e externos alterados pela inflação.

Na inflação de custos os produtores repassam os encargos aos compradores. Para James a inflação de custos objetivava explicar o papel dos movimentos salariais no processo inflacionário. "*De fato, a inflação é um fenômeno global que afeta a todos os elementos da atividade econômica e que consiste, principalmente, em um movimento contínuo de todos os preços (...) Deste ponto de vista, não parece que a natureza do impacto inflacionista inicial (alta da demanda ou, ao contrário, alta dos custos) possa conter diferenças na forma em que se desenvolve o processo no curso do tempo*"[51]. Não há duas classes diferentes de inflação[52]. Os reajustes salariais eram nominais e compensatórios, contendo temporariamente sua depreciação. A medida proposta para a contenção desse tipo de inflação era o bloqueio dos aumentos de valor da força de trabalho. Dessa forma acreditava-se que seria resolvido o problema. Os custos do

[50] Osvaldo Sunkel. "El fracaso de las políticas de estabilización en el contexto del proceso de desarrollo latinoamericano". ETE 120:624.
[51] Emile James. "La inflación por el alza de los costos". ETE 97:33.

trabalho deixando de ser repassados, eliminando a ameaça inflacionária. "*Nos períodos de inflação – quando os níveis salariais somente podem reajustar-se tardia e insuficientemente em relação com os sensíveis níveis de preços – se impõe às classes trabalhadoras uma lei de ferro: o princípio decrescente dos salários reais*"[53].

Em outra passagem o mesmo autor referindo-se a um quadro desfavorável à conciliação entre desenvolvimento e estabilização justificou afirmando que a crise do comércio exterior, a rigidez institucional de algumas estruturas sócio-econômicas, diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores, foram fatores que contribuíram para tal desarmonia. "*As políticas monetárias e fiscal poderiam amenizar ou agravar o desequilíbrio – porém não evitá-lo* (...)"[54]. Ficou implícito que a inflação era um mal necessário caso se resolva acelerar o ritmo de crescimento[55].

A solução para a estabilização e crescimento das economias latino americanas seria um fluxo abundante e permanente de capital estrangeiro com vencimento de longo prazo. Dada sua impossibilidade, na visão estruturalista em particular de Sunkel, tais medidas passariam, frente aos problemas estruturais, por: a) aumentar a oferta agrícola através da produção interna ou mesmo de importação, reforma tributária que elimine a rigidez e sua inflexibilidade e regressividade; b) frente aos acumulativos: abolir distorções dos preços relativos criada por medidas de tabelamento e demais dispositivos de controle direto das manifestações monetárias da inflação; c)frente aos mecanismos de propagação: contenção do déficit público, em relação aos salários conceder reajuste somente quando os preços ultrapassarem certo patamar e repartido ao longo dos meses;

---

[52] Cf. Emile James. "La inflación por el alza de los costos". ETE 97:36
[53] Antonio Garcia. "El ahorro como cuenta de seguridad social". ETE 95:276.
[54] Aníbal Pinto. "Estabilidad y desarrollo: ?Metas inconpatibles o complementarias?". ETE 106:265.

d) frente às pressões circunstanciais: acompanhamento por um organismo econômico que siga de perto a execução do programa de estabilização[56].

A resistência em diminuir a demanda de importações aumenta o desequilíbrio externo. Quando a instabilidade do balanço de pagamentos é oriunda do excesso de gastos sobre a capacidade produtiva o controle do aparato monetário e fiscal faz-se necessário esticando o processo inflacionário. Restringir as importações em muitos casos foi visto como uma alternativa para conter tal déficit, no entanto um mercado mal abastecido gera inflação. Quando as importações crescem mais que a capacidade de importar, os investimentos superam o nível de poupança gerando uma situação inflacionária (desequilíbrio entre crescimento da renda e capacidade de importar), para acabar com isso ou se substitui importação ou se aumenta exportação.

O crescimento nos países localizados abaixo do rio Grande foi acompanhado de inflação crônica. Processo vulnerável á elevação de preços devido a insuficiências estruturais ou administração monetária equivocada. Tentar diminuir o impacto da elevação da procura de bens de consumo e alimentares com importação seria danoso para as contas externas. Roberto Campos ao buscar detectar as causas da inflação nos países periféricos arrolou: o "efeito demonstração" (a vontade de consumir nos mesmos níveis que o primeiro mundo); discrepâncias na estrutura de produção primária e a imigração (que nos países receptores poupou investimentos de formação)[57], acrescentamos custos de habitação, saúde, e educação.

---

[55] Aníbal Pinto. "Estabilidad y desarrollo: ?Metas inconpatibles o complementarias?". ETE 106:267.
[56] Cf. Oswaldo Sunkel. "La inflación chilena: un enfoque heterodoxo". ETE 100:594-599.
[57] Cf. Roberto de Oliveira Campos. "inflación y crecimiento equilibrado". ETE 105:85-89.

A contragosto dos monetaristas a causa da inflação poderia ser gestada por má gerência da moeda ou por políticos e economistas que a consideram um instrumento do desenvolvimento. Havia uma certa compreensão de que o mercado de capitais incipiente na América Latina obrigava os agentes monetários do governo a emitirem moeda. Debilidade do mercado de capitais, ou seja captação de recursos, engendrou processo inflacionário: "*Portanto, o crédito seletivo e outros expedientes de semi-inflação dirigida são substitutivos incompletos do verdadeiro papel que corresponde ao mercado de capitais*"[58]. Sob outro ângulo a inflação, apesar do déficit governamental, amplificou o investimento público o que resultou no alargamento da infra estrutura produtiva (transporte, energia, oferta agrícola).

De acordo com Campos os defensores da inflação agem assim porque acreditam que na transferência de renda dos consumidores ou poupadores conservadores, para mãos empreendedoras, utilização do excedente de mão-de-obra agrícola de baixa produtividade em atividades mais rentáveis e eficientes, fórmula política alternativa mais fácil que elevar impostos. Como argumento contrário destacou: mobilizações salariais, consumo suntuário e improdutivo das elites que se apropriam da renda inflacionária, desestímulo a investimentos em serviços públicos dado o controle de preços das tarifas, diminuição da capacidade de importar, desinteresse em aumentar a produtividade e eficiência[59].

No século XX as crises e flutuações econômicas afetaram pesadamente a região criando um quadro de permanente instabilidade "*As obras públicas constituíram um*

[58] Alfredo Lagunilla Iñarritu. "El crédito selectivo y la banca central". ETE 77:148.
[59] Cf. Roberto de Oliveira Campos. "inflación y crecimiento equilibrado". ETE 105:89-90.

fator inflacionário importante, já que, por um lado demandaram fatores e geraram gastos e, por outro, pressionaram a capacidade produtiva (...)"[60]. Diante da falta de confiança político-econômica e de um inexpressivo volume de poupança interna o mecanismo da inflação foi utilizado de maneira proposital: "(...) *com a falta de poupança suficiente houve necessidade de utilizar um substitutivo dela, a inflação*"[61]. Ou seja jogar uma massa de recursos monetários com a finalidade de garantir os investimentos produtivos e obras públicas.

Atribui-se ao contínuo aumento do salário a permanência da inflação ao longo do tempo ao reajustar-se o valor da força de trabalho estar-se-ia estimulando a demanda monetária: "*Em meio ao conjunto de opiniões antagônicas referentes à inflação é alentador encontrar uma certa unanimidade entre os economistas quanto a função chave da taxa de incremento dos salários monetários dentro do processo inflacionário*"[62].

Fenômeno típico de países onde o investimento é maior que a poupança, o governo gasta mais do que arrecada e a expansão do crédito é muito grande. Inflação em geral induzidas pelo governo, daí a dificuldade em se combatê-la[63].

A contenção do déficit fiscal encontrou dificuldades de execução, pois de acordo com Ferrer, o principal agente não pode ser disponibilizado: "*O fato de que o déficit fiscal se expresse basicamente em um excesso de pessoal impede, sua eliminação em*

[60] Leopoldo Solís. "Inflación, estabilidad y desarrollo: el caso de México". ETE 139:486. A particularidade não é somente mexicana.
[61] Alfredo Lagunilla Iñarritu. "El crédito selectivo y la banca central". ETE 77:141.
[62] Nicholas Kaldor. "El crecimiento económico y el problema de la inflación". ETE 109:113.
[63] Cf. José Epstein. "Inflación y estabilización en los países subdesarrollados". ETE 109:10.

curto prazo mediante manipulação da política financeira"[64]. O combate à inflação de custos, via desaquecimento da demanda, provocou uma diminuição do nível de emprego.

Estabilidade monetária como condição *sine qua non* sem a qual não há poupança, investimento privado, mercado de valores e industrialização, para estimular as exportações e ao mesmo tempo amortecer os efeitos inflacionários.

A política monetária pode ter um papel restritivo, mas a ênfase deve recair sobre a fiscal, de acordo com Hansen, pois o apoio a restrições monetárias pode ter efeitos desiguais e discriminatórios sobre diferentes setores da economia. Contra a inflação outra deve ser a principal arma de defesa[65]. "*À crença de que a inflação podia corrigir-se através de medidas fiscais e monetárias derivadas principalmente da experiência norte-americana e européia, se iniciou uma sucessão de planos de estabilização, com frequência conhecidos localmente como programas de austeridade*"[66].

A execução de políticas fiscais e monetárias antiinflacionárias não restabeleceram equilíbrio. Supõe-se que uma das causas das flutuações seja a instabilidade das inversões privadas que podem ser afetadas até mesmo por intempéries climáticas. "*A instabilidade das economias subdesenvolvidas pode em geral atribuir-se a um de dois fatores: as flutuações da produção como uma consequência das variações de chuvas e as variações da demanda por exportações*"[67]. Uma temporada de pouca chuva eleva os preços da matéria prima, o que pressiona os custos das manufaturas e pode gerar uma queda no investimento industrial.

---

[64] Aldo Ferrer. "Reflexiones acerca de la política de estabilización en Argentina". ETE 120:509.
[65] Alvin Hansen. "Política monetária y control de la infalción" ETE 101:127-128.
[66] James Street. "Estructuras e instituciones: un puente hacia la teoria del desarrollo". ETE 136:570.

O impacto de Bretton Woods refletiu-se na ETE um balanço do padrão ouro (clássico/ortodoxo). A rigor ele foi abolido em 1914. A Conferência de Gênova, em 1922 restaurou em lugar do padrão ouro o padrão câmbio-ouro. Nessa modalidade as moedas dos grandes centros (Grã-Bretanha, França e Estados Unidos) podiam servir de reserva de circulação de países que não possuiam reservas de metal[68]. "*Um aspecto importante desta é que os tipos de câmbio não serão rígidos. Isto não quer dizer que se permitirá que flutuem livremente* (...)"[69]. Da mesma forma que a revista antecipou o que seria a nova configuração do sistema monetário internacional, discutindo, em 1944, os Planos White e Keynes.

A Conferência de Bretton Woods está na base das elaborações classificatórias dos países e da política de integração dos mercados. Nela ficou definido que desenvolvimento econômico dependia de duas variáveis: equilíbrio comercial e estabilidade monetária. Realizada em 1944, discutiu dois projetos de reconstrução e estabilidade da economia mundial: Plano White e Plano Keynes. Hirschman constatou que as idéias de Keynes foram hegemônicas. "*Apesar de muita resistência, o keynesianismo conseguiu um grau elevado de hegemonia intelectual - curiosamente, esta durou quase exatamente o mesmo tempo que a doutrina do livre comércio nas mesmas décadas de 'seu' século: trinta anos, da década de 40 à de 70. Entrou em*

[67] Benjamin Higgins. "Políticas de estabilización en los países subdesarrollados". ETE 101:103.
[68] Cf. Alfredo Lagunilla Iñarritu. "Balance de resultados del patrón cambio oro". ETE 62:252-253.
[69] Victor Urquidi. "Elasticidad y rigidez de Bretton Woods". ETE 44:595.

declínio com a crise do petróleo dos anos 70 e a simultânea e perturbadora experiência da 'estagflação'"[70]

Em fevereiro de 1944 Prebisch, na cidade do México, em uma comunicação informal dirigida a economistas expôs sua interpretação sobre os planos discutidos na Conferência de Bretton Woods, comentando os Planos White e Keynes de organização de um sistema de créditos internacionais, apresentados para debate na ocasião. Na visão do argentino o plano White oferecia uma pequena quantidade de crédito enquanto o outro propunha uma maior expansão[71]. A grande preocupação contida no artigo é com a plena ocupação da economia norte-americana e sua respectiva estabilidade no balanço de pagamentos, ambas dependentes do volume de crédito internacional. Os efeitos sobre os Estados Unidos são de grande importância para o resto do mundo. Um eventual aumento do poder aquisitivo e um equilíbrio de suas contas externas incrementam as compras deles no resto do mundo que em um efeito reflexo, também, passam a encomendar produtos. O autor reconhecia, que independente das saídas políticas da guerra e dos resultados do encontro, os EUA como o epicentro da economia mundial e que as demais eram dependentes deles.

Em 1969 antecipou-se o fim de tais acordos, dada a insustentabilidade da camisa de força de um câmbio fixo: "*Cabe dizer que o sistema de Bretton Woods, que havia sido concebido como um sistema de tipos de câmbio ocasionalmente ajustáveis, converteu-se de fato em um sistema de tipos de câmbio fixos, quer dizer, em um sistema*

[70] Albert Hirschman. *Autosubversão*. p. 160.
[71] Cf. Raúl Prebisch. "Observaciones sobre los planes monetarios internacionales" ETE 43:185-208.

em que mantém paridades uma vez acordadas, ainda quando se encontrem claramente por cima ou por baixo de seu valor real"[72].

Uma história monetária recente a partir do século XIX poderia ser dividida em três momentos: a instituição do padrão ouro, o padrão câmbio-ouro e a desregulamentação advinda com o fim da convertibilidade do dólar em ouro. Nosso estudo circunscreve-se no exato período de vigência dos acordos de Bretton Woods, portanto de padrão câmbio-ouro.

O padrão ouro surgiu em um processo de exclusão da prata como metal de cunhagem de moedas. Havia anteriormente o bimetalismo que reconhecia em ambos os metais a propriedade de expressar valor monetário. O monometalismo é contemporâneo do fim das guerras napoleônicas, ocasião em que a Inglaterra assumiu uma posição de hegemonia no cenário comercial do ocidente. Além de uma desvantagem cambial com o continente europeu, ao longo da guerra, a prata foi saindo do território britânico. Em dificuldade, os ingleses adotaram o regime de curso forçado do papel moeda "(...) *não havia prata, somente moedas de ouro, não muitas, por isso a única moeda metálica com que podiam substituir o papel era o ouro, daí nasceu incidentalmente o padrão ouro na Inglaterra em 1816* (...)"[73]. O fim definitivo do bimetalismo veio com o término da guerra franco prussiana quando a Alemanha imitou a Inglaterra.

Como dissemos, após 1945 houve uma necessidade geral de rearranjos em todas as esferas da política internacional. Os sucessivos anos de crise econômica e na sequência uma guerra colocaram como prioridade o estabelecimento de acordos

[72] J. B. Donges y W. Kasper. "Mayor flexibilidad de los tipos de câmbio y su importancia para los países en desarrollo: un recuneto". ETE 148:817.
[73] Germán Benácer. "El bimetalismo. Revisión de su causa" ETE 57:6.

(a conta de bens e serviços, para ser preciso), as adições à renda pelas exportações serão exatamente iguais às subtrações de renda pelas importações"[75].

Quando o saldo do comércio exterior atingia o vermelho, o raciocínio não escapava de uma solução aritmética, aumentar as exportações ou diminuir as importações, ou a mais saudável, combinar ambos os movimentos.

Os livre-cambistas diante de um déficit no balanço de pagamentos propunham que o mercado livre composto de ofertantes e demandantes de divisas atuassem regulando o câmbio. No entanto a estrutura primário-exportadora, que não tinha sido desmontada apenas abalada, exercia um poder de pressão monopolista no mercado de moeda. Por outro lado o tipo de câmbio fixo embute a idéia de estabilidade interna, e, é à época, a política oficial do FMI. Com esse tipo de orientação esperava-se um fluxo regular de bens e serviços e evitar movimentos especulativos desestabilizadores. Ffrench-Davis afirmou que ambas as opções, fixo ou flutuante, são inadequadas: "*As políticas tradicionais – o tipo de câmbio livre dos textos e o tipo de câmbio fixo – aparecem com alternativas ruins para os países em vias de desenvolvimento*"[76]. Para a região tal política deve subordinar-se aos objetivos de melhoria dos resultados sócio-econômicos, poupança nacional e trocas internacionais. Deveria ser controlado por um órgão dirigente do comércio exterior que fomentasse as exportações e reduzisse o endividamento externo: "*Em resumo, uma política cambial eficiente deve preocupar-se de dar as indicações corretas para a localização dos recursos nacionais na produção*

[75] J.J. Polak. "Análisis monetário de la formación del ingreso y de los problemas de pagos". ETE 96:413.
[76] Ricardo Ffrench Davis. "Dependencia, subdesarrollo y politica cambiaria" ETE 146:287.

de substitutos de importações e na de exportações"[77]. Câmbio livre significa entregar ao mercado instrumentos políticos.

A desvalorização é insuficiente para corrigir desequilíbrios, toma-se a comparação dos índices de preço para verificá-la ou não. Como critérios para caracterizá-la podemos elencar: saldo de divisas em ouro ou moeda estrangeira, reservas monetárias, ritmo de flutuação do meio circulante, nível geral dos preços internos versus preços externos, custos salariais, produtividade, renda e suas variações, contas públicas. A fim de corrigir o desequilíbrio do balanço de pagamentos é pouco efetiva se a importação de bens de consumo for baixa e inelástica (no preço e volume) à de bens de capital.

Frente à inflação interna de preços, tais pressões podem afetar o valor da moeda obrigando a um controle sobre o balanço de pagamentos. "*Das técnicas cambiais para corrigir um desequilíbrio do balanço de pagamentos, provocado pela inflação, nenhuma parece menos adequada para deformar o padrão de crescimento e impedir uma redução artificial do setor de exportação que o sistema livre de taxas de câmbio flutuante*"[78].

A posição cambial de um país pode ser influenciada pelo balanço de pagamentos e serviço da dívida. Diante do fluxo de capital externo a capacidade de solvência do devedor foi questionada. Apesar disso, havia posições otimistas de que a dívida poderia ser coberta com o resultado dos investimentos[79]. Quando a dívida externa é alta uma desvalorização cambial pode agravar a situação em vista de ser difícil repentinamente

[77] Ricardo Ffrench Davis. "Dependencia, subdesarrollo y politica cambiaria" ETE 146:288.
[78] Roberto de Oliveira Campos. "Inflación y cremiento equilibrado". ETE 105:103.

alterar a pauta de importação e exportação, prejudica comércio exterior, aumenta custo do serviço da dívida, promove insegurança nos investidores estrangeiros e fuga de capitais.

O contexto das política nacionais de desenvolvimento implementadas nas América Latina, forçavam a mudanças nas pautas de importação e ao mesmo tempo sofriam das flutuações de demanda de seus bens exportáveis. O entrelaçamento de ambas as pautas refletiam, de modo positivo ou negativo a renda interna e as taxas de crescimento. A oferta monetária, no entanto, não é determinada somente pela variação da renda nacional, fatores como consumo e poupança, também contam. À tentativa de incremento do comércio internacional juntou-se um dos pontos de maior debate, o da expansão do crédito do sistema bancário. Muitos viram nisso um impulso para a inflação. Propunha-se restrições qualitativas e quantitativas de crédito para formar reservas e impedir o aumento dos preços. Para os que vêem na moeda um termômetro da atividade econômica, (de emersão ou submersão), sua definição aponta para mudanças. Outros olhavam a longo prazo a superação do subdesenvolvimento.

Uma política de estabilidade da moeda deve considerar dois aspectos: o financeiro, nos limites do mercado nacional, e o de valor da moeda em relação a uma cesta de moedas e ao metal amoedável, o ouro. Restrições cambiais visando o desenvolvimento em um quadro de menor instabilidade pode regular mercado interno, estimular exportações.

---

[79] Cf. J. J. Polak. "La balanza de pagos y las inversiones financiadas com préstamos exteriores". ETE 59/60: 453.

A estabilidade no âmbito interno depende do controle de meios circulantes enquanto internacionalmente de sua relação com o mercado mundial. Em caso de inflação, a dificuldade resulta de não se ter presente qual a relação entre o meio circulante e o poder de compra da moeda.

Na teoria e na prática da política cambial existem duas alternativas ou fixo ou flutuante/livre. Ocupando um lugar importante na política econômica do período o controle do balanço de pagamentos dependia do valor da moeda que influenciava no que produzir e no que exportar/importar. Uma política cambial pode determinar a substituição de importação, taxa de investimentos estrangeiros, formação de capital fixo etc.. Suas variações direcionam o tipo de estrutura econômica de um país, a geração de divisas. Câmbio múltiplo é semelhante ao câmbio único acrescido de tarifas às importações e subsídio às exportações.

A determinação de uma política cambial depende das condições do balanço de pagamentos, estrutura produtiva (propriedade nacional ou estrangeira dos bens de produção), estabilidade dos preços. Três são os mitos relacionados à política cambial:1) de que as desvalorizações beneficiam o capital estrangeiro, isso depende de variáveis e de sua magnitude; 2) efeito inflacionário das desvalorizações depende do grau de abertura da economia ao exterior, da necessidade de bens importados para movimentar a economia (elementos fartamente presentes na região) e das próprias expectativas inflacionárias que a desvalorização pode gerar; 3) de que esse movimento com a moeda

alteraria a distribuição de renda em prejuízo dos trabalhadores, o que só ocorreria se eles fossem consumidores de bens importados[80].

Há um contrasenso na tentativa de elevar o volume de exportação através de desvalorização cambial, porque o preço internacional de venda do produto tende a cair. O volume de exportação cresce mas o valor unitário cai, implicando em um maior esforço por aumentar o ganho de divisas.

A pequena influência do sistema financeiro de uma região atrasada pouco auxiliou na ampliação do volume de recursos para o crescimento. O contato entre o poupador e o investidor em um mercado integrado de bancos facilitaria a obtenção de capital produtivo. A principal características dos captadores de recursos era o de satisfazer a procura por investimentos de alta liquidez, o que expressava a desconfiança quanto ao futuro das economias regionais. A captação de poupança interna exigia juros elevados em prazos curtos. Essa preferência pela disponibilidade imediata dos recursos, limitou os prazos de crédito ao consumidor. A falta de um mercado de capitais (privado) seguro trouxe dificuldades ao setor industrial para obter financiamento de bens de capital, sobrecarregando as finanças públicas.

A elevação da renda e o ingresso de setores anteriormente excluídos da economia monetária mostraram uma clara tendência para uma ampliação da oferta monetária, em consonância com um contexto de urbanização e mudanças na estrutura ocupacional de grandes contingentes de trabalhadores que saíram do escambo.

[80] Ricardo Ffrench Davis. "Dependencia, subdesarrollo y politica cambiaria" ETE 146:291-293.

A quantidade de meio circulante de uma economia pode ser definida temporariamente, mas sofre as injunções da conjuntura que podem alterar em sentido contrário sua massa.

Dentre as distintas facetas do desenvolvimento econômico a psicose inflacionária é uma delas. Diante da alta dos preços, contração monetária. Como não é possível consumir o que não está disponível ou a renda não permite, promovia-se com a renda excedente uma pequena inflação e se limita compulsoriamente o consumo à oferta do mercado. Na realidade, a elevação dos preços e a desvalorização atuam para conter o consumo, tentando ajustar a oferta e a demanda, com a velocidade dos investimentos públicos e privados. Uma casa de moeda não pode gerar recursos mas sua política pode incidir em uma direção ou outra. Em alguns casos implicou na distribuição dos custos sociais dos desequilíbrios sobre os extratos de baixa renda.

Em virtude do poder aquisitivo flutuante das moedas as economias dos países latino americanos necessitam de mais unidades monetárias para quitar seus negócios no mercado cambial. Os movimentos de capital estabelecem valores às respectivas moedas, se uma moeda se equipara a uma outra, acreditando que a paridade pudesse equilibrá-las, a economia de maior produtividade e competitividade succiona a mais fraca. Por outro lado, as desvalorizações competitivas trouxeram um grau de instabilidade que pôde ser verificado com a crise de 29. No entanto, foi a partir do excedente gerado pelo setor exportador que deu-se início a capitalização da América Latina, com a desvantagem, por entre outros motivos, muitos dos itens de exportação terem seus valores cotados pelos países industrializados e não pelos próprios exportadores.

A desvalorização da moeda beneficia diretamente as atividades agropecuárias, que não deixaram de ser predominantes na América Latina, de exportação e prejudicam o resto da economia[81]. Essa política altera a fração de participação de capital e trabalho na renda nacional, recaindo sobre os trabalhadores o castigo maior: "*A absorção da desvalorização pelo sistema econômico sem mobilizar a espiral desvalorização-preços-salários havia requerido que os trabalhadores admitissem sem resistência a perda de renda real provocada pela modificação na estrutura de preços em favor do setor exportador*"[82]. A manipulação das taxas de câmbio, considerou menos o balanço de pagamentos que a necessidade de privilegiar alguns ramos produtivos, em particular, o fato dos setores exportadores apresentarem uma alta produtividade relativa.

O setor industrial manteve uma postura conflitante quanto ao câmbio, se desvalorizado encarecia as importações, se valorizado barateava a importação de mercadorias concorrentes. O jeito foi encontrar uma taxa equilibrada que não onerasse as importações de bens de produção, mas impor restrições comerciais (protecionismo) aos produtos que ameaçavam o crescimento da indústria nacional. Os instrumentos de contenção foram o câmbio múltiplo ou diferencial e a tributação aduaneira.

Com essa proposta pode se estabelecer com ou sem discriminação entre países e moedas mais de um preço para qualquer moeda: "(...)*para os países de mercado comum na América Latina, um sistema de tipos de câmbio livres e flexíveis, será mais benéfico que o sistema que de fato predomina e que mantém as relações de valor entre as diversas moedas artificialmente a níveis que realmente não lhes corresponde*"[83].

---

[81] Cf. Aldo Ferrer. "Reflexiones acerca de la política de estabilización en la Argentina". ETE 120:501.
[82] Aldo Ferrer. "Reflexiones acerca de la política de estabilización en la Argentina". ETE 120:513.
[83] Hermann Max Coers. "El problema de la integración monetaria". ETE 113:100.

Internamente pôde significar, também, a existência de uma taxa diferenciada de compra e venda entre setores da economia. A fim de reverter a relação de troca do país com o setor externo chegou-se propor penalidades cambiais: "*Os efeitos de um câmbio penal se podem discutir considerando-os como um imposto às exportações* (...)"[84]. Excetuando-se o caso venezuelano, a política de câmbios diferenciados visam a aumentar o volume do comercio internacional, isto é, a exportação.

A experiência cambial venezuelana de regime múltiplo mostrou que a tentativa de conciliar interesses, em alguns casos opostos, não promoveu o resultado esperado de alavancar a economia. A distorção decorre da dimensão do setor petrolífero, pois esse ramo responde por mais de 90% das exportações do país. As características do câmbio múltiplo eram: a existência de mais de um preço (em unidades de moeda nacional), ágio maior entre valor de compra e venda, controle total ou parcial sobre as transações cambiais e assimetria de valores cambiais entre mercado interno e externo. Ela não deve ser vista como exceção, pois a predominância da estrutura primário-exportadora está presente nos demais países e as críticas que a ela foram feitas, também servem aos outros países. O favorecimento na política cambial prejudicou determinados setores e criou uma forma ilegítima de concorrência internacional[85].

Vários eram os problemas relacionados à estrutura tributária, com inúmeras as distorções. A região herdou uma base de arrecadação primária composta de dois tipos básicos de impostos o externo, aduaneiro, e, os internos, sobre o consumo. Quando se

[84] Jorge Marshall. "Efectos económicos de ciertas practicas de cambios multiplos" ETE 79:404.
[85] Cf. Carlos Rafael Silva. "La incidencia del regimen venezolano de cambios diferencialies". ETE 86:156-180.

iniciou uma discussão de reforma tributária, as tendências de regressão foram fortalecidas. Apesar do discurso de equidade fiscal e fomento econômico o imposto sobre a renda ganhou paulatinamente importância e homologação constitucionais. O principal argumento em defesa desse tipo de imposto sobre a renda residia na sua forma equitativa e flexível de incidência, em promover o desenvolvimento, não interferindo na atividade produtiva e por garantir ao Estado uma fonte de recursos representativa em termo de volume e permanência. Sob a desculpa de conter ímpetos consumistas, era a fonte mais viável de recursos, estimulando a capacidade e disposição da população para trabalhar, poupar e investir, a base tributária incidiu sobre os ganhos salariais de maneira desproporcional, por ser regressivo. O aumento da carga tributária não significou melhor distribuição dos recursos aos seus maiores contribuintes, mas foi oferecida aos investidores capitalistas em defesa do desenvolvimento nacional.

Medidas antiinflacionárias de viés monetarista contraem o nível de atividade, suas medidas são necessárias, porém em países com poucos recursos para investimentos implicaria em elevar os tributos para dar ao Estado maiores possibilidades de suprir a iniciativa privada.

Em geral as restrições fiscais do orçamento governamental na maior parte dos países periféricos não provém do esgotamento da base de arrecadação, mas das dificuldades práticas de impedir a evasão. "*A política fiscal da América Latina, tanto de impostos como de gastos, desenvolve-se sobre uma base ad hoc* (...)"[86]

[86] Victor Urquidi. "Nuevas consideraciones sobre la investigación económica en América Latina". ETE 128:678.

Ponto de partida do planejamento fiscal é a hierarquia dos gastos correntes e do investimento. As transferências de recursos de um setor ao outro deve efetuar-se através de instrumentos fiscais. Ao se reformular o sistema tributário os gastos privados de subsistência não foram poupados do gravame. A distribuição da carga impositiva deveria respeitar a diferença de capacidade contributiva do setor rural e urbano. No imposto sobre a renda argumentou-se haver equidade, mas nos indiretos desigualdade.

No debate sobre a reforma fiscal e respectiva elevação da receita prevaleceu o fator legislativo de criação de impostos indiretos e o fator exógeno dessa política a administração e evasão permaneceram fugídios, permitindo que os grupos de alta renda continuassem eludindo o fisco.

A política fiscal é um dos meios de orientar a inversão de capitais nacionais e estrangeiros, a carga tributária pode ou não estimular os investidores. Quanto ao capital externo, sob a desculpa de evitar a dupla tributação conferiu-se isenção[87].

A estrutura agro-exportadora, base do sistema tributário, abalada pela crise deflagrada em 1929 , ocasião em que os preços despencaram abaixo do nível de custo, e pela mudança de tom na política das comissões econômicas surgidas depois da Segunda Guerra que propunham o desenvolvimento nacional como forma de conduzir a parte pobre do denominado mundo livre ao bem aventurado mercado, expressava uma deformação na base contributiva – o comércio exterior, tanto importação como exportação. "*Em todos os países estudados, os impostos castigam aos agricultores mais produtivos enquanto deixam as grandes propriedades ociosas virtualmente isentas. A*

[87] Cf. Fernando Baptista Gumucio. "Introducción a la elaboración de convenios entre Venezuela y los Estados Unidos para evitar la doble imposición internacional". ETE 117:28

maior parte das arrecadações procedentes da agricultura provém de impostos de venda, de direitos de exportação e importação, ou de impostos de salário agrícola. Os agricultores mais produtivos ficam com a carga mais pesada, enquanto que a arrecadação proveniente da terra, do capital, da renda líquida e de herança é pouca ou nula"[88]. Aqui havia um efeito adverso, pois a incidência de tributos sobre mercadorias de exportação absorvia o ganhos cambial, originado de desvalorizações da moeda.

Como o balanço de pagamentos passou a ser prioridade econômica dos governos apresentou-se para o debate propostas de reforma que ampliassem a base de arrecadação e desonerasse os detentores de capital. Quando a América Latina começa a ter sua estrutura ocupacional modificada e um maior desenvolvimento industrial, deu-se início a um debate de reformulação da política tributária e ampliação da base de arrecadação. Objetivava-se elevar as taxas de investimento.

Diante da diminuição das decisões de investimento na região, simultâneo ao esgotamento da primeira fase de desenvolvimento fácil da substituição de importação, a manutenção das taxas de investimento dependiam cada vez mais de recursos estatais.

A política fiscal adquiriu um conteúdo anticíclico.[89] Política tributária como veículo de estabilização das flutuações econômicas (crises), não atuando como corretivo da repartição de renda, gerando arbitríos no domínio fiscal. Em geral, os governos dos países subdesenvolvidos não conseguem financiar seus gastos, o sistema fiscal de quase todos eles não auferem recursos para cobrir despesas correntes e investimentos.

---

[88] Solon Barraclough & Arhur Domike. "La estructura agraria en siete países de América Latina", ETE 130:266-267.

[89] Cf. Carlos Matus Romo. "Flexibilidad presupuestária" ETE 94:177-214, Comitê de Cooperación Econômica de Istmo Centro Americano. "La política tributaria en Centro América". ETE 93:33-67, Alejandro Cervantes Delgado. "La política fiscal y las reformas impositivas de 1962". ETE 115:391-409.

Na definição de uma política fiscal colocaram-se questões referentes a taxar ou não lucro sobre o capital, como promover uma justiça tributária, o peso dos tributos deve recair sobre a pessoa física ou jurídica, investimento público a expensas da receita fiscal. "*Assim, a ausência de um Estado nacional adequadamente estruturado permite às autoridades locais conservar um controle parcial do sistema fiscal*"[90].

A opção por uma política pública de pleno emprego implicou em acomodação orçamentária, diferente das leis de mercado. À visão liberal, de gastar o menos possível e reduzir os impostos foram acrescidas as novas funções do Estado que impuseram mudanças que trouxeram aspectos indesejados. Se o Estado incorria em déficit orçamentário provocava inflação. Historicamente as duas políticas que mais excitaram consumo do erário foram gastos sociais e financiamento de obras públicas.

Os investimentos do erário exigiram uma revisão das instituições do Estado a fim de facilitar o financiamento de fontes externas, através de serviços públicos que geram renda e promovem o acolhimento das multinacionais, centralizando politicamente os órgãos do sistema financeiro e bancário. No modelo agro-exportador as casa bancárias voltadas para o comércio exterior satisfazem as exigências da economia.

Praticava-se dois tipos de crédito, ao consumidor e ao empresário ambos com controle seletivo. O crédito bancário é uma atividade importante para estimular a economia, cabe aos bancos cooperarem mediante abertura de fundos de investimento. Do ponto de vista da política monetária, o financiamento da formação de capital físico, para ser realizado, defendia-se a contenção dos gastos em consumo e o aumento das

[90] Celso Furtado. "Discontinuidades entre países: hacia una teoría de las estructuras espaciales" ETE 141:45.

inversões. Os recursos bancários deveriam dirigir-se prioritariamente ao financiamento de ativos industriais.

Crédito em época de política monetária restritiva deve combinar medidas que mantenham equilibradas a taxa de juros e canalize fundos para a aquisição de bens de produção, que em outros momentos destinavam-se aos bens de consumo, elevando os juros para o segundo e diminuindo para o primeiro: "(...) *como o crédito ao comércio tem um alto porcentagem de empréstimos para a aquisição de bens de consumo, ao diminuir-se aquele – ou evitar seu rápido crescimento – se diminui, indiretamente, o crédito destinado ao gasto em consumo, evitando que desça ao correspondente para gastos em investimentos. Está é, sem dúvida alguma, uma política racional do ponto de vista anticíclico e de desenvolvimento econômico*"[91].

Caso essa política fosse aplicada com rigor seu efeito seria danoso ao conjunto da economia, por causar um desequilíbrio. Uma acentuada queda na demanda de bens de consumo provocaria um desaquecimento setorial, o impacto inicial seria muito forte gerando desocupação nos setores fabril e comercial. Essa tentativa de racionalizar a utilização de recursos para a formação de capital exigiria um ajuste da produção que entraria em choque com uma planta industrial oriunda da substituição fácil de produtos importados. Ele pode influenciar a alta dos preço, impulsionar a produção pela sua expansão e criar inflação de custos: "*Há um êxito inicial em toda política de crédito selecionado: a abertura de facilidades a favor da produção. Em tal caso, a corrente de dinheiro descansa no lado produtivo*"[92].

---

[91] Leopoldo Solís. "Controles selectivos del crédito: un nuevo enfoque". ETE 112:563.
[92] Alfredo Lagunilla Iñaturri. "El credito selectivo y la banca central". ETE 77:146.

O sistema financeiro auxilia no aumento da demanda agregada: "*Em todo caso ainda que o sistema financeiro não contribua diretamente para a formação de capital quando canaliza poupança transformada em empréstimo ao consumo* (...)"[93]. Na medida em que o crédito aumente o consumo global expande-se o mercado dando vez a unidades mais produtivas e eficientes.

Levantar os alicerces que impulsionem a poupança, alavancar o sistema financeiro, desembocando na ampliação dos investimentos. A precariedade do mercado de capitais na América Latina e o bovarismo de suas elites, que pouco reinvestiam nos próprios países, fez com que parte do volume de dinheiro fosse conservado em sua forma mais líquida, mas estéril de entesouramento.

Sistema adquiriu maior importância a partir da necessidade dos governos terem que financiar internamente seus déficit. Nos países de inflação alta e constante os empréstimos não reajustados originaram taxas negativas de juros (em termos reais). Isso ocorre, como expressão de uma das inúmeras deformações do desequilíbrio de preços, em contratos desprovidos de cláusulas de atualização e em geral com taxas pré fixadas pelas autoridades monetárias em níveis negativos (por exemplo Argentina, Brasil, Chile e Colômbia)[94]. O funcionamento do mercado financeiro deveria prestar-se a gerar poupança e investimentos, regular os preços do dinheiro (taxa de juros), controle das atividades de intermediação financeira, atuação do Estado nos serviços não cobertos pela iniciativa privada, regular intermediação financeira internacional, zelar pela qualidade e manutenção dos ativos financeiros.

---

[93] Leopoldo Solís. "Intermediación financeira y desarrollo económico". ETE 126:225.
[94] Cf. Domingo Jorge Messuti. "El sistema financeiro y el crecimiento económico". ETE 139:530.

As operações de crédito têm seu volume e clientela determinados pela taxa de juros, que pode exercer uma pressão psicológica sobre as decisões de poupar ou consumir. Elevadas taxas de juros são consideradas como uma consequência da grande necessidade de investimentos e escassez de poupança. O crédito bancário está vinculado à captação de recursos e estes eram muito baixos, deixando descoberto ou exigindo vultosas taxas, encarecendo o capital de giro e as inversões.

A concessão de crédito ao consumidor geralmente para a aquisição de bens de consumo duráveis, possível a uma pequena parcela da população implica no desvio de recursos que poderiam ser poupados. Sua satisfação poderia ser atendida por outro meios como a liquidação financeira de seus ativos ou endividamento, obtido com poupança alheia para compra de mercadorias que se depreciam a curto prazo, exigindo novo financiamento para substituição, dessa forma desviando recursos que deveriam ir para formação de capital.

Do ponto de vista governamental quando começa a ocorrer a necessidade de captação de recursos para gastos correntes, o mercado adquire uma tensão que se reflete nos juros. Na esfera empresarial o movimento é mais complexo envolve taxa de juros, prazos, retorno do investimento etc..

Bancos centrais para coordenação da política monetária, foram surgindo aos poucos. A Colômbia foi o primeiro (1923). Em complementação ao sistema bancário, intentando estabilizar/organizar sistema monetário, assumiram paulatinamente a emissão de moeda, além de atuarem como banqueiro e agente financeiro do governo.

3.2 Cânon Integracionista

A descoberta da América no século XV estabeleceu uma relação de dependência do novo continente com a metrópole. A implantação do capitalismo na América confunde-se com o início do próprio capitalismo. O ingresso do novo mundo no mercado mundial confirma a vocação internacional do capital.

O novo continente subdividiu-se em dois ao longo de seu processo de desenvolvimento econômico. Isso nos permite definir a América Latina, por contraste aos Estados Unidos e Canadá, como sua porção subdesenvolvida.

Durante o período colonial a interdependência regional era tênue, pois toda a atividade econômica estava dirigida para fora. Os diversos núcleos regionais dependiam mais da respectiva metrópole que de seus vizinhos. A incipiente urbanização desse período formou cidades costeiras e cosmopolitas, unidas à Europa, e sem vínculos regionais estreitos.

A unidade existente era de natureza jurídica, os territórios americanos ao sul do Rio Grande eram súditos das coroas ibéricas. O movimento independentista e seus desdobramentos comprovaram a ausência de um projeto político e social das classes dirigentes da América Latina. O horizonte dos que a promoveram era o de aldeões ligados às pequenas cidades e *hinterland*. A regionalização de seu espaço esteve associada ao processo econômico da colonização, edificado na atividade agro-exportadora, com a concentração do suporte infra-estrutural na região costeira. Essa fragmentação do espaço econômico refletiu-se politicamente e os interesses locais

enfraqueceram as propostas de unificação territorial.

A integração foi vista como uma iniciativa de transcendental importância política e econômica. Porém não de pode concluir das frias análises das cifras que o potencial comercial existente possa concretizar-se na prática devido a uma carência de meios de transporte, ausência de vínculos entre os setores industrial e exportador. Nos anuários de comércio exterior notou-se que a troca de bens e serviços poderia ser intensificada, havia um desconhecimento sobre os potenciais de cada país.

No movimento de integração o caráter espoliador do capital evidenciou-se: "(...) *atendendo a um aspecto da integração (...) cabe considerar que é mais provável que as atividades e empresas que participam mais ativamente desse processo sejam, as de maior produtividade relativa e por onde aquelas nas quais pesam proporcionalmente menos as cargas correspondentes a remunerações e garantias sociais*"[1]. Eventuais diferenças de produtividade e de preços finais podem ser equilibradas pelas taxas de câmbio. Não há escassez de mão-de-obra, mas essa reserva é na sua maioria rural. Com a integração as atividades primárias não seriam afetadas, seu excedente continuaria sendo exportado para fora da área regional.

O comércio exterior em nível internacional favorece os países desenvolvidos cujas indústrias produzem vencendo a concorrência. No terceiro mundo acentua-se a especialização da produção em matéria prima, com trabalho pouco qualificado e baixos recursos técnicos. Acreditava-se que a troca de bens entre países estimularia a demanda e o nível de emprego, não importando se de produtos primários ou manufaturas. A insistência no comércio internacional como alavanca do crescimento deriva de uma

visão historiográfica sobre a revolução industrial inglesa que atribui como fator determinante o comercial.

Na conjuntura de fim de guerra, foram várias as iniciativas de cooperação implementadas: foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e sob sua orientação inúmeras outras organizações multilaterais de cooperação e estudos, dentre elas a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), como uma ramificação de seu Conselho Econômico e Social. Criaram-se, também, comissões para Europa, Ásia e África.

Nos anos de guerra o balanço de pagamentos da América Latina fora favorável, dada a demanda por bens primários e a impossibilidade das nações centrais exportarem bens de consumo. A quase totalidade da economia mundial esteve direcionada à satisfação de demandas de guerra. No entanto, assim que a guerra foi concluída, o volume de exportações caiu e subiu o de importações.

O principal objetivo da integração dos mercados latino americanos era garantir que a tendência declinante das exportações fosse diminuída. A inspiração veio do processo ocorrido na Europa, na segunda metade dos anos 40. Em 1948 a Bélgica, Holanda e Luxemburgo formaram uma união denominada Benelux. Posteriormente, em 1951 foi formada a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço. Esses acontecimentos refletiram-se na Cepal. "*O atual movimento integracionista tem o seu ponto de partida*

[1] Aníbal Pinto. "Condiciones sociales e integración regional". ETE 143:407.

em uma resolução dos governos dos cinco países tomada no quarto período de sessões da Cepal, que ocorreu na cidade do México em 1951"[2].

Os fatores que determinam a evolução da balança comercial como taxa de crescimento da produtividade e da produção combinada à questão da renda confrontados com a contabilidade nacional e de comércio exterior mostram o surgimento de um déficit, comercial e de serviços, crescente, que não pôde ser financiado internamente. O fator chave da capacidade de liquidação dessa dívida seria a exportação, o que não ocorreu na proporção desejada. A expectativa de equilibrar as contas dispõe de dois instrumentos, o fiscal-monetário e o cambial. O receituário cambial, em sua forma mais simples, para eliminar o déficit exterior propõe a desvalorização da moeda. Limita-se a importação de bens suntuários, mas pode-se admitir o déficit estrutural de importação de bens de capital. O objetivo dessa política é o de exclusivamente restabelecer o equilíbrio externo. O que contraditoriamente implica em limitar a taxa de crescimento a um nível compatível com as contas externas. No plano da política fiscal-monetária isso implicou em comprimir a demanda.

A política de integração dos mercados foi considerada positiva tanto por monetaristas como por estruturalistas para os primeiros, porque elas suprimem as fronteiras aduaneiras e para os segundos porque (inversamente) ampliam as fronteiras protecionistas. Em ambos os casos os monopólios saem favorecidos.

A teoria da integração dos mercados ou de união aduaneira surgiu nos países desenvolvidos. Sua aplicabilidade no terceiro mundo necessita de uma mediação, pois são estruturas econômicas diversas e em estágios de evolução diferenciados entre si.

---

[2] Celso Furtado. *Formação Econômica da América Latina*. p. 276.

Uma caricatura neoliberal dessa política implicaria em fomentar a substituição da produção doméstica pela importação de um outro país, estimulando o comércio entre membros do mercado comum. O aumento no volume do comércio promoveria o bem-estar mundial e deslocaria a produção de bens para fontes mais eficientes "(...) *o coração do problema é a extensão dinâmica do princípio da divisão internacional do trabalho*(...)"[3].

A atividade de comércio exterior estava muito concentrada: "*Mais de 80% do intercâmbio regional é de matéria prima ainda que os produtos manufaturados venham adquirindo especial importância. Brasil e Argentina respondem por um terço das exportações dos países latino americanos e mais da metade das importações*"[4]. Para o conjunto dever-se-ia esparramar pelo tecido econômico a vinculação dos diversos mercados.

A distinção de Prebisch, centro-periferia, levou em consideração a existência de Estados-Nação. Sua experiência na Cepal, organismo multilateral, o impediu de visualizar o interior de cada nação periférica, para nelas verificar que a questão da integração nacional era inconclusa. Essa última questão foi, na prática, desprezada pelos colaboradores de *El Trimestre Económico* ao discutirem a proposta de unificação dos mercados e fortalecimento das economias domésticas. As bases que permitiriam uma união, de fato, ficavam comprometidas dadas as disparidades regionais internas de cada país.

---

[3] Ana Martirena-Mantel. "Integración y desarrollo económico" ETE 142:182.
[4] Joseph Mills. "La política de desarrollo y los convenios regionales de comercio: el caso de la América Latina". ETE 119:384.

De acordo com o pensamento cepalino da época e em função da distância social e econômica entre as regiões, a contraposição centro-periferia também poderia ser aplicada no interior da cada Estado, pois no interior de cada país as políticas de integração ainda não haviam sido concluídas, impedindo que a periferia pudesse desafiar a esmagadora presença do centro.

O debate sobre integração nada deve ao projeto oitocentista de Bolívar, mas à conjuntura do Segundo Pós-Guerra. No entanto, a quimera bolivariana de unidade do subcontinente não fora esquecida e permaneceu como algo a ser alcançado. O resgate nostálgico dessa aspiração pode ser notada em Kaplan: "*O sentimento e a idéia de unidade latino-americana surgem da identidade cultural, do ressentimento comum contra o velho amo e inimigo, do desejo partilhado de desfrutar as possibilidades criadas ou prometidas pela independência*"[5].

A proposta deriva das teorias de comércio internacional. Os técnicos da Comissão a partir do resgate do pensamento econômico clássico de Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, concluíram que o mercado desses países deveriam ser integrados a fim de escoar seus produtos, fortalecer a economia interna e potencializar o comércio regional.

A fundamentação dessa política baseou-se nos seguintes termos: a) o comércio internacional amplia o mercado interno ao gerar um saldo positivo no balanço de pagamentos, um instrumento de realocação dos recursos da produção doméstica; b) vantagens comparativas nas transações entre os países, cada um deles comercializando as mercadorias de sua especialidade; c) a especialização, como decorrência, conduziria

a uma elevação da produtividade, ampliaria a divisão internacional do trabalho, estimularia as inovações tecnológicas e tornaria crescente o rendimento comercial. "*Não há dúvidas que a liderança na propagação deste objetivo está nas mãos da Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas. Por vários anos a CEPAL atua ativamente auspiciando essa idéia e realizando estudos sobre a matéria*"[6]. Os defensores dessa política entendiam que deveria haver uma mudança na estrutura do comércio internacional latino-americano.

Os nacionalistas, pelo contrário, achavam que a continuidade da exportação de bens primários e a importação de bens manufaturados perpetuaria a condição semi-colonial da América Latina.

A teoria econômica clássica passou então a ser defendida, sendo-lhe conferida validade, também, nos países subdesenvolvidos. Sua revalidação foi interpretada como uma ferramenta teórica para promover o avanço industrial. "*A idéia que inspira a criação de um mercado é muito simples: América Latina possui recursos físicos e pode contar com mão-de-obra qualificada, porém está dividida em vinte mercados incomunicados entre si*"[7]. A grande maioria de colaboradores de *El Trimestre Económico* abraçaram tais idéias, mas também houve reação. O argumento central dos opositores foi o da caducidade dos ideais liberais defendidos desde o século XVIII pelos pais da economia política.

---

[5] Marcos Kaplan. El Estado en el desarrollo y la integración de América Latina. p. 158.
[6] Vernon Esteves. "Desarrollo del mercado comum latinoamericano". ETE 103: 401.
[7] Plácido Garcia Reynoso. "Dos conferencias sobre el mercado comum latinoamericano". ETE 104: 542.

John Willians, da Universidade de Harvard, publicou um artigo em *El Trimestre Económico*, "*Critica de la Teoria Clasica del Comércio Internacional*"[8], cuja argumentação central parte da negativa em aceitar a generalização de que o comércio internacional seja regido por vantagens comparativas. Para ele, essa teoria, bem como toda teoria econômica, é relativa às circunstancias de época e sociedade. No caso da citada teoria, ela estava inscrita na Inglaterra do século XIX, criticando a suposição de uma certa uniformidade entre as nações, além da abstração de custos de transportes, do estabelecimento de uma quantidade fixa de fatores produtivos e da previsão da existência de uma demanda recíproca entre as nações.

Paralelamente ao compilamento do receituário clássico, surgiu uma nova conceituação: países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Essa classificação, elaborada no contexto de reconstrução do segundo pós-guerra adotou como um de seus critérios básicos, o fluxo comercial. Um país seria enquadrado em uma das três categorias, com base nele. Aos não desenvolvidos caberia acelerar o ritmo de seu comércio exterior. "(...) *o conceito de integração econômica brotaria profusamente na literatura especializada do pós-guerra, como um aperfeiçoamento teórico das tendências à reciprocidade com a qual o mundo de então pretendia amenizar os efeitos erosivos da deslealdade crescente*"[9].

Havia uma certa euforia nos anos do pós-guerra e as esperanças de mudanças serviram de estímulo para que se tentasse de fato implementar novas políticas. Muitos economistas, sociólogos, historiadores e demais intelectuais consideravam que a

[8] John Willians. "Critica de la teoria clasica del comercio internacional". ETE 45:108-129.
[9] Raúl Grien. *La Integración Económica como Alternativa Inédita para América Latina*, p. 43.

unificação do subcontinente era algo de inexorável e apelaram para a existência de um passado e um futuro em comum. A defesa da integração dos mercados transformou-se em apologia. "*O recurso foi então, pela segunda vez, a introversão generalizada e mimética, tornando o debate em quase todos os países aprofundar-se nas características latino-americanas, na invocação à subjacente 'consciência latino-americana', à valorização da interdependência ou ampliação dos marcos nacionais como nova forma solidária de atuar frente ao exterior*"[10].

Ao longo de nossa história, nos vários momentos em que se objetivou uma defesa de interesses pátrios, a idéia da consciência latino-americano foi retomada. Esse discurso figurou entre políticos e intelectuais, mas deveria principalmente penetrar entre a população. Tratava-se de uma exortação a vincular toda a sociedade, mas estimulada de cima para baixo.

Celso Furtado, em suas análises sobre a formação econômica do Brasil e da América Latina, já havia apontado que as economias agroexportadoras eram reféns da maior ou menor procura por bens primários. O poder público deveria atuar no sentido de suprir as conseqüências da contração desse setor. As medidas sugeridas resumiam-se a duas: administrar o câmbio e a moeda a fim de diminuir o volume das importações e dar início a produção substitutiva de importações. Ambas estão associadas aos momentos críticos da economia latino-americana ao longo do século XX: as duas guerras e a crise de 29. No entanto, ao final da década de 40 já se vislumbrava que estava esgotado o processo de industrialização e crescimento em escala nacional.

[10] Raúl Grien. *La Integración Económica como Alternativa Inédita para América Latina*, p. 185.

A integração dos mercados viria, então, atuar no sentido de garantir a sobrevivência da desencadeada industrialização por substituição de importações. Ela poderia assegurar uma melhoria na estrutura de custos, eliminar a capacidade ociosa expandindo a produção. "*A industrialização é uma exigência ineludível do desenvolvimento econômico e terá que prosseguir a um ritmo superior ao passado e avançar para formas cada vez mais dificeis e complexas. Necessita uma firme política de proteção*"[11]. Protecionismo como fonte de receita e estimulante de produtos manufaturados.

Discussão pouco presente nas páginas da revista a questão do monopólio encobre o fato de que a estrutura surgida com a crise do modelo agro-exportador estava concentrada. A penetração de capital estrangeiro deu-se acompanhada por grandes conglomerados. De outro lado o Estado fundou e em alguns casos apropriou-se de setores da economia formando monopólios, que podem ser classificados de duas formas, a administrativa e a geográfica. Na primeira ou são públicos ou privados, na segunda locais, regionais ou internacionais, dependendo da extensão territorial do mercado sobre o qual exercem poder. Nessa questão a familia dos psônios (compradores, monopsônio, duopsônio, oligopsônio), também vitimavam os mercados primários ao formarem preços[12].

Ao se divulgar o discurso sobre a origem da desigualdade entre as nações omite-se que a estrutura do mercado mundial deixou há muito de ser concorrencial e já encontrava-se em estágio monopólico. "*O industrial latino americano se encontra em*

[11] Raúl Prebisch. "La repuesta de América Latina a una nueva política de cooperación económica internacional". ETE 112:676.
[12] Cf. Francisco Zamora "Monopolio y monopsonio". ETE 77:1-44.

inferioridade de condições para enfrentar a concorrência da iniciativa privada estrangeira em nossa região. A concorrência não é saudável entre desiguais (...) leva a destruição da parte mais débil (...) e se transfere ao campo político com tensões e antagonismos que seria bom evitar"[13].

Um mercado livre, é uma construção ideológica, pressupõe condições ideais de eficiência e perfeição. Isso somente seria possível se houvesse competitividade e nenhum tipo de influência monopólica, que o câmbio fosse determinado pela situação real da economia e com horizonte de longo prazo sem a interferência de forças especulativas e de curto prazo.

Avizinhava-se, na verdade, que a saída seria integrar para escapar à crise que iria em algum momento irromper. Plácido García Reynoso, ao discutir os efeitos do Tratado de Montevidéu, apontava: "(...) *o regionalismo econômico como a única solução para as exigências de nosso tempo*"[14].

As vantagens na exportação dos países em desenvolvimento estava baseada nos baixos salários. Aparentemente se utiliza métodos de produção e fatores tecnológicos semelhantes às nações do centro. Apesar disso a remuneração mantém-se distante. Uma efetiva competição de mercado implicava em baixos salários e elevada produtividade. No entanto essa realidade gera perturbações sociais dificultando o pretendido ganho. Houve momento em que se compensou a baixa produtividade com uma redução, ainda maior dos valores salariais. O tamanho reduzido dos mercados domésticos limitou o

---

[13] Raúl Prebisch. "La repuesta de América Latina a una nueva política de cooperación económica internacional". ETE 112:682.

[14] Plácido Garcia Reynoso. "Probables fectos del Tratado de Montevidéu en la industrialización de América Latina. ETE 106: 202.

desenvolvimento, impondo como dado imperioso a exportação, também, de produtos manufaturados, porém de difícil localização no mercado mundial.

Havia uma grande quantidade de trabalhadores ociosos, a idéia de que mediante o pleno emprego, o investimento e renda cresceriam contribuiu para a adoção de métodos de produção que utilizassem intensivamente o trabalho humano. Dessa forma ampliava-se o volume de emprego sem o correspondente dispêndio de capital e ofertava-se ao mercado produtos de baixo valor agregado. O objetivo pode tanto ser elevar o nível de emprego, o consumo ou o investimento.

Muito mais do que disputar com a Europa fluxos de investimentos no final dos anos 50 e início dos anos 60, visualizava-se que a estrutura econômica latino-americana entraria em colapso. O processo de unificação de mercados na Europa foi de um lado inspirador, e de outro revelou a debilidade com que os mercados da América Latina enfrentavam tal processo. "*As inquietudes do 'terceiro mundo' provêem sobretudo do temor – real ou fictício – de que a constituição de grupos regionais em forma de 'mercados comuns' possa realizar-se em detrimento dos que receiam pelo seu próprio desenvolvimento*"[15].

Uma análise da principal atividade econômica do subcontinente nos permite verificar que esse não era um sentimento infundado: a) mecanização da agricultura: enquanto ela na Europa avançava, conferindo-lhe constante elevação dos índices de produtividade, a atividade agrícola na América Latina permanecia extensiva e pouco mecanizada; b) inseminação artificial: a possibilidade de seleção e planejamento reprodutivo da pecuária européia colocou em desvantagem nosso gado; c) produtos

sintéticos: o avanço em pesquisa científica livrou diversas áreas econômicas da dependência de matéria prima extrativa para a produção de bens e alimentação/movimentação de máquinas e a velocidade com que se processa essa substituição nas indústrias modernas ocorre com uma rapidez cada vez maior; d) fertilizantes: a produtividade da terra pode ser elevada com a utilização de insumos, que dependem de recursos e financiamento para serem adquiridos; e) novas tecnologias: a introdução de novas tecnologias, métodos e equipamentos sofisticados para prospecção e exploração de minerais ampliou o mercado produtor com o aumento da presença da África e Ásia no fornecimento de matéria-prima; f) protecionismo: as nações desenvolvidas também tinham interesse em preservar seus produtores da concorrência de outras áreas.

Esse quadro serviu de justificativa para a política de integração rápida dos mercados. À época, o capital nacional dos países latino-americanos não havia acumulado condições de bancar a formação de um mercado comum. Na disputa por investimentos acreditava-se que sem a integração não haveria ingresso de capital estrangeiro, sem o qual não seria possível financiar a industrialização por substituição de importações. "*Pelas razões antes indicadas, com a integração econômica tampouco afrontaremos um dilúvio de capital estrangeiro. Porém aqui o importante é que com toda probabilidade, este capital mostrará especial preferência por atividades industriais. Desta forma se estimulará o processo de substituição de importações, a*

[15] Angelos Angelopoulos. "El 'tercer mundo', el mercado común europeo y el occidente". ETE 118:275.

região terá acesso mais fácil ao progresso tecnológico e se apresentarão oportunidades para o estabelecimento de muitas indústrias auxiliares"[16].

Com a normalização do mercado mundial após 1945, os países centrais restabeleceram sua capacidade de satisfação de demandas reprimidas. Isso gerou uma pressão de consumo, aumentando o desequilíbrio comercial. Por outro lado, com a queda das exportações, a possibilidade de importar diminuiu, o que encareceu o processo de formação de capital e a necessidade de capital estrangeiro cresceu. Com o principal setor da economia em crise, a poupança interna ficou comprometida, dificultando o financiamento dos mercados.

Os objetivos imediatos da integração eram: elevar o comércio regional, expandir o mercado interno; especialização em escala regional, o desaparecimento de setores ineficientes e a otimização de recursos.

Haveria uma interpenetração dos sistemas econômicos, além da elaboração de uma política de industrialização conjunta. Sob esse denominador comum a integração garantiria complementação regional.

Utilizando a distinção de Prebisch centro-periferia, diríamos que se antes as relações eram centro-periferia, após a guerra a tendência mostrava ser centro-centro. A política de integração dos mercados latino-americanos visava alterar essa relação para periferia-periferia.

A abolição sucessiva e completa dos obstáculos ao comércio foi concebida como a principal ferramenta de viabilização. Cabe, porém, estabelecer os níveis em que ela pode ocorrer: a) Área de livre comércio: restrições quantitativas e tarifárias são abolidas

[16] Miguel Wionczek. "El financiamento de la integración económica de América Latina". ETE 105: 25.

ou reduzidas entre os países membros, mas cada país ainda estabelece suas tarifas para o mundo exterior; b) União aduaneira: desaparecimento da discriminação ao movimento de bens da união e criação de uma tarifa externa comum para cada bem comercializado; c) Mercado comum: supressão das restrições ao comércio de bens e ao movimento de fatores produtivos; d) União econômica: suprime restrições ao movimento de bens e fatores produtivos e inicia uma harmonização das políticas monetária, fiscal e cambial[17].

Um dos primeiros problemas dizia respeito ao mercado de trabalho. A integração requisitava uma oferta móvel e elástica, o que implicaria em eliminar as barreiras migratórias. A visualização de uma aumento do emprego e da mobilidade alertou para o problema da proteção social pautada em igualdade de tratamento para nacionais e residentes, conservação de direitos adquiridos, proteção à família do imigrante. Direitos que deveriam, também, serem celebrados em convênios multilaterais de seguridade social[18]. O maior problema seria como estabelecer equivalência salarial, equiparar legislação sobre jornada de trabalho, benefícios profissionais e sistema previdenciário. Disparidade nos benefícios e nos custos da seguridade social: "*Em outras palavras, as disparidades em matéria de Seguridade Social e salários seriam tanto mais importantes quanto mais elevada for a participação desses pagamentos nos custos globais e maior sua incidência na formação dos preços de mercado*" [19].

Os acordos de formação de zonas de livre comércio foram precedidos de experiências bilaterais, localizados em sua maioria na América Central. "*A partir de*

[17] cf. Bela Balassa. *Teoria da Integração Econômica.* p. 13.
[18] Horácio Labatista. "aspectos sociales de la integración económica". ETE 125:81.
[19] Aníbal Pinto. "Condiciones sociales e integración regional". ETE 143:399.

1951, distintos países assinam acordos bilaterais de livre comércio que se aplicam a listas de produtos especificados: El Salvador-Nicarágua , El Salvador-Guatemala no ano referido; Costa Rica-El Salvador, em 1953; Guatemala-Costa Rica, em 1955; Guatemala-Honduras em 1956; El Salvador-Honduras, em 1957"[20].

Foram três as principais iniciativas de integração dos mercados na América Latina no período de 1945 a 1970, a constituição do mercado comum centro americano, a Alalc e o Pacto Andino.

O Tratado Multilateral de Livre Comércio e Integração Econômica Centro Americano, antecessor da Alalc e do Pacto Andino, foi assinado em Honduras, na cidade de Tegucigalpa, em junho de 1958. Na mesma ocasião foi constituído um convênio sobre o regime de indústrias de integração. Honduras, Nicarágua, El Salvador, Costa Rica e Guatemala compõem ambos os acordos.

O Tratado Multilateral, composto em onze capítulos e 28 artigos, deseja estreitar os vínculos de origem e fraternal amizade entre os países membros. Seus objetivos são: integrar progressivamente as economias centro americanas; assegurar ampliação de mercados; fomentar a produção e intercâmbio de bens e serviços; elevar o nível de emprego e restabelecer a unidade econômica da América Central.

O primeiro passo adotado foi a formação de uma união aduaneira entre os respectivos territórios, criando um regime de livre comércio, ao longo dos 10 primeiros anos de vigência do tratado (Art. I). As mercadorias dos países membros receberiam tratamento similar ao de mercadorias nacionais ficando isentas, portanto, de tributos ou cotas de importação/exportação (Art. II). Aos artigos importados de fora da América

[20] Celso Furtado. *Formação Econômica da América Latina.* p. 277.

Central que sejam produzidos pelos signatários não se outorgaria franquias aduaneiras (Art. V).

O capítulo III no artigo X estabeleceu que: "*Cada um dos estados contratantes manterá plena liberdade de trânsito através de seu território para as mercadorias destinadas a quaisquer dos outros Estados signatários ou procedentes deles*". Adiante, nos artigos XIV e XV, uniformizou as tarifas de transporte e conferiu aos veículos terrestres dos estados firmantes o mesmo tratamento, durante a permanência do veículo no país, que aos licenciados nacionais.

No capítulo IV, *Subsídios à exportação e comércio desleal* proibiu o 'dumping'. Artigo XII "*Por tratar-se de prática contrária aos fins deste Tratado, cada um dos Estados signatários evitará, pelos meios legais ao seu alcance, a exportação de mercadorias do referido Estado ao território dos demais, a um preço inferior ao seu valor normal, de forma que cause ou ameace causar prejuízo à produção dos outros países, ou que atrase o estabelecimento de uma indústria nacional ou centro americana*".

A questão da integração industrial foi tocada de modo evasivo no artigo XXI, pois foi motivo de um convênio a parte celebrado na mesma ocasião que o tratado.

O acompanhamento da execução do tratado foi atribuído à Comissão Centro Americana de Comércio e à sua secretaria permanente e dentre suas tarefas estão a unificação de tributos e do regime fiscal.

O Convênio sobre o Regime de Indústrias Centro Americanas de Integração visava "*A elevação dos níveis e condições de vida dos povos centro americanos e o uso racional, para tal fim, de seus recursos naturais*". Especificamente sobre a questão

industrial, o artigo primeiro foi mais explícito: "*Os estados contratantes se comprometem a estimular e promover o estabelecimento de indústrias novas e a especialização e ampliação das existentes, dentro do marco da integração econômica centro americana*". O segundo artigo firmou o critério de classificação de indústrias centro americanas de integração: aquelas que possuem acesso ao mercado comum centro americano compostas por uma ou mais plantas e com capacidade mínima para operar em condições econômicas e competitivas. O artigo IV estendeu os benefícios do Tratado Multilateral aos produtos industriais da região e estipulou que o convênio seria regido pelo tratado citado.

O convênio não propôs o protecionismo mas apenas estipulou, no artigo VII, que a mercadorias iguais ou similares as produzidas na região, não se deveria conceder vantagens, em caso de importação. A incumbência de acompanhar a execução do convênio coube à Comissão Centro Americana de Integração Industrial e sua respectiva secretaria.

Os Tratados de Manágua e Montevidéu datam de 1960. O Tratado de Manágua [illegible] o Mercado Comum Centro-Americano, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Elas expressam a fragmentação do subcontinente ao não incorporarem a totalidade dos países. "*O MCCA é composto por cinco países e difere um pouco dos outros esquemas de integração porque pretende promover, além de integração econômica, também uma união política entre os membros, restabelecendo uma unidade que existiu de fato no passado como Capitania Geral de Guatemala até*

1824 e como Federação de Estados Centro-Americanos a partir da independência em 1824 até 1838, quando se fracionou"[21].

A tentativa de integração na região da América Central foi uma das mais intensas, chegando a se formar um Banco de Integração Econômica para auxiliar a capitalização dos Estados membros. "*Elemento básico do programa de integração é que o financiamento público deve obter-se tendo presente a escassez de poupança que sempre resulta do baixo nível de renda per capita*"[22].

Em um balanço sobre a formação de um mercado comum no setor industrial constatou-se que "(...) *o exame das vantagens relativas das economias de escala e das economias externas em um programa de integração centro americana segue sendo um exercício bem acadêmico*"[23].

Wionczeck ao comentar o tratado Multilateral de 1958 afirmou: "*Este plano, contudo, veio por terra devido à época os governos centro americanos não terem se colocado de acordo quanto aos seus detalhes e também por interferência de interesses criados tanto nacionais como estrangeiros. Em consequência, o Convênio de 1958 sobre o Regime de Indústrias Centro Americanas de Integração foi redigido em termos gerais e em linguagem um tanto obscura, o que conduziu, de maneira imediata, a interpretações contraditórias*"[24].

---

[21] Luís Estenssoro. *O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA)*: integração e relações internacionais (1975-1991). Dissertação de Mestrado. Programa de Integração da América Latina (Prolam)- São Paulo, 1994, USP, mimeo, p.41.

[22] Joseph Mills. "La política de desarrollo y los convenios regionales de comercio: el caso de la América Latina". ETE 119:389.

[23] Miguel Wionczek. "Integración económica y distribuición regional de las actividades industriales (estudio comparativo de las experiencias de Centroamerica y el Africa Oriental). ETE 131:481.

[24] Miguel Wionczek. "Integración económica y distribuición regional de las actividades industriales (estudio comparativo de las experiencias de Centroamerica y el Africa Oriental). ETE 131:477.

O Tratado de Montevidéu formou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, Alalc. Um ano antes havia sido fundado o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que não tinha como propósito promover a integração de mercados, mas o de elaborar e financiar projetos coordenados de desenvolvimento. Sete países, em 18 fevereiro de 1960, subscreveram-no: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

No primeiro parágrafo foi exposto o objetivo central: "(...) *eliminação gradual das barreiras ao comércio intraregional, constitui condição fundamental para que os países da América Latina possam acelerar o processo de desenvolvimento econômico*".

As partes integrantes do Tratado formaram uma Zona de Livre Comércio, com sede em Montevidéu, Uruguai. O objetivo final era o de progressivamente avançar para a formação de um Mercado Comum. Para isso estabeleceram um programa de liberação de intercâmbio. No capítulo II do Tratado estipulou-se o prazo de 12 anos para eliminar gradualmente as restrições de toda ordem que recaiam sobre as mercadorias da zona contratante. Isso significa que tarifas alfandegárias e as políticas cambial, monetária e fiscal deveriam caminhar para uma regulação equitativamente nos países da Alalc.

O instrumento para a liberalização comercial seria a elaboração de listas nacionais estipulando a redução anual de impostos e uma relação anual de tributos e de produtos. A listagem entraria em vigor a cada primeiro de janeiro. "*A lista comum deverá estar constituída por produtos cuja participação no valor global do comércio entre as Partes Contratantes alcance, pelo menos, o seguintes percentuais, calculados em conformidade com o disposto em protocolo anexo ao presente tratado. Vinte e cinco por cento (25%), durante o primeiro triênio; cinqüenta por cento (50%), durante o*

segundo triênio; setenta e cinco por cento (75%), durante o terceiro triênio; o essencial desse comércio, durante o quarto triênio"(capítulo II – *Programa de Liberação do Intercâmbio* - artigo 7).

O capítulo III – *Expansão do Intercâmbio e complementação econômica* visava harmonizar os regimes de importação/exportação e o tratamento ao capital, bens e serviços procedentes de fora da zona. Sob a base do princípio de reciprocidade, as importações de produtos procedentes da Alalc deveriam receber um tratamento não menos favorável que o existente antes da entrada em vigor do Tratado.

No artigo 16 ficou registrada a cooperação industrial: "(...) *a) realizar esforços no sentido de promover uma gradual coordenação das respectivas políticas de industrialização, patrocinando com este fim entendimentos entre representantes dos setores econômicos interessados; e b) poderão celebrar entre si acordos de complementação por setores industriais*".

Em seus três artigos, o capítulo IV – *Tratamento de Nação mais Favorecida* extendia aos seus membros os mesmos direitos que os produtos importados extra-zona, na existência de produto similar.

A questão tributária foi tratada da seguinte forma. "*Em matéria de impostos, taxas e outros tributos internos, os produtos originários do território de uma parte contratante gozarão em território de outra parte contratante de tratamento não menos favorável que o que se aplique a produtos similares nacionais*". (Capítulo V – *Tratamento em Matéria de Tributos Internos*).

As desigualdades sociais foram reconhecidas ao se estabelecer no interior da zona uma distinção entre os países. Na prática isso significou uma divisão em três

categorias, dos mais ao menos desenvolvidos: Argentina, Brasil e México estariam entre os mais desenvolvidos, Chile e Peru em condição intermediária, e Bolívia e Paraguai os de menor desenvolvimento. Os termos do capítulo VIII – *Medidas em Favor de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo* – são: "*As Partes Contratantes, reconhecendo que a consecução dos objetivos do presente Tratado será facilitada pelo crescimento das economias dos países de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da zona, realizarão esforços no sentimento de criar condições favoráveis a esse crescimento* (...)" (artigo 32).

Para a condução da Associação foram criados os seguintes orgãos: Conferência das partes contratantes (seu órgão máximo de decisão) e o Comitê Executivo Permanente da Associação responsável, por zelar e aplicar as resoluções aprovadas.

Em 1969 foi a vez da constituição do Grupo Andino; Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, e Chile. "*O Grupo Andino nasce da constatação de que o esquema da Alalc beneficiava apenas os três maiores países. Retomando as teses originais da Cepal formou-se um movimento que tinha por finalidade constituir um grupo sub-regional da Alalc, com um sistema de integração mais ágil que liberasse o intercâmbio, coordenasse a política de desenvolvimento industrial, promovesse a substituição de importações e criasse a Corporación Andina de Fomiento. Em 1967 é assinada em Punta del Leste uma declaração de compatibilidade da ALALC com o Pacto Andino*"[25].

[25] Luís Estenssoro. *O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA)*: integração e relações internacionais (1975-1991). Dissertação de Mestrado. Programa de Integração da América Latina (Prolam)- São Paulo, 1994, USP, mimeo, p. 43

Foram inúmeras as dificuldades de constituição das zonas de livre comércio, pois havia estruturas econômicas semelhantes entre vários países o que significava a duplicação de pequenas plantas industriais, que eram anti-econômicas.

A almejada progressividade a um mercado comum não encontrou correspondência na uniformização trabalhista, judiciária, fiscal, cambial e monetária.

O desequilíbrio da balança comercial serviu de argumento central para incentivar o comércio intraregional e diminuir o déficit nas transações. Porém, a integração colocava como problema a renúncia ao controle do balanço de pagamentos. A longo prazo tal equilíbrio somente pode ser conquistado através da elevação da taxa de investimentos e do incremento da produtividade. Dada a escassez de recursos internos, a América Latina necessitava ampliar seu financiamento externo, elevando as exportações e gerando um superávit.

A opção por uma outra saída implicaria na introdução de novos impasses. O Grupo Andino, ao tentar aprofundar sua integração, avançando para uma unidade monetária de pagamento - o peso andino – encontrou resistência do Fundo Monetário Internacional. "*Já o FMI teve uma posição contrária às iniciativas de estabelecer um sistema de pagamentos e créditos para facilitar a liquidação multilateral de pagamentos entre os países da América Latina que não fosse a compensação em moedas livremente conversíveis. Foi assim que o FMI rejeitou a proposta do Comitê de Comércio da Cepal no Panamá de liquidação multilateral dos saldos bilaterais de comércio, visando algo semelhante à União Européia de Pagamentos*"[26].

[26] Luís Estenssoro. *O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA)*: integração e relações internacionais (1975-1991). Dissertação de Mestrado. Programa de Integração da América Latina (Prolam)- São Paulo, 1994, USP, mimeo, p.33.

Dentre as dificuldades de integração dos mercados, elencamos as seguintes: produção realizada com tecnologia/procedimentos primários; carência de recursos financeiros para investimentos; produtos exportados em estado bruto com baixo valor agregado; excesso de oferta de bens minerais.

Raul Grien aprofunda a crítica, ao afirmar que as contradições eram tantas e tamanhas que parte do esforço foi em vão: "*A evidente antinomia entre determinados instrumentos e os aspectos que devem regular (sem que isso suponha que a norma deve ajustar-se a realidade e não o contrário), nos casos em que era visível a inaplicabilidade do preceito, não pelos países senão pelo próprio órgão comunitário, dando a impressão, nestes casos, de que se elaboraram textos inúteis*"[27].

Nas cláusulas de salvaguarda do Tratado de Montevidéu podemos verificar a correção dessa afirmação: "*As partes contratantes poderão autorizar a qualquer Parte Contratante a impor em caráter provisório, em forma não discriminatória e sempre que não signifiquem em redução de consumo habitual do país importador, restrições à importação de produtos procedentes da Zona, incorporados ao programa de liberação quando ocorram importações em quantidades ou em condições tais que causem ou ameacem causar prejuízos graves a determinadas atividades produtivas de significativa importância para a economia nacional*" (Capítulo VI – Cláusulas de Salvaguarda, artigo 23).

[27] Raúl Grien. . *La Integración Económica como Alternativa Inédita para América Latina*, p. 374.

Considerações Críticas

A evolução histórica do capitalismo após 1930 dificultou a análise com base na idéia de ciclos, que anteriormente estavam relacionados a fluxos de maior ou menor atividade econômica. E antes mesmo do capitalismo a idéia de ciclo derivava dos processos naturais de produção agrícola.

1929 representou lá e cá uma crise de superprodução industrial e agrícola. Repercutiu politicamente dada a característica do vigente modo de produção que, ao diminuir a atividade fabril, fez com que os produtos do campo não encontrassem mercado na cidade, engendrando o paradoxo da fome em meio a abundância. O caráter explosivo dessa crise conduziu as nações centrais à Segunda Guerra. De outubro de 1929 a 1939 o nível de atividade econômica global ficou abaixo de antes da quebra da bolsa de Nova Iorque. Nem mesmo o New Deal de Roosevelt nos Estados Unidos, com intervencionismo estatal foi, capaz de superar a crise, apesar do "acerto" em sustentar os preços agrícolas e em aumentar o poder de compra dos trabalhadores e dos investimentos em obras públicas.

A saída estava na conquista de novos mercados, a Alemanha contava com expansão econômica de guerra e uma ideologia nacional disposta a agressões imperialistas, portanto, militarista. Em seguida à crise de 1929 e sua repercussão, deu-se início a uma corrida armamentista, 1937 foi o começo da Guerra Civil Espanhola, em 1939 o conflito bélico adquiriu maior proporção e só foi "concluído" em 1945, período em que economia foi de guerra, e, portanto, com características deformadoras de

análise. Em uma economia caracterizada pela produção de armas cujo valor é determinado por planilhas, fora da competição embutida na lei da oferta e da procura, a teoria do valor-trabalho fica deslocada. Por outro lado as tentativas permanentes de redução do valor da força de trabalho atestam que os capitalistas, embora discordem, intuem que seu lucro advém do trabalho não pago. Esse último item unifica estruturalistas e monetaristas.

Os países devastados encetaram sua reconstrução. Passados apenas oito anos, uma nova guerra, na Coréia, acirra o espectro de conflitos armados e a guerra fria. Vê-se que os fatos históricos-políticos dificultam o estabelecimento de ciclos econômicos. Esse contexto de fratura das leis de mercado provocou uma inusitada alta dos gastos públicos. O próprio receituário keynesiano se encaixa na tentativa de amenizar esses impactos políticos. As crises como elementos cíclicos do capitalismo resultam da falta de proporcionalidade na repartição da renda, da superprodução e da contradição básica entre a produção social e a apropriação privada.

O resultado do conflito armado foi a "destruição" da Europa ocidental, a falência do imperialismo japonês na Ásia, o nascimento de democracias populares na Europa do leste e uma revolução na China, além da emergência dos Estados Unidos como primeira potência militar-industrial mundial, contando com um parque fabril intacto.

A essência da intervenção do Estado é propiciar a acumulação capitalista. O intervencionismo generaliza e expande as relações de produção capitalistas a todas as formações sócio-econômicas e através de seu aparato político-jurídico amplia a exploração do trabalho, a concentração e a centralização do capital.

O mercado mundial, 1939 a 1945, esteve fraturado e todos os países em economia de guerra viram o Estado atuar com largos poderes. Finda a guerra se o Estado subitamente abandonasse suas posições aconteceria uma débâcle geral.

Assistimos ações estatais polêmicas como a nacionalização de setores e empresas. Isso não configurou uma concorrência entre o público e o privado. Muito menos socialização da produção ou diminuição do poder da burguesia local mas uma absorção com o objetivo de aumentar a velocidade de realização do capital.

O aparato produtivo do Estado latino americano foi montado muito rapidamente, surgindo após a crise de 1929. Isso obrigou à constituição de um arcabouço ideológico e institucional expresso em nível regional, pelos ministérios, secretarias e comissões de planejamento. Os planos passaram a ser imprescindíveis como política econômica. No horizonte dos ideólogos burgueses estavam, os resultados dos planos quinquenais soviéticos. O clima de guerra fria deve ser considerado como um fator fundamental para que se propusesse levar às grandes massas do terceiro mundo os avanços tecno-econômicos do modo de produção capitalista. No mercado capitalista é impossível haver regulação, porém, a terntativa de planejá-lo estava colocada como necessidade para disciplinar a força de trabalho, na qual vige a anarquia da produção.

Uma grande dificuldade enfrentada pelo Estado foram as fontes de financiamento, próprias ou alheias, de sua atuação. Em perspectiva histórica o sistema fiscal anterior ao capitalismo gravava o excedente. Com o surgimento do capital, complexificou-se. Nas origens do novo modo de produção escorchou o camponês, atuou no sentido de impedir que trabalhadores rurais e urbanos pudessem acumular e se

tornarem pequeno comerciante ou industrial, devendo permanecer como ofertante de força de trabalho.

A atuação do Estado e as nacionalizações atestaram a incapacidade das elites nativas, a burguesia liberal, em criar por conta própria as bases de uma sociedade capitalista. A constituição de monopólios públicos nos países subdesenvolvidos, principalmente no setor primário de produção e extração de matérias primas representa, uma tentativa de garantir a propriedade da fonte de divisas, ou seja, dos recursos financeiros que sustentam a classe dirigente local. Essa medida extrema foi tomada por governos populistas ou ditatoriais que não possuiam nenhuma outra fonte de renda, que poderiam desabar caso as perdessem. As formas do imperialismo anteriores à guerra pautavam-se pelo controle direto das fontes de matéria-prima, após, assumiu uma postura de internacionalização dos mercados, visando ampliar o número de consumidores e expandir seu capital financeiro e industrial.

Os eixos de intervenção foram: crescimento econômico, políticas compensatórias e anticíclicas modernização da estrutura produtiva e reformulação institucional. Os Estado não poderia chamar para si tarefas anacrônicas do ponto de vista histórico, pois seu devir se baliza pelas nações de vanguarda do mercado mundial. Coube ao Estado na periferia combinar duas delas: a reforma agrária e a monetização. Ambas estão vinculadas ao elemento central do capitalismo - a constituição da força de trabalho, ou seja, o surgimento do trabalho livre assalariado. Para sua realização o Estado modificou as relações de propriedade da terra, promoveu a substituição de importação e realizou investimentos na indústria leve e pesada, tendo como horizonte a formação do mercado interno, sem o qual a penetração de capital estrangeiro seria falha.

Os investimentos em infra-estrutura visavam a atrair dinheiro forâneo que deixaram de aplicar recursos em serviços públicos e agricultura, rapidamente dominaram o setor manufatureiro, bloqueando o incipiente processo de industrialização por substituição de importação

Próximo ao final dos 60 a publicação de *O Novo Estado Industrial* por John Kenneth Galbraith em 1967 conferiu à economia política uma maquiagem ideológica para o armamentismo e a prevalência da indústria bélica no "boom" do pós guerra. Galbraith formulou uma variação ao keynesianismo de controle do investimento, consumo e juros pelo Estado. O novo leviatã industrial nascido com o fim da guerra baseava-se na alta tecnologia, planificando preços, salários, demanda. Com atuação conjunta Estado e classe empresarial, na visão do economista norte-americano, delegando poder a um segmento específico, a tecnoburocracia. Isso não significa que o pensamento de Keynes tenha sido esquecido. Pelo contrário, frações da burguesia costumam defendê-lo sempre que tenta revalorizar o capital produtivo em detrimento do capital financeiro (de eutanásia do rentista). Sua "deficiência' pode ser localizada na dificuldade em conciliar a presença monopólica na economia e a exigência que ela faz de utilizar o aparato político-repressivo contra os trabalhadores, que uma economia em pleno-emprego dificulta. Quando se pensa e fala sobre intervenção do Estado nos assuntos econômicos o objetivo não é o de desregulamentar o mercado, mas o de colocá-lo à frente da desmobilização operária. Somente em períodos de grande crise econômica o Estado é chamado a intervir nos conflitos entre capital e trabalho. Sob esse contexto, na América Latina, as crises encontraram soluções ou demagógicas ou ditatoriais. Para que se possa dimensionar o que estamos afirmando basta contabilizar,

entre os anos 1945 a 1970, que os militares, na América Latina, golpearam a democracia burguesa 44 vezes.

O novo quadro de investimentos fez com que os mercados internos fossem controlados pelas multis, impedindo que surgisse uma indústria nacional que pudesse competir no mercado mundial, transformando em quimera a exportação de mercadorias de maior valor agregado. Essa transferência de capital e tecnologia gestaram a nova dependência que alguns denominaram de neocolonial.

A interpenetração entre Estado e monopólio, que nos Estados Unidos fora muito anterior a 1930, na América Latina requisitou a eliminação de fronteiras, não somente no terreno da economia entre capital público e privada, mas também geográficas. Foi nesse contexto de fusão Estado-monopólios nas economias desenvolvidas que a proposta de integração dos mercados aterrizou nos países periféricos. Sua defesa, pelas nações centrais, tinha por objetivo vencer resistências localizadas à penetração de capital estrangeiro, tornando os mercados acessíveis a partir dos mercados comuns. Tratava-se de uma plataforma para as multinacionais sob o argumento da cooperação. Esgotadas as possibilidades, no primeiro mundo, de funcionamento do mercado livre concorrencial as necessidades de ampliação do domínio econômico extrapolaram os limites nacionais.

Após a Segunda Guerra o agigantamento dos monopólios acentuaram a tendência de internacionalização da produção. A integração dos mercados ao unificar sistemas monetário e fiscal facilitaria a atuação das empresas transnacionais.

Sob efeito da desvalorização monetária/inflação o trabalho improdutivo adquiriu proporções maiores: a hipertrofia da organização comercial, do sistema bancário

(desenvolvimento patológico da especulação) e aumento da mão de obra improdutiva nos negócios individuais. As desvalorizações cambiais foram vistas como um meio de conquista de mercados estrangeiros, aumentando a capacidade competitiva das mercadorias. Ao contrário, em vez de permitir a penetração em novos mercados externos, facilitou o domínio das nações centrais sobre a periferia, pois a desvalorização barateou o valor da terra e das escassas empresas nacionais.

O liberalismo não cria a livre concorrência, mas a oportunidade daquele que estiver em vantagem constituir monopólio. A concorrência perfeita, caso ocorresse, seria apenas por um instante, para logo em seguida desaparecer. Ela implicaria em um de seus últimos estágios a redução constante da margem de lucro, jogando o sistema em crise, que para sair dela quebra com mecanismos concorrenciais.

A formação do Mercado Comum Europeu (MCE) foi vista como um exemplo a ser seguido. Uma de suas finalidades programáticas era a defesa contra a penetração de capital estrangeiro, em particular o norte-americano.

Um levantamento dos artigos publicados sobre comércio exterior revelaria preocupação, tratando do intercâmbio de mercadoria mas pouco destacando o movimento internacional de capital, iniciado á época da Segunda Revolução Industrial, por volta de 1880. Privilegiou no começo as colônias ou semi-colônias das nações centrais sem deixar de exportar mercadorias. Posteriormente o retorno do capital investido superou a quantia inicial, comprovando que a taxa de lucro, em alguns casos, é mais elevada nas periferia que no centro. No interior das economias nacionais o segmento melhor integrado era o associado ao capital externo.

A ênfase no comércio exterior remete a um marco mercantilista de obtenção de balanço comercial favorável e vincula-se ainda à circulação ao invés da produção. Para os clássicos britânicos o referencial ainda era o competitivo, acreditavam no livre cambismo e nas vantagens naturais (comparativas).

O debate protecionismo versus livre cambismo de origem mercantilista localizado no tempo das grandes descobertas e do Estado absolutista – séculos XV e XVI – foi utilizado pelos primeiros para justificar a manutenção do bem-estar dos trabalhadores, protegendo-os da concorrência estrangeira, mas obrigando-os a pagar um valor mais alto pelas mercadorias.

O valor da força de trabalho e da mercadoria interfere mais nas decisões sobre opção de uso de avanços na produção, que as formas de financiamento e as taxas de juros. Protegendo o empresário nacional da concorrência e apropriando-se de parte da renda dos trabalhadores via inflação, o mecanismo da proteção alfandegária obrigava o trabalhador a adquirir um produto de qualidade inferior e de custo mais elevado, o que significou, na prática uma política de desenvolvimento econômico de tripla usurpação. A primeira na remuneração do trabalho, abaixo de seu real valor (teoria da mais-valia), a segunda por extorquir parte de sua renda através da elevação dos preços (inflação) e a terceira ao diminuir o poder aquisitivo do salário ao oferecer mercadorias acima de seu valor se comparada com valores do mercado mundial.

Apesar da defesa teórica e política do nível salarial ele sempre se manteve muito baixo. Nos extratos de mais baixa renda a propensão a consumir é maior, um mercado de trabalho redutor da renda afeta a demanda de consumo, emperrando o crescimento do mercado interno. Em muitos países da região, vastos segmentos da população

auferem renda abaixo do nível de subsistência (em geral excluídos da economia monetária).

Havia um problema histórico na passagem das formas compulsórias de trabalho à sua forma livre assalariada; os autores supunham que os padrões salariais estavam baseados na produtividade do trabalho e que o modelo senhorial tinha sido abolido.

Tanto estruturalista como monetaristas estavam unificados no diagnóstico de que o reajuste da remuneração da força de trabalho gera inflação. Ambas as posições, nesse aspecto, expressam uma vulgarização e decadência da economia política clássica.

A alta dos preços origina um cenário favorável à especulação, e sua raiz objetiva é a necessidade de remunerar o capital. Em uma economia dominada por monopólios nacionais e/ou estrangeiros a inflação pode ocorrer como uma resposta administrativa, sem que exista demanda ou subida dos custos. Esse poder monopólico deve ser considerado arbitrário do ponto de vista social e econômico. Crise monetária como crise das moedas, descolada do sistema econômico social (capitalismo), toma como ponto de partida que sua emissão é realizada pelos bancos contrais e/ou sistema bancário. A moeda aparece como algo independente e a crise reduz-se a excesso ou falta de liquidez. O Estado não consegue cobrir seus gastos e vê-se obrigado a recorrer à emissão suplementar de moeda.

A inflação que reduziu custos de mão de obra diminuiu o estímulo que induzia a adotar métodos mais eficazes de produção, atenção deslocou-se do aperfeiçoamento do produto e redução dos custos para especulação de mercadorias (dinheiro e bens) e do câmbio.

O desemprego como consequência da crise e a própria crise como elemento de desintegração do sistema econômico devem ter sua importância relevadas. Kalecki, economista polonês, em 1943, publicou um artigo em que explicava *Os aspectos políticos do pleno emprego* nele evidenciando que as flutuações cíclicas da economia são instrumentos políticos da burguesia contra os trabalhadores. Os capitalistas controlam o Estado e quando a economia entra em depressão acionam os dispositivos de ampliação do déficit orçamentário para reverter a tendência, ao se aproximar do pleno emprego o eixo da política econômica passa a ser a contenção do respectivo déficit e provocam uma redução do nível de atividade, demitindo trabalhadores. Vê-se, portanto, que a condição de pleno emprego, que ganhou muita projeção com a obra de Keynes, é indesejável, pois cria um poder de pressão e negociação pelos trabalhadores que deixam de temer a demissão como medida disciplinar, aproveitando-se da situação para reivindicar maiores salários, provocando uma real distribuição de renda, em um primeiro momento, para que em seguida a elevação dos preços recomponha a taxa de lucro do capitalista.

A todo momento se conclui que a desigual distribuição de renda é um dos obstáculos ao desenvolvimento econômico. Cremos no contrário: o raquítico capitalismo em nossas plagas é fruto da concentração de renda, pois trata-se do processo de acumulação de capital.

A política fiscal poderia, sem dúvida, ser um instrumento de partilha da renda. Lamentavelmente ao invés de ser compensatória seus meios foram utilizados como forma de acumulação de capital. Nos países subdesenvolvidos, boa parte da renda do

trabalhador, senão a maior, é gasta com alimentação, dever-se-ia portanto eliminar todos os tributos sobre alimentos populares.

A demanda é determinada pela estrutura distributiva da renda. O horizonte proposto era o da constituição de um mercado de massas. O caráter da repartição da renda é institucional, pois concentrada em poucas mãos.

Pouco importa, na verdade, para o capital o consumo dos trabalhadores. Ele só é considerado quando produtivo, para mantê-lo vivos como força de trabalho. Daí a tese do subconsumo ocupar espaço irrelevante, por levar em conta a demanda de bens de consumo. A teoria do subconsumo centra a análise na procura, julga ver na dificuldade de escoamento da mercadoria obstáculo à produção capitalista. Ataque ao salário reduz consumo e gera superprodução. Não é pois o excedente de mercadorias, mas de capital, a questão. A superprodução e o desemprego (superprodução relativa) são expressões paralelas de um mesmo fenômeno.

Os trabalhadores podem ser substituídos por outros fatores de produção e seu consumo pelos meios necessários à operação desses novos fatores. Já o consumo dos capitalistas está subordinado ao processo de acumulação, podendo, sem contradição, assumir um caráter suntuário, mas como dissemos, esse consumo como seu contrário, a poupança, são residuais no processo de acumulação.

No cenário de "paz" no continente europeu, de 1815 a 1914 as idéias norteadoras das políticas econômicas não foram abaladas. Porém, a retomada das guerras comerciais de larga escala em 1914 atingiu os preceitos liberais sem destruí-los. Antevendo que a "paz" seria frágil Keynes projetou-se no cenário de crises e guerras. O universalismo na

interpretação econômica nasceu junto com a economia política clássica, o tom das obras de Smith e Ricardo, e, bem depois, de Keynes era generalizante. A absorção a-crítica, a-histórica e a-espacial da economia política clássica e neoclássica dificultou apreender que havia uma grande diferença nas fases pré-industrial do centro e da periferia. O esquema ideal da economia política clássica previa a divisão internacional do trabalho e a especialização da produção, caminhos para conseguir o máximo de bem-estar.

No esquema teórico da economia neoclássica não existiam classes sociais – burguesia e proletariado. Os polos, que a compõe são os empresários, proprietários do fator trabalho dos fatores de produção, e, as empresas como autarquias

Nos países centrais a economia política havia superado há muito os enquadramentos desenvolvimentistas de industrialização, elevação da produção/produtividades agrícolas e sob predomínio do capital financeiro gestou as teorias da incerteza, das expectativas e dos jogos.

Nesse contexto surgiu na América Latina a distinção centro-periferia. A nosso ver trata-se de um equívoco, pois o mercado mundial configurou-se com o sistema capitalista, constituindo-se em um conjunto único. Ambos, centro e periferia, se originaram em um mesmo processo histórico, compreendido do final do século XV ao começo do XIX, do exclusivo metropolitano ao livre jogo das forças de mercado. Tal periodização, para os países considerados periféricos, corresponde ao colonialismo. Para os países centrais, particularmente os europeus, corresponde ao período de acumulação primitiva do capital, mercantilista ou de capitalismo comercial. A relação entre centro e periferia deve ser compreendida dialeticamente. Foram os colonizadores que engendraram a condição de periferia. Por sua vez, sem o concurso da exploração

mercantil metropolitana, não haveria a conformação de nações centrais, pois o centro se industrializou às expensas da periferia. O pacto neo-colonial acentuou o caráter primário da economia latino americana, e fomos vítimas de uma falsa vocação histórica.

Revolução e equilíbrio são vocábulos tomados de empréstimo da mecânica celeste, bem como centro e periferia podem ser considerados analogias da mecânica quântica na qual as cargas negativas e neutras gravitam ao redor do polo positivo.

A base para melhor compreender o capitalismo é o mercado mundial, entendendo que sua evolução é desigual, pois nem todas as regiões se encontram em um mesmo estágio, e combinada, porque a penetração das relações capitalistas possibilita a superação de etapas. Por exemplo, o início da industrialização na América Latina prescindiu do processo de acumulação primitiva do capital, ao contrário do paradigma inglês.

O sistema capitalista, ao transplantar suas relações, estabelece simultaneamente uma rede de comunicações interdependentes entre si. O pleno funcionamento de sua cadeia produtiva e comercial implica na impossibilidade de sua reprodução, caso essa venha a ser rompida.

Consideramos que faltou aos defensores dessa idéia uma perspectiva totalizante e histórica da economia mundial. Somente concebendo a interdependência podemos entender como e porque as metrópoles sufocaram os processos de acumulação autônoma da periferia, obstaculizando sua industrialização.

A distinção centro-periferia remete a termos comparativos. Ambos os pólos são colocados lado a lado e se arrolam medidas que poderiam modificar as estruturas dos países subjugados. Essa contribuição dilui-se posteriormente no rol das várias outras

distinções elaboradas: países desenvolvidos/subdesenvolvidos, rural e urbano, moderno e arcaico, oligárquico e liberal, bárbaro e civilizado, agrário e industrial. O dualismo é um lugar comum em nossa história das idéias. Para cada uma dessas contraposições antitéticas poderiam ser verificadas suas inter-relações. Em nossa história as rupturas não conformaram tradição. A permanente presença de construções ideológicas dualistas na historiografia latino-americana significa que nela as rupturas não são observadas, pois valoriza a continuidade e pares dicotômicos.

Na reflexão sobre nossa condição seria pertinente saber qual grau de autonomia seria viável frente ao mercado mundial, alguns nacionalistas acreditaram na possibilidade de aceitar a presença de capital estrangeiro e confiná-lo aos setores deficientes e dessa forma ultrapassar etapas, sem que a influência externa determinasse a direção da economia.

O problema do subdesenvolvimento não é sua condição absoluta de um atraso a ser superado pelo tempo, mas sua dinâmica. As desigualdades setoriais de produção devem-se a uma desarticulação do aparato produtivo e a concentração de investimentos oriunda da preferência do capital externo por determinadas áreas. Essa diferença é, portanto, histórica.

O objetivo maior era alcançar os países do centro nos aspectos da diversificação dos bens de consumo e de criar um vasto mercado para eles, o que era uma imitação do primeiro mundo em seus hábitos de consumo, moda cultura e tecnologia. Com uma organização liberal-monopolista e quase nada de intervenção do Estado.

Dado o atraso das sociedades abaixo do Rio Grande, os ideólogos desenvolvimentistas apontaram a feição social ao Estado, quando o que ocorria era

investimento público destinado à manutenção do sistema. Denominava-se de social porque injetava recursos em capital social e gastos sociais, para o esquema de reprodução ampliada e revalorização do capital.

A introdução de produtos manufaturados importados reduzia a demanda global na periferia, por excluir dela todo segmento de força de trabalho disponível no setor urbano. Isso porém ocorreu porque havia condições de pagamento dessas mercadorias. A instalação de empresas, por sua vez, pôde ampliar em termos absolutos o mercado interno, mas promoveu um empobrecimento relativo da população. Sua penetração acelera o processo de formação de capital fixo local pelo efeito de difusão em cadeia que exije infra-estrutura e superestrutura do aparato produtivo.

Quanto a tendência secular à deterioração dos termos de troca, muito antes de Prebisch a literatura econômica, desde o século XVIII com Turgot e posteriormente no XIX com os clássicos já havia apontado para a teoria decrescente dos rendimentos agrícolas

O fenômeno amplamente analisado por várias contribuições à revista foi o da transformação das formações sócio-econômicas pré-capitalistas em capitalistas periféricas, ficando para o futuro se sua evolução caminharia em direção a algum estágio superior. Observe-se que a preocupação desconsidera a formulação – economia de subsistência a economia de mercado. As civilizações pré-colombianas, ponto de partida, haviam ultrapassado o estágio da subsistência e produziam excedente. Se o início for a conquista pode-se conceber a passagem subsistência a mercado, pois parte-se da *razia*. Foge-se, assim, do etapismo esterelizante do marxismo que concebeu

relações feudais na América Latina e à vaguidão weberiana, sem relação histórica, que classifica como capitalismo relações que resultam em lucro.

Ao se estudar a evolução sócio-econômica da América Latina partiu-se da idéia de pré-capitalismo. O problema colocado é o da generalização e o de que as relações transplantadas com a conquista fosse expressão de algo diferente ao capitalismo. A sucessão de modos de produção pressupõe a eliminação de um pelo outro, repelem-se mutuamente. Aceitar a possibilidade de convívio seria conferir em um mesmo espaço dois tempos diferentes. Nem historicamente, nem fisicamente isso é possível. Sob esse ângulo, o campo não está atrasado no tempo mas as taxas de retorno do capital sendo muito baixas, pouco atraem investimentos, enquanto a força de trabalho for mais barata que o conjunto dos investimentos de capital. Quando a massa de mais-valia extraída deixa de ser lucrativa relativamente ao valor de capital aplicado ela periclita.

Por outro lado, a manutenção da propriedade privada rural é fundamental para o capitalismo, a fim de impedir o surgimento de segmento social livre e autônomo de produtores rurais, mais que sob o aspecto da produção. No Novo Mundo as relações são capitalista, porque o trabalho está subordinado ao capital ou com outra palavra subsumido ao capital. O ato fundante foi destruir as civilizações aqui existentes, mas sem que a articulação ocorresse no território invadido. Recentes pesquisas historiográficas tentaram visualizar um processo de acumulação endógena que não estaria interiramente comandado por injunções do mercado internacional e que seu desiderato econômico seria orientado por uma lógica de permanente reiteração. Ao contrário ocorreu um entesouramento de riquezas oposto em essência à acumulação que imprescinde do esquema de reprodução ampliada, realizado fora dos limites coloniais e

que subjugava-se ao antigo sistema colonial. Talvez a grande herança da reforma agrária esteja associada ao início da erradicação das formas compulsórias de trabalho.

A formação histórica do campesinato na América Latina pode ser facilmente registrada a partir das referências sobre o processo de colonização. Os conquistadores impuseram formas compulsórias de trabalho. Finda essa opressão, aqueles passaram a ser camponeses. De outra forma podemos dizer que a destruição das civilizações asteca e inca transformou seus remanescentes em trabalhadores rurais. A violência impôs a mudança para uma sociedade agro-exportadora. A conquista eliminou o gênio das civilizações pré-colombianas, destruindo suas instituições e tradições sócio-culturais, reconduzindo-as ao primitivismo.

Território e clima formam o ambiente físico do homem. Os investimentos de capital, as melhorias geográficas, os meios de transporte, o nível cultural, os recursos tecnológicos são elementos extra-físicos que desenham uma conformação social. O absenteísmo dos latifundiários encontra um paralelo caricatural com a moderna sociedade anônima e a propriedade privada em que a riqueza e seus possuidores estão divorciados do processo produtivo.

Ao se abordar o problema da produção rural na região não podemos perder de vista a dimensão antropológica. Para amplos segmentos sobreviventes da conquista o trabalho agrícola e pecuário está associado a ritos e cerimônias religiosas, a uma visão cosmogônica geral. A semeadura e colheita pertencem a calendários de festas, dádivas e oferendas. O interesse desses grupos não é pecuniário, motivado pelo ganho monetário, mas independente das injunções de mercado. Portanto seu caráter de subsistência (oferta e demanda inelásticas) extrapola a conceituação sociológica de arcaísmo ou

atraso rural e a classificação de ordem econômica quanto à produtividade, e nada tem a ver com feudalismo.

Ao final da Segunda Guerra, após Bretton Woods, o dólar transformou-se em moeda de reserva por estar lastreada em ouro e no poderio atômico-militar dos Estados Unidos. A crise 1971, acabando com a convertibilidade da moeda norte-americana marcou o fim de um período da história do capitalismo, cujo epifenômeno, foi a hegemonia do capital financeiro dos EUA.

O uso do dinheiro no processo de circulação não é uma exclusividade do capitalismo, mas o capital necessita promover mudanças, dentre elas a de monetizar as economias ditas atrasadas.

Houve um crescimento extensivo da economia monetária através da melhoria das comunicações/transportes e intensivo "eliminando" a agricultura de subsistência, ampliando o número de pequenos agricultores e trabalhadores assalariados do campo. A circulação de mercadorias é diferente do escambo.

Restringindo a economia de subsistência e integrando os camponeses ao mundo das trocas, obrigando à produção para fora da comunidade. Na Europa a transição para economia mercantil desmontou as travas feudais, no Novo Mundo essa transição foi acompanhada de violência social e econômica. Lá o processo de expropriação do artesão e dos cercamentos respondia à necessidade de formação e da mão-de-obra livre assalariada que iniciou a industrialização e absorveu esses braços humanos.

A monetização do velho mundo avançou historicamente do comércio (e seu crédito) e da evolução bancária. No Novo Mundo a partir da desagregação forçada das comunidades.

Ao final do período em foco divulgou-se taxas de crescimento de 8 a 10% aa e uma média da ordem de 6 a 7%. Tais índices, porém, devem ser relativizados, pois sua base estatística era muito estreita. Eles mediam o conjunto da atividade econômica, a taxa referente à produção industrial era mais baixa.

O pós guerra foi apresentado, no primeiro mundo, como uma fase deslumbrante do capitalismo, pela desenvolvimento tecnológico e pela "concessão" de liberdade às antigas colônias da Ásia a África. Nelas o imperialismo instalou indústrias leves e iniciou a industrialização por substituição de importação, com os mercados abastecidos internamente, mas mantendo sua pauta de importação inalterada. O centro passou a exportar capital e bens de produção. Isso ocorreu, também, porque a periferia poderia especializar-se, mais que tardiamente, na industrialização "clássica", enquanto o centro dava passos na direção da automação, micro-eletrônica e ativos científicos. A onda desenvolvimentista, e sua respectiva formulação ideológica, chegava ao seu final.

Fonte e Bibliografia

Fonte:

El Trimestre Económico vol. 12, (44), jan\mar 1945 a
vol. 37, (148), out\dez 1970.

Bibliografia:

Anderson, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

Anglade, C. & Fortin, C. *The State and Capital Acumulation in Latin America*. London: Macmillan, 1990.

Aquino, Ítalo de. "A economia latino-americano no segundo pós-guerra". *Estudos*.Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, FFLCH-USP, p. 4-13, (37), agosto de 1993.

Arrighi, Giovanni. *O Longo Século XX*: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Unesp, 1996.

Alexander, Robert. J. *El Movimiento Obrero en America Latina*. México D.F.: Roble, 1967.

Ayerbe, Luís Fernando. *A Hegemonia dos Estados Unidos e a Trajetória do Desenvolvimento Latino-americano*: os aspectos políticos e econômicos 1945 -1970. USP-FFLCH-Departamento de História, 1992, mimeo.

Baer, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

Bandeira, Luís Alberto Moniz. *O Milagre Alemão e o Desenvovimento do Brasil*. As relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994).São Paulo: Ensaio, 1994.

----- *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992).São Paulo: Ensaio; Brasília: Edunb, 1993.

Baran, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Benitez Zenteno, Raúl. (coord.). *As Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Bethell, Leslie (org). *História da América Latina*: América Latina colonial. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997.

Bielshowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro*: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995

Bielshowsky, Ricardo. "Evolución de las ideas de la Cepal". Revista de la Cepal, numero extraordinario, 1998, pp 21-45.

Brendel, Rodolfo. (org.). *Reformas Agrarias en America Latina*. Buenos Aires: Juarez, 1979.
Bruit, Hector. *Acumulação de Capital na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
Bruit, Hector *Estado e Burguesia Nacional na América Latina*. São Paulo: Ícone, 1985.
Bukharin, Nikolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. Esboço econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
Cano, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: Difel, 1977.
Cardoso, Ciro F. & Brignoli, Hector P. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
Cardoso, E. & Helwege, A. *A Economia Latino-Americano*. São Paulo: Ática, 1993.
Cardoso, F. H. & Falleto, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
Cardoso, Fernando Henrique. "La originalidad de la copia:la Cepal y la idea de desarrollo". *Revista de la Cepal*, (4), pp. 7-40.
----- *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
Cardoso de Mello, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. Contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.. São Paulo: Brasiliense, 1982.
Cardoso de Mello, João Manuel. "Consequências do neoliberalismo". Economia e Sociedade 1:59-68.
Casanova, Pablo Gonzalez. *América Latina*: história de medio siglo. México D.F.: Siglo Veintiuno\UNAM, 1985, 2v.
Casanova, Pablo Gonzalez. *Las Categorias del Desarrollo y la Investigación en Ciencias Sociales*. México D.F.: UNAM, 1967.
Casanova, Pablo Gonzalez. *Imperialismo y Liberación:* una introdución a la historia contemporánea de América Latina. México D.F.: Siglo XXI, 1982.
Casanova, Pablo Gonzalez *Sociologia del Desarrollo Latinoamericano* (una guia para su estudio). México D.F.: UNAM, 1970.
Chesnais, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
Coggiola, Osvaldo. *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã: USP-FFLCH- Departamento de História, 1995.
Conceição Tavares, Maria da. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
Cueva, Agustin. *El Desarrollo del Capitalismo en América Latina*: ensayo de interpretación historica. México D.F.: Siglo XXI, 1979.
Dayrell, Eliane e Iokoi, Zilda (coord's.). *América Latina Contemporânea*: desafios e perspectivas. São Paulo: Edusp, 1996.
Dean, Warren. *A Industrialização em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
Dell, Sidney. *Experiencias de la Integración Económica en América Latina*. México D.F.: Cemla, 1966.
Diehl, Astor Antônio. *Max Weber e a História*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
Dobb, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Estenssoro, Luís. *O Sistema Econômico Latino Americano (SELA)*: integração e relações internacionais (1975-1991). São Paulo: Mestrado Prolam-USP, 1994, mimeo.
Fajnzylber, Fernando. *La Industrialización Trunca de América Latina*. Buenos Aires: Ceal, 1984.
Fals Borda, Orlando. *Las Revoluciones Inconclusas en América Latina* (1809 - 1968). México D.F.: Siglo XXI, 1978.
Feder, Ernest. *Violencia y Despojo del Campesino*: latifundismo y explotación. México D.F.: Siglo XXI, 1971.
Fernandes, Forestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
Ferrer, Aldo. "Raúl Prebisch y los problemas actuales de América Latina" *Ciclos* 10:103-117.
Fico, C. & Polito, R. *A História no Brasil* (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Ufop, 1993.
França, Leila Maria. *Transformações da Noção de Valor na Mesoamérica*: os objetos preciosos como intermediários nas trocas indígenas e seu encontro com a moeda metálica. São Paulo, Mestrado FFLCH/USP, 1999, mímeo.
Fourastié, Jean. *Les Trente Glourieses*: ou la révolución invisible de 1946 à 1975. París: Fayard, 1979.
Frank, André Gunder. *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento*: repensando a teoria dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.
----- *El Desarrollo del Subdesarrollo*. Madrid: Zero, 1974.
-----*Lumpemburguesia:Lumpendesarrollo*: dependencia, clase y politica en latinoamérica. Barcelona: Laia, 1978.
Furtado, Celso. *A Economia Latino-americana*: formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo: Nacional, 1976.
----- *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
-----*A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
----- *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
----- *Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
-----*Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
Gasparian, Fernando. *Capital Estrangeiro e Desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
Graciarena, Jorge. Formación de Postgrado en Ciencias Sociales ne América Latina. Buenos Aires: Paidos, s.d.
Grien, Raúl. La Integración Económica como Alternativa Inédita para América Latina. méxico D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.
Gurrieri, Adolfo. (sel.). *La Obra de Prebisch y la Cepal*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1982, 2 v.
Halperin Donghi, Tulio. *História Contemporânea da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

----- *A Crise do Capital*. Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas: EdUnicamp, 1990.

Mantega, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis:Vozes, 1984.

Marx, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1983, 5 v.

-----*Teorias da Mais-Valia*. São Paulo: Difel, 1983, 3 v.

Mattick, Paul. *Marx y Keynes*. Los limites de la economia mixta. México D.F.: Era, 1975.

Mauro, Frederic. *Origens da Desigualdade entre os Povos da América*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Mazzuchelli, Frederico. *A Contradição em Processo*. O capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Medina Echavarria, José. Consideraciones Sociológicas sobre el desarrollo Económico de América Latina. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1964.

Mello Belluzzo, Luiz Gonzaga. *Valor e Capital*. Um ensaio sobre economia política. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Mendez, Sofia (comp.). *La Crisis Internacional y la América Latina*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1984.

Meszáros, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.

Miglioli, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São paulo: T.A. Queiroz, 1981.

Moura, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1990.

Nascimento Barbosa, Wilson. "A economia da América Latina depois da Segunda Guerra Mundial", in Coggiola, Osvaldo. *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã: USP-FFLCH-Departamento de História, 1995, pp. 477-488.

Novais, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1985.

Padis, Pedro C. *América Latina*: cinquenta anos de industrialização. São Paulo: Hucitec, 1979.

Pla, Alberto J. *América Latina Siglo XX*: economía, sociedad y revolución. Buenos Aires: Carlos Perez Editor, 1969.

----- *La Burguesia Nacional en América Latina*. Buenos Aires: Ceal, 1971.

Prebisch, Raúl. *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

----- *Transferência e Desenvolvimento*: a grande tarefa da América Latina. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

Ramos, Jorge A. *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1969.

Ricardo, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Rocker, Rudolf. *Nacionalismo y Cultura*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1954.

Rodrigues, Octavio. *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

Romo, Héctor Guillén. *Orígenes de la Crisis en México*. Inflación y endeudamiento externo, 1940-1982. México D.F.: Ediciones Era, 1992.

Sader, Eder. *Um Rumor de Botas*. São Paulo: Pólis, 1982.

Sanchez, Luis Alberto. *?Existe América Latina?*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1945.

Schumpeter, Joseph. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

----- *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

Silva, Rogério Forastieri da. *Colônia e Nativismo*. A história como biografia da nação. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 1981, mimeo.

Smith, Adam. *A Riqueza das Nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1985, 2v.

Soler, Ricaurte. *Clase y Nación*. Problemática latinoamericana. Barcelona: Fontamara, 1981.

Sotelo, Ignácio. *Sociologia da América Latina*. rio de Janeiro: Pallas, 1975.

Sweezy, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Princípios de economia política marxista. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

Stavenhagem, Rodolfo. *Clases, Colonialismo y Aculturación*. Ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en mesoamérica. Guatemala: Editorial Jose de Pineda Ibarra, 1968.

Strachey, John. *El Capitalismo Contemporaneo*. México D.F.: fondo de Cultura Econômica, 1974.

Varini, Felipe Vazquez. Acción y pensamiento económico de América Latina. Montevideo: Palacio del Libro, 1961.

Villegas, Abelardo. *Reformismo y Revolución en el Pensamiento Latinoamericano*. México D.F.: Ingramex, 1978.

Villegas, Daniel Cosío. *Extremos de América*. México D.F.: Tezontle, 1949.

Warren, Bill et alii. *Industrialización y Tercer Mundo*. Barcelona: Anagrama, 1978.

Weber, Max. *História Geral da Economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

Wionczek, Miguel. *A Integração Latinoamericana e a Política dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

----- *Inversión y Tecnologia Extranjera em América Latina*. México D.F.: Mortiz, 1971.